UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana**

GILBERTO SOUZA RODRIGUES JUNIOR

**Geografia Política e os Recursos Hídricos
Compartilhados: o Caso Israelo-Palestino**

**SÃO PAULO
2010**

Gilberto Souza Rodrigues Junior

**Geografia Política e os Recursos Hídricos
Compartilhados: o Caso Israelo-Palestino**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro

**São Paulo
2010**

*Para meus pais Haydee e Gilberto,
Para minha linda, Vanir.*

RESUMO

O trabalho aqui apresentado busca analisar a centralidade dos recursos hídricos no conflito israelo-palestino e em suas negociações de paz, no que diz respeito à configuração territorial tanto do Estado de Israel quanto de um possível Estado Palestino, a partir da perspectiva da Geografia Política.

Partindo desse pressuposto busca discutir questões relacionadas à segurança internacional, à soberania dos Estados, e uma suposta mudança de paradigmas em relação a esses temas a partir da emergência das questões ambientais nas últimas décadas.

A discussão acerca das possibilidades de conflitos envolvendo recursos hídricos é de grande relevância. Assim, analisar esse assunto tendo como área de estudo o Estado de Israel e os Territórios Ocupados da Palestina, acrescenta ao tema elementos de maior dramaticidade, devido a diversos fatores tais como a pouca oferta hídrica e a importância estratégica da região, o que decorre de fatores de ordem econômica, política e cultural.

A partir de tal recorte regional, foi feita uma análise do conflito num constante variar de escalas, possibilitando assim, compreender os eventos locais desde uma perspectiva da totalidade, de forma que essa compreensão possa servir também como base para estudos de ordem global.

Foi possível perceber as dificuldades encontradas pelo povo palestino, bem como as preocupações do Estado de Israel em relação à sua segurança hídrica. A água se torna então um elemento político na disputa por territórios e também nas mesas de negociações do conflito.

PALAVRAS CHAVE: Águas tranfronteiriças, território, conflito, Israel, Palestina.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the centrality of water resources in the Israeli-Palestinian conflict, as well as in their peace attempts, regarding the territorial configuration of both State of Israel and a possible Palestinian State, from a Political Geography perspective.

Assuming that the water is a central element in the conflict the present paper discusses some issues related to international security, states sovereignty, and a supposed change of paradigm regarding these issues from the emerging environmental discussions in the last decades.

The discussion around the possibilities of existing water-related conflicts is surely relevant. Thus, analyzing this subject, having as a case study the State of Israel and the Occupied Territories of Palestine adds some elements that bring more dramaticity to the matter, due to several factors such as water insufficient offer and the region strategic importance, as a result of factors of economical, political and cultural order.

From such regional framework, the conflict has been analyzed with a constant shifting of scales, which allows us to understand local events from a global perspective in a way that this comprehension in a regional scale may serve as a background for studies in a global scale.

It was possible to notice the difficulties faced by Palestinians, as well as worries of the State of Israel regarding water security. Water then becomes a political element in the struggle for territories and also, in the peace negotiation talks.

KEY WORDS: Transboundary waters, territory, conflict, Israel, Palestine.

RESUMEN

El trabajo aquí presentado busca analizar la centralidad de los recursos hídricos en el conflicto israelí-palestino, y en las negociaciones para la paz, relacionado a la configuración territorial tanto del Estado de Israel cuanto de un posible Estado Palestino a partir de la perspectiva de la Geografía Política.

A partir de tal presupuesto busca analizar cuestiones relacionadas a la seguridad internacional, a la soberanía de los Estados, y un supuesto cambio de paradigmas en relación a esos temas, a partir de la emergencia de las cuestiones ambientales en las últimas décadas.

La discusión sobre las posibilidades de conflictos envolviendo los recursos hídricos es de gran relevancia. Así que, analizar ese tema teniendo como área de estudio El Estado de Israel y los Territorios Ocupados de Palestina, añade elementos de más tensión, debido a diversos factores como La escasez de agua y la importancia estratégica de la región, lo que decorre de factores de orden económica, política y cultural.

A partir de tal recorte regional, hemos hecho un análisis Del conflicto en un constante cambio de escalas, posibilitando de esa manera, comprender los eventos locales desde una perspectiva de La totalidad, de forma que esa comprensión pueda también servir como base para estudios de orden global.

Fue posible percibir las dificultades encontradas por el pueblo palestino, bien como las preocupaciones del Estado de Israel en relación a su seguridad hídrica. El agua se torna, así, un elemento político en la disputa por territorios y también en las mesas de negociaciones del conflicto.

PALABRAS CLAVE: Aguas transfronterizas, territorio, conflicto. Israel, Palestina

AGRADECIMENTOS

A longa trajetória que percorremos até chegar à conclusão de uma tese de doutoramento coloca uma variedade de pessoas em nossas vidas, as quais em maior ou menor intensidade, direta ou indiretamente, contribuem para a realização do trabalho. Portanto, se torna impossível mencionar todos os nomes que fizeram parte desse processo. A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

Mas é fundamental mencionar algumas pessoas que contribuíram mais intensamente em diferentes momentos do processo. Inicialmente gostaria de agradecer ao Prof. Ziad Mimi da Universidade de Birzeit, e a especialista em recursos hídricos Fadia Daibes Murad (*in memorian*) pelas informações e material. Esperamos que sua luta em relação aos direitos dos palestinos prossiga após seu inesperado falecimento, pouco tempo após nosso último contato por e-mail.

Agradeço também à PASSIA – Palestine Academic Society for the Study of International Affairs, pelo material e os preciosos contatos.

Agradeço sinceramente meus amigos e colegas de profissão que sempre me apoiaram nesse trabalho. Em especial Pablo Reimers pelas discussões na hora do almoço e pela revisão do resumen; Marcelo Feitosa pela leitura criteriosa do material ainda na fase do mestrado e pelo grande apoio; Rosana pela grande contribuição na bibliografia; Mauricio Parisi e Monahyr Campos pelas conversas e prontidão nas necessidades; Ligia pelas ajudas com o inglês e principalmente com o abstract; Fernanda pela parceria e pelos mapas; e Alexandre Silva pela revisão rápida e precisa (como sempre) e pela camaradagem.

Agradeço imensamente aos colegas do Laboratório de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – GEOPO, pelas proveitosas discussões às sextas feiras, que muito contribuíram para meu trabalho. Em especial a Carolina

Villar pela parceria desde o início e a Fernanda Mello SantAnna pelas trocas, pelo trabalho conjunto e por ter se revelado grande companheira. Agradeço também a Fernanda Sola pelas boas conversas e pelo material de Direito e ao parceiro de Oriente Médio Rames Phillipe que apesar do pouco contato, tem sido muito enriquecedor.

Às instituições em que leciono, nas pessoas de seus coordenadores Mônica Sachetto, Ana Maria, Silvio Donizetti e novamente Marcelo Feitosa, pelo apoio e compreensão, sobretudo nos últimos momentos, entendendo minhas dificuldades.

Ao meu orientador Wagner Costa Ribeiro, pela confiança, paciência e compreensão, pelos esclarecimentos e discussões, e por segurar o ímpeto ou estimular a ousadia nos momentos corretos, mas principalmente por me dar a oportunidade de chegar até aqui. Aos professores que colaboraram de maneira fundamental com suas impressões e sugestões nas duas qualificações: Prof. Wanderley Messias da Costa, Prof. Leonel Itaussu e Prof^a Nely Aparecida de Melo. Ao Prof. André Martin pelo início de tudo com o TGI e aos demais professores do Departamento de Geografia.

Aos amigos da roça que me aturaram nesse período em que mergulhei no tema e tiveram paciência para me ouvir e discutir sobre a temática. E aos amigos geógrafos que conservo desde a graduação e, embora alguns mais distantes nesse momento, seguem sendo importantes, pelas conversas, discussões, nas festas, viagens, na música e até mesmo na universidade, dentre os quais cito Nilo Lima e Laércio Furquim, sempre dispostos a debater minhas hipóteses.

A meus pais e minha família que possibilitaram e sempre incentivaram meus estudos. E pela compreensão nos momentos de ausência.

E finalmente à Vanir Belo, minha mulher, meu grande amor, por toda ajuda intelectual, braçal, pela orientação informal, pelas discussões, cuidados, compreensão e carinho.

SUMÁRIO

Introdução

1. A Emergência da Segurança Ambiental no Contexto dos Conflitos Inter/Intraestatais.....	12
1.1. Conflitos.....	13
1.2. Segurança Ambiental.....	33
1.3. A Água como fator de conflitos.....	59
2. Estado, Território e Soberania Hídrica.....	71
2.1. A função do Estado e a configuração territorial.....	72
2.1.1. Estado.....	72
2.1.2. Território.....	83
2.1.3. Soberania.....	89
2.1.4. Limites e Fronteiras.....	98
2.2. Águas Transfronteiriças.....	105
3. Aspectos Gerais, Distribuição Natural, Política e Uso da Água.....	110
3.1. Aspectos Físicos do Oriente Médio.....	111
3.1.1. Clima.....	113
3.1.2. Solos.....	117
3.1.3. Hidrografia.....	119
3.1.3.1 Aquíferos.....	124
3.2. Distribuição Política e Uso da Água.....	128
3.2.1. Distribuição Natural e Política no Oriente Médio.....	136
3.2.2. Distribuição Natural e Política em Israel e na Palestina.....	141
3.2.3. Uso da Água em Israel.....	151
3.2.4. Uso da Água na Palestina.....	159
4. A Água no Conflito e no Processo de Paz Israelo-Palestino.....	165
4.1. Primeiro Período: A disputa por água nos bastidores da diplomacia.....	170
4.2. Segundo Período: A água como fator de disputas militares.....	182
4.3. Terceiro Período: A água nos acordos de paz.....	191
Considerações Finais.....	207
Referências Bibliográficas.....	212
Anexos.....	224

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Império Turco-Otomano – Século XVII (Extensão máxima).....	15
Mapa 2. Mandato Britânico da Palestina: 1917-1948.....	15
Mapa 3. Terras Adquiridas por Judeus até 1947.....	17
Mapa 4. Eretz Israel.....	21
Mapa 5. A Construção do Muro e os Recursos Hídricos.....	56
Mapa 6. Zona de Autonomia Palestina – Acordos de Oslo II.....	94
Mapa 7. Média Anual de Precipitação.....	115
Mapa 8. Média de Precipitação e Taxas de Evaporação.....	116
Mapa 9. Mapa Geológico – Israel e Territórios Ocupados.....	118
Mapa 10. A Bacia do Rio Jordão.....	121
Mapa 11. Colinas de Golã: Mananciais que Abastecem o Mar da Galileia.....	122
Mapa 12. Perfil Hidrogeológico – Israel/Territórios Ocupados.....	127
Mapa 13. Aquíferos – Israel/Territórios Ocupados.....	127
Mapa 14. Água Disponível por País (2000).....	132
Mapa 15. Porcentagem do Total de Água Originada Fora do País.....	140
Mapa 16. Percentual Total de Água Originada Fora do País: Oriente Médio e Norte da África.....	140
Mapa 17. Aqueduto Nacional.....	149
Mapa 18. Proposta Sionista para o Estado de Israel.....	171
Mapa 19. Acordo Sykes-Picot – 1916.....	173
Mapa 20. Plano de Partilha da ONU – 1947.....	176
Mapa 21. Colinas de Golã Ocupadas.....	184
Mapa 22. Territórios Ocupados por Israel na Guerra dos Seis dias -1967.....	186
Mapa 23. Propostas Israelenses em Camp David – 2000.....	197
Mapa 24. Usinas de Dessalinização.....	204

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Plantação de uva no Moshav Lachich, entrada do deserto do Negev.....	113
Foto 2. Sul de Israel, nas proximidades do mar Morto e do deserto de Negev.....	114
Foto 3. Sul de Israel, nas proximidades do mar Morto e do deserto de Negev.....	114
Foto 4. Aqueduto Nacional.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População Judaica na Palestina: 1850 – 1928.....	18
Tabela 2. Consumo Médio de Água no Mundo/Faixa de Renda.....	134
Tabela 3. Consumo Anual <i>per capita</i> de Água no Mundo.....	136
Tabela 4. Água <i>per capita</i> por País – Territórios não Considerados.....	137
Tabela 5. Disponibilidade de Água Interna e Externa – Países Selecionados.....	139
Tabela 6. Utilização das Águas Subterrâneas Transfronteiriças entre Israelenses e Palestinos (mmc/ano).....	147
Tabela 7. Percentual de Água Consumida pela Agricultura em Israel.....	154
Tabela 8. Participação da Agricultura no PIB e na PEA em Israel (%).....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População Mundial e Consumo da Água.....	62
Gráfico 2. Tipos de Conflitos Devido à Água.....	67
Gráfico 3. Distribuição de Água no Planeta.....	129
Gráfico 4. Distribuição de Água Doce no Planeta.....	129
Gráfico 5. Tipos de Conflitos Devido à Água – Bacia do Rio Jordão 1950 -1999.....	169
Gráfico 6. Tipos de Conflitos Devido à Água – Israel e Palestina 1950 -1999.....	169

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Imagem de satélite da fenda do rio Jordão das montanhas da Judeia e da planície costeira.....	112
Imagem 2. Imagem de satélite de Israel e dos Territórios Ocupados da Palestina.....	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP – Autoridade Nacional Palestina

CNUMAD – Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização para Alimentação e Agricultura)

GNP – Gross National Product (Produto Interno Bruto)

JWC – Joint Water Commitee (Comitê Conjunto da Água)

MMC – Milhões de Metros Cúbicos

OLP – Organização Para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PWA – Palestinian Water Authority (Autoridade Palestina da Água)

Introdução

O conflito israelo-palestino se caracteriza como um dos mais polêmicos na atualidade. Suas especificidades e importância para as relações geopolíticas mundiais estimulam a realização de estudos nas mais variadas áreas do conhecimento, os quais apresentam diferentes análises e posicionamentos no que se refere às suas causas e consequências. Mas a difusão de informações, realizada pela imprensa mundial, sobretudo a ocidental, reduz a questão aos já clássicos temas Jerusalém, refugiados e colônias judaicas, colocando-os como os grandes entraves para as negociações de paz. Sem dúvida, são fatores de grande relevância, mas certamente não o cerne da questão.

Nosso olhar geográfico nos leva a afirmar que os recursos hídricos, embora recebam pouca atenção da mídia e de boa parte dos analistas, são fatores desestabilizadores da região e se sobressaem como um dos pontos centrais do conflito, talvez o mais importante. Sua relevância estratégica para ambos os povos se revela desde as propostas sionistas para a criação do Estado judeu, passando pela Guerra de 1967, que teve nos recursos hídricos um de seus principais elementos causadores, e segue evidente quando esta se coloca como objeto de discussão nas tentativas de acordos de paz.

Esta pesquisa tem como tema a interface entre a Geografia Política e a questão ambiental. Seu objetivo é discutir a centralidade dos recursos hídricos no conflito israelo-palestino no que diz respeito à configuração territorial tanto do Estado de Israel quanto de um possível Estado palestino e, a partir desse pressuposto, analisar questões relacionadas à segurança internacional, à soberania dos Estados e uma suposta mudança de paradigmas em relação a esses temas a partir da emergência das questões ambientais nas últimas décadas.

Dessa forma, o foco da pesquisa recai sobre o tema da segurança, mais especificamente a segurança ambiental, conceito ainda bastante controverso e, portanto,

insere-se no debate acerca do papel dos recursos hídricos no surgimento ou agravamento de conflitos.

Nesse sentido, é importante salientar que o trabalho segue uma linha teórico-metodológica que privilegia os postulados da Geografia Política, subtema da Geografia que analisa as políticas territoriais dos Estados e suas relações de poder ou, como nas palavras de Costa (1992, p. 15), tem como tarefa “examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na *gestão dos negócios territoriais* e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral.”

Por outro lado este estudo poderia se enquadrar também no temário do que se convencionou chamar de Geopolítica, uma vez que tem o papel e as ações do Estado como elemento central do trabalho, embora ela se caracterize como um campo de estudos aplicados e utilitarista, em contraposição à sistematização acadêmica que se atribui à Geografia Política.

Essas ações dos Estados na *gestão dos negócios territoriais*, na atualidade, englobam também as questões ambientais. O meio ambiente passa a ser um elemento de preocupação dos Estados no que se refere à sua segurança e sua soberania. A Geografia Política em sua clássica discussão sobre o território e o poder deve, dessa forma, abordar os elementos ambientais como fatores de poder. Raffestin (1993, p. 231-232) lembra-nos da relação dos recursos, mais especificamente a água e o solo, com o poder. Ribeiro (2001, p. 116) também nos chama a atenção para o tema: “Trata-se da visão estratégica, que admite os recursos naturais como vitais à sobrevivência da população de uma unidade política e que, portanto, reforça o conceito de soberania das unidades na gestão de seus recursos”.

No âmbito dos Estados, a segurança é compreendida, tradicionalmente, como a capacidade que estes devem ter em defender e garantir a integridade de seus cidadãos e suas instituições dentro e fora de seu território, mas sobretudo garantir a inviolabilidade de suas fronteiras territoriais.

Em um momento em que a humanidade discute a imprescindibilidade dos elementos ambientais para a sobrevivência do planeta como um todo, os recursos naturais ganham destaque estratégico nas relações entre os Estados. Nesse contexto, a ideia de segurança ambiental internacional adquire relevância, pois o foco deixa de ser exclusivamente militarista no que se refere à segurança dos Estados¹, e os elementos ambientais se tornam fatores de desestabilização, geradores ou potencializadores de conflitos, mas também, por outro lado, fatores de cooperação entre os Estados. Ribeiro (2004, p. 181) afirma que: “Pensar a segurança ambiental internacional remete à necessidade da manutenção da base material da existência. Além disso, ela também indica a possibilidade de confrontos por recursos naturais”.

Nesse grupo que denominamos elementos ambientais estão as florestas e sua biodiversidade, os mares e oceanos, os recursos minerais e a água doce. E é o papel dos recursos hídricos como fontes de tensão ou cooperação entre os Estados que pretendemos discutir neste trabalho, bem como analisar de que forma eles podem servir como elementos de manutenção da segurança e da existência dos Estados. Dessa maneira, é possível trabalharmos com a ideia de segurança hídrica, que seria o conjunto de condições necessárias dentro de um Estado para a manutenção das atividades cotidianas nos setores produtivos, sociais ou domésticos em relação à disponibilidade e acesso à água, garantindo assim a possibilidade de produção e reprodução do modo de vida e, conseqüentemente a manutenção do *status quo*.

A partir do estudo da distribuição política da água no Oriente Médio, mais precisamente no Estado de Israel e nos Territórios Ocupados da Palestina (Cisjordânia e Gaza) e nas Colinas de Golã, este trabalho pretende verificar de que forma os recursos

¹ Sem dúvida, as ações militares também podem englobar essa preocupação ambiental. Os recursos militares continuam sendo elementos de coerção. O que possivelmente esteja ocorrendo é uma mudança no tipo dos recursos que são considerados fatores de segurança. Aqueles considerados importantes para o desenvolvimento industrial e militar (como minérios e petróleo) são fontes de preocupação, mas outros tais como a água e a biodiversidade também se incorporam à agenda da segurança. Dessa forma, o meio ambiente passa a ser um possível motivo de contendas, inclusive com uso militar.

hídricos influenciaram e seguem influenciando os rumos do conflito israelo-palestino, e qual o papel que tais recursos tiveram nos acordos firmados até o momento e teriam em possíveis acordos de paz no futuro. O trabalho analisa, como objetivo secundário, a possibilidade de coexistência de dois estados soberanos na região: Israel e Palestina.

A análise dos recursos hídricos no conflito israelo-palestino requer uma compreensão mínima dessa questão no Oriente Médio, mesmo porque os interesses de Israel em relação à oferta hídrica envolvem outros Estados da região, como a Síria, que por conta das Colinas de Golã está tecnicamente em guerra com Israel desde 1967, ou como a Jordânia, que não apenas mantém relações diplomáticas com o Estado judeu, mas com ele mantém acordos referentes às águas da bacia do rio Jordão. Ou seja, para compreender a dinâmica dos recursos hídricos no conflito israelo-palestino é necessário levar em consideração outros atores regionais que não apenas os dois contendores.

Dessa forma, suscitamos a hipótese de que os recursos hídricos são, e têm sido historicamente, um elemento central nas discussões e principalmente nas ações do Estado de Israel e também de um possível Estado palestino no que se refere à segurança ambiental. Ao longo de toda a trajetória de constituição dos dois Estados, os recursos hídricos e a segurança foram fatores preponderantes, e boa parte das decisões políticas e reivindicações de ambos os lados foram pautadas pela questão do acesso e da disponibilidade hídrica e pela segurança, na perspectiva de garantia ao acesso a um recurso fundamental para o desenvolvimento e econômico para à existência.

Portanto, com o intuito de subsidiar a discussão acerca da segurança ambiental de Israel e de um Estado palestino, a proposta é discutir alguns conceitos como configuração territorial, fronteiras e limites, Estado, as teorias dos conflitos e soberania nacional (sobretudo no que diz respeito aos recursos), e também compreender alguns aspectos na gestão dos recursos (hídricos) transfronteiriços e compartilhados, examinar acordos internacionais

referentes a recursos hídricos e, sobretudo, analisar a possibilidade de conflitos em decorrência das diversas formas de uso, exploração e consequentes disputas por esses recursos. Além disso, serão também discutidas questões relativas à ordem ambiental internacional e ao direito ambiental internacional.

O estudo acerca da exploração e uso dos recursos hídricos transfronteiriços no Oriente Médio se revela como algo relevante uma vez que a região, com predominância de climas desérticos e com pouca presença de rios de grande porte, possui uma predisposição natural à escassez de água, o que faz com que esse recurso seja amplamente valorizado. Não são poucos os casos de indisposições entre Estados envolvendo a água na região. A escassez faz com que eles busquem tirar proveito de posições e localizações vantajosas e a água, assim, se torna um elemento político em suas relações.

Outro aspecto que não deve ser deixado de lado é o cultural. O Oriente Médio é o berço das três grandes religiões monoteístas, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, e está repleto de locais sagrados para todas elas. Em várias celebrações litúrgicas das três religiões a água é um elemento central.

É notório que a água é uma substância indispensável ao desenvolvimento e à manutenção de qualquer sociedade, independentemente de seu desenvolvimento tecnológico. Porém, segundo alguns autores (Lonnergan e Kavanagh (1991), Gleick (1994), Ribeiro (2004)), quando ela é escassa em uma determinada região, as possibilidades de litígio entre as sociedades que a habitam se tornam ainda mais prováveis. Outros (Homer-Dixon (1994)², Deudney (1995)³, Le Prestre (2000)) defendem que esse cenário pode levar à cooperação. Um terceiro grupo faz uma crítica ao “*water discourse*” (DU PLESSIS, 2000⁴ apud WARNER e

² HOMER-DIXON, T. F. Environmental scarcities and violent conflict. Evidence from cases. **International Security**, n. 19, v. 1, 1994.

³ DEUDNEY, D. Nuclear Weapons and the Waning of the Real-State. **Daedalus**, n. 124, v.2, p. 209-231, 1995.

⁴ DU PLESSIS, A. Charting the course of the water discourse through the fog of international relations theory. In H. Solomon, e A. Turton (Eds.), **Water wars: Enduring myth or impending reality**. Africa dialogue series,

ZEITOUN, 2008) e acredita que tanto a ideia de guerras por água quanto a água como fator de cooperação contém um viés ideológico que se adéqua aos interesses institucionais ou acadêmicos do autor.

De todo modo, conflitos acerca da água no Oriente Médio são uma constante há muito tempo. No entanto, após a criação de Estados e as definições de fronteiras impostas pelas potências ocupantes, França e Grã-Bretanha, sobretudo durante o período entre as duas grandes guerras mundiais, esses conflitos se tornaram particularmente mais frequentes.

Diante disso, é possível afirmar que a análise das questões referentes aos recursos hídricos transfronteiriços – em especial o caso israelo-palestino – pode contribuir de modo significativo para a compreensão das relações internacionais, em especial no que se refere à Geografia Política e ao meio ambiente, o que justifica a realização deste estudo. Acreditamos que a discussão dos assuntos hídricos relacionados com a segurança do Estado de Israel e com a criação e segurança do Estado palestino, pode contribuir para o debate acerca da água e do meio ambiente nas relações internacionais de poder, ou seja, na geopolítica mundial⁵.

Como não são muito frequentes dentro da Geografia brasileira estudos que envolvam essa temática, em especial quando não se referem ao território nacional, esta pesquisa pode fornecer subsídios significativos para a análise do tema no Brasil, uma vez que possuímos recursos hídricos compartilhados, sejam eles águas superficiais ou subterrâneas, como as bacias Amazônica e Platina, e o aquífero Guarani.

As discussões territoriais e a viabilidade da existência de dois Estados, um israelense e outro palestino, ou de um Estado binacional, passam necessariamente por acordos

Vol. 2 (pp. 9 e 34). Durham/Pretoria: ACCORD/Green Cross International and the African Water Issues Research Unit, 2000.

⁵ Nas palavras de Ribeiro (2001, p. 30): “Becker (1992) (...) destacou dois novos parâmetros para os estudos em relações internacionais: a percepção da unidade do planeta e o deslocamento da geopolítica mundial para o campo ambiental” (BECKER, B. K. ECO-92, Primeira Avaliação da Conferência. Política Externa, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1993. Revista publicada após CNUMAD (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 1992), onde foi transcrita a intervenção de Becker sobre o resultado da conferência).

acerca dos recursos hídricos. Há uma grande preocupação com a segurança hídrica de ambos os lados, uma vez que é absolutamente inviável a existência de um Estado sem o controle de seus recursos hídricos. Embora os palestinos, atualmente, passem por maiores dificuldades em relação à água, do lado israelense esse tema também traz grande preocupação, pois uma gestão conjunta e um consumo igualitário, também significará um *stress* hídrico⁶ para os dois povos, levando-se em consideração a disponibilidade hídrica atual e consequentemente, as privações para os cidadãos israelenses acostumados com certo conforto hídrico, em uma terra onde a água não é abundante. A água se torna então um elemento político na disputa e também nas mesas de negociações do conflito.

Destarte questionamos: existe alguma possibilidade de gerenciamento conjunto entre os dois governos, possibilitando a repartição igualitária dos recursos hídricos? Haveria de fato a possibilidade de constituição de um Estado binacional? Qual a viabilidade das formas alternativas de abastecimento de água tais como dessalinização ou compra de água?

Para a realização desse trabalho foram utilizadas várias formas de obtenção de informação: entre as fontes secundárias podemos citar as pesquisas bibliográficas, pesquisas na rede mundial de computadores (Internet), periódicos (jornais e revistas), filmes e documentários. Como fontes primárias podemos citar entrevistas com acadêmicos da Universidade de Birzeit na Cisjordânia e entrevistas com representantes de instituições palestinas relacionadas aos recursos hídricos além de consultas a órgãos representativos de Israel e da Palestina.

Em relação à análise dos dados e informações foi dada uma ênfase maior aos aspectos qualitativos, sem desprezar, no entanto, os aspectos quantitativos, pois esses são

⁶ O conceito de *stress* hídrico, embora possua diferentes formas de entendimento, segundo Ribeiro (2008), se refere basicamente à relação entre os recursos hídricos renováveis em uma unidade territorial e o seu consumo. No entanto, de acordo com o autor, os critérios que definem o conceito podem ser variados. Alguns autores trabalham com a relação entre estoque hídrico total e o consumo. Outros preferem levar em consideração a população. O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) estabeleceu diferentes níveis de *stress* segundo o percentual de consumo sobre os recursos hídricos renováveis e também, quantitativamente, um valor mínimo *per capita*, de disponibilidade hídrica, que seria de 1000 m³/ano. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver Ribeiro (2008).

reveladores de uma vasta gama de possibilidades e de interpretações. Partimos de questionamentos que consideram as diversas relações que envolvem o conflito, em diferentes escalas. Houve a necessidade constante de ir e vir entre o geral (totalidade) e o particular, pois ambos, como revelará o trabalho, são na verdade indissociáveis, e a ausência de relação entre as escalas poderia tornar a pesquisa incompleta.

Foi necessário também analisar os agentes sociais de ambos os lados a partir das relações de conformidade e de conflito, com a finalidade (entre outras) de verificar qual a força e a atuação de cada um dos agentes no contexto pesquisado.

Para efeito de uma análise mais apurada foi necessário fazer uma periodização, para que se pudesse, a partir de uma visão global do processo de constituição do Estado de Israel, da Autoridade Palestina e de suas configurações territoriais, compreender o papel que os recursos hídricos desempenharam em relação à segurança de ambos os lados, nos diferentes momentos do conflito.

Para a utilização desse recurso, considerou-se para efeito de análise o recorte histórico que, em nosso entendimento, abrange o conflito, desde o momento entre as duas Guerras Mundiais até os dias de hoje. Assim, o primeiro período – A disputa por água nos bastidores da diplomacia – vai desde o entre guerras até a Guerra dos Seis Dias em 1967, momento determinante para o desenrolar do conflito, marcado por forte preocupação em relação aos recursos hídricos; o segundo período – A água como fator de disputas militares – tem início a partir dessa nova configuração político-territorial e segue até o ano de 1995, ano de importantes decisões políticas tomadas por ambos os lados relacionadas aos recursos hídricos; e por fim o terceiro período – A água nos acordos de paz – que, a partir de 1995 até a atualidade, analisa o cenário político-institucional criado a partir dos acordos pós 1995, se de fato essas medidas foram efetivas e que possíveis mudanças trouxeram para ambas as populações.

É importante lembrar que no decorrer do processo de confecção do trabalho, com o intuito de que houvesse maior distanciamento e imparcialidade nas análises, buscamos coletar informações e dados provenientes de ambos os lados, os quais refletem a posição de cada uma das partes na contenda, funcionando como elementos ideológicos no debate. Assim, cabe ao pesquisador separar esses elementos ideológicos para se aproximar ao máximo do real, tarefa essa dificultada pela menor disponibilidade de dados e de fontes primárias do lado israelense, fazendo com que os dados analisados fossem, majoritariamente, de fontes não israelenses. Isso revela a preocupação do Estado de Israel com o sigilo de informações, que considera fundamental para sua segurança.

Por outro lado, entidades palestinas, por meio de seus representantes oficiais e de organizações civis no Brasil, e também universidades, ONGs, escritores e pesquisadores nos Territórios Ocupados da Palestina disponibilizaram vasto material, fundamental para a produção desse trabalho, o que por sua vez reflete a preocupação em divulgar sua situação hídrica como consequência da política de ocupação do Estado de Israel nos territórios palestinos.

Este trabalho apresenta-se em duas partes, cada uma com dois capítulos. A primeira dedica-se a uma discussão teórica abordando alguns conceitos, pertinentes às Ciências Humanas, para analisar o conflito e sua vertente ambiental, mais especificamente os recursos hídricos, buscando um constante diálogo entre a teoria e o caso israelo-palestino, possibilitando, assim, fundamentar a tese central desse trabalho, e, sobretudo, perceber suas particularidades no contexto abordado. Na segunda parte, na qual é feita uma análise empírica, baseada em dados, o foco é centrado mais especificamente na região do conflito. São analisadas informações técnicas de órgãos governamentais, organizações não governamentais e organismos internacionais. A partir da descrição da região pode-se notar

uma situação de escassez hídrica⁷, o que nos permite perceber a importância geopolítica dos recursos hídricos e, a partir disso, analisar a relação existente entre a água, as políticas e os objetivos estratégicos dos Estados na região, tenham sido eles Estados ocupantes ou Estados soberanos.

O primeiro capítulo intitulado “Conflitos e Segurança Ambiental” reúne a discussão dos pontos iniciais para a compreensão do caso. Discutem-se teorias a respeito dos conflitos e o conceito de segurança ambiental, na busca do entendimento dos recursos ou de elementos ambientais como fatores de risco e possíveis potencializadores ou mesmo causadores de conflitos e também como elementos de preocupação em relação à segurança dos Estados.

O segundo capítulo, sob o título “Estado, Território e Soberania Hídrica”, discute as teorias do Estado e de conceitos subjacentes tais como território, limites, fronteiras e soberania, atentando para a ideia de soberania hídrica, com o intuito de compreender a relação entre as entidades que representam palestinos e israelenses, a ANP e o Estado de Israel, e também para a perspectiva de construção de um Estado palestino levando-se em conta os temas discutidos.

Introduzindo a segunda parte, o terceiro capítulo, “Aspectos Gerais, Distribuição Natural, Política e Uso da Água”, apresenta os aspectos físicos da região com especial atenção ao clima, à geologia, à geomorfologia e à hidrografia, trazendo informações sobre as águas superficiais e subterrâneas, devido à percepção da imprescindibilidade do conhecimento do quadro físico para uma melhor análise dos aspectos geopolíticos referentes aos recursos hídricos. Além disso, objetiva, a partir do quadro natural de escassez destacado

⁷ Segundo Ribeiro (2008), “O conceito de escassez hídrica aponta lugares onde existe dificuldade de acesso à água em quantidade e qualidade adequada”, ou seja, “a efetiva falta de água”. Ainda segundo o autor, ela pode ser física “quando a quantidade de água de um país não é suficiente para prover as necessidades de sua população”, ou econômica, caso o país não tenha “recursos financeiros para levar água de qualidade e em quantidade suficiente à sua população, apesar de ela ocorrer em seu território (...)”. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver Ribeiro (2008).

anteriormente, traçar um panorama atual dos aspectos políticos que determinam as diferentes formas de uso em termos de quantidade, qualidade e frequência, pelos dois povos, percorrendo uma trajetória, no campo das escalas, do global ao regional.

O quarto capítulo, intitulado “A Água no Conflito e no Processo de Paz Israelo-Palestino”, a partir de uma periodização, analisa o papel que os recursos hídricos vêm desempenhando nas decisões geopolíticas na região, decisões estas que objetivam a manutenção da integridade e da segurança do Estado de Israel, a criação do Estado palestino e as tentativas de negociação que incluem a água, bem como o tratamento dispensado a esse tema nas negociações de paz. Analisa também os direcionamentos propostos por especialistas no intuito de superar as diferenças entre os dois lados nessa questão.

Em todos os capítulos procura-se discutir, a partir das características hídricas da região, as possibilidades e a viabilidade da existência de dois Estados compartilhando os recursos hídricos, ou mesmo de um Estado binacional que garantisse satisfatoriamente a disponibilidade hídrica para todos seus cidadãos.

1. A EMERGÊNCIA DA SEGURANÇA AMBIENTAL NO CONTEXTO DOS CONFLITOS INTER/INTRAESTATAIS

1.1. Conflitos

A análise do conflito israelo-palestino, um dos mais duradouros e polêmicos que ainda persistem na atualidade, tem como pressuposto o entendimento não apenas das razões que levam os dois povos a manter a situação conflitiva, mas também do tipo de conflito que se estabelece entre eles. Entendemos que este caso possui particularidades e, portanto, não pode ser analisado a partir de uma teoria geral que mantenha os paradigmas tradicionais.

O primeiro aspecto a se levar em consideração é a origem do conflito estabelecido entre os dois povos, no período entre as duas grandes guerras mundiais (1918-1939), em um território controlado pela Inglaterra, um Estado alheio aos interesses mais imediatos de ambos os povos, a não ser por seus desdobramentos políticos. Tanto os palestinos que já habitavam a região como os judeus nativos ou oriundos da Europa, principalmente do leste, não possuíam um Estado, ou melhor, estavam em busca do estabelecimento de seu Estado Nacional nessa região, já habitada por eles anteriormente, porém controlada por forasteiros em um momento histórico marcado pelo expansionismo europeu impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial nesse continente, período que ficou conhecido como Imperialismo⁸, caracterizado pelo controle das potências européias, sobretudo Inglaterra e França, sobre vastos territórios na África e Ásia, incluindo o Oriente Médio.

⁸ Momento histórico em que as potências industriais europeias em busca de matéria-prima, mercados consumidores e mão de obra barata promoveram um movimento expansionista pelo continente africano, partes da Ásia e na região do Pacífico. No entanto, não pretendemos aqui fazer uma análise mais profunda do termo que, como afirma Hernandez (2005, p. 71), “(...) tanto a palavra como a ideia são carregadas de um conjunto de questões, além de conter uma série de premissas ideológicas que animam inúmeras polêmicas”. Na análise de Eric J. Hobsbawm (1998, p. 88) “Num sentido menos superficial, o período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial. A supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão”.

Nota-se então uma particularidade, ou seja, o conflito não tem origem entre dois Estados constituídos, mas sim entre duas nações que se atribuíam o direito legítimo de habitar tal região. A Inglaterra, potência que controlava a Palestina, através do que se chamou oficialmente de Mandato Britânico na Palestina⁹, viu nascer dentro de seus domínios um conflito que se segue até a atualidade, não interferindo de maneira incisiva desde seus primeiros momentos devido ao que se convencionou chamar de “jogo duplo britânico”¹⁰, política esta que consistia em, por um lado, prometer que abriria mão de seu mandato para a criação de um lar nacional judaico e, por outro, garantir que após sua retirada de tais territórios estes se tornariam um Estado palestino independente.

Trata-se inicialmente de um conflito de interesses interno a um Império, o qual teria então a função de solucioná-lo, e não de um conflito típico entre duas entidades independentes e soberanas. É importante salientar que tomamos como início do conflito o período entre guerras, quando ao final da Primeira Grande Guerra o controle da Palestina passa das mãos do moribundo Império Otomano para a Inglaterra, incrementando assim a migração de judeus europeus para a região, e não o surgimento do Estado de Israel, em 1948, e as guerras árabes-israelenses que se sucederam a esse fato, e tampouco o momento em que a Palestina estava sob controle do Império Otomano (Mapas 1 e 2).

⁹ Território que até 1917 foi controlado pelo Império Turco-Otomano, e a partir de seu desmantelamento e perda de influência no Oriente Médio passa ao controle Britânico. Inicialmente, de 1917 até 1922 quando entra formalmente em vigor, o Mandato Britânico engloba também a Transjordânia (atual Jordânia). Após 1922 essa região se torna um reino a parte, porém ainda submetido ao mandato Britânico.

¹⁰ Sobre esse assunto ver Reichert (1972).

Mapa 1. Império Turco-Otomano - Século XVII (Extensão Máxima)

Autor: Gilberto Rodrigues, 2010
Elaboração: Mapa Fácil

Mapa 2. Mandato Britânico da Palestina: 1917-1948

Fonte: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Facts+About+Israel/Israel+in+Maps/British+Mandate>

Autor: Gilberto Rodrigues, 2010
Elaboração: Mapa Fácil

O motivo de tal recorte temporal se deve ao fato de considerarmos que o número de judeus que chegava à região no período final da dominação otomana, embora não fosse desprezível, era bastante inferior ao momento entre guerras. Além disso, devemos considerar o fato de que em um primeiro momento a chegada de judeus à Palestina foi vista com bons olhos pelos palestinos, que viam o movimento sionista como um movimento nacionalista, assim como o árabe (palestino), e não o consideravam uma invasão imperialista, tal como a dominação otomana e posteriormente a britânica.

No momento da fundação do Estado de Israel em 1948, a nosso ver, já havia uma situação de conflito entre ambos os povos, cujo momento crucial se dá justamente no período entre as duas guerras mundiais, quando os desentendimentos se iniciam, as tensões se afluam e as disputas por terras começam a ganhar vulto. A chegada em massa de judeus à Palestina, fugidos da perseguição nazista, instaura uma situação conflitiva entre estes e os palestinos e, simultaneamente, entre ambos e o Império Britânico, com a promoção de atentados, disputas territoriais violentas, ou mesmo não violentas, mas contando com a superioridade econômica dos novos moradores, que facilmente adquiriam terras por preços reduzidos (Mapa 3), uma vez que chegavam da Europa com maior poder aquisitivo do que aqueles que já habitavam a região e estavam sujeitos a uma economia de colônia. Tal superioridade foi responsável pelo primeiro movimento de ocupação do território por parte dos judeus, já na expectativa da promessa britânica de construção do Estado judeu na região¹¹.

¹¹ Sobre esse assunto ver Reichert, 1972.

Mapa 3. Terras Adquiridas por Judeus até 1947

A população judaica que era de apenas 12.000 habitantes em 1850, chega em 1882 a 35.000 pessoas vivendo na Palestina. Porém, esse contingente aumenta consideravelmente no período entre guerras, e após o fim da 1ª Guerra Mundial chega a 58.000 pessoas, representando pouco menos de 8,5% dos 700.000 habitantes da Palestina, em

sua maioria árabes, e salta para 150.000, alcançando 16% do total de aproximadamente 950.000 habitantes da região em 1928 (Tabela 1) (REICHERT, 1972, p. 214, 229, 239).

Tabela 1 – População Judaica na Palestina: 1850 – 1928			
Ano	População judaica (hab.)	Total da população	% sobre o total da população
1850	12.000	-	-
1882	35.000	-	-
1918	58.000	700.000	8,5%
1928	150.000	950.000	16%

Fonte: REICHERT, R. História da Palestina, dos primórdios aos nossos dias. São Paulo: Herder, 1972.
Elaboração do autor, 2010.

A chegada maciça de imigrantes judeus nesse período gerou apreensão entre a população árabe devido à possibilidade de se tornarem maioria. O maior poder aquisitivo dos recém-chegados e a venda das propriedades árabes levaram gradativamente o desemprego a milhares de camponeses, contribuindo para sua proletarização. A boa acolhida inicial deu lugar a tensões e desconfianças, primeiras sementes do conflito, que perdura até os dias de hoje. Os nacionalismos de ambos os lados foram reforçados, iniciando-se assim uma batalha mais aberta pela constituição dos respectivos Estados nacionais. Começam a se forjar, por motivos bastante parecidos e praticamente ao mesmo tempo, os dois movimentos nacionalistas que, embora inicialmente convivessem lado a lado sem maiores problemas, posteriormente darão forma ao conflito atual.

Talvez a partir desse momento já se possa de fato falar em um nacionalismo palestino, ou seja, a constituição de uma identidade nacional palestina, até então escondida sob uma luta que seria árabe antes de tudo. O que se pode perceber é a relação dialética existente entre os dois movimentos, pois a partir do estabelecimento e do fortalecimento da comunidade judaica na Palestina, o nacionalismo palestino surge com o intuito de se opor (e em alguns casos de maior extremismo, de destruir) aos sionistas.

A Palestina (...) preparava-se para tornar-se um dos mais turbulentos cenários em todo o mundo ao longo do século XX. (...) A Palestina desconhecia os caminhos explosivos que tomaria tamanha sucessão de arranjos e acordos não cumpridos, declarações irresponsáveis das mais variadas lideranças — em especial britânicas — somadas ao sectarismo e à ingenuidade árabes. O destino territorial daquele povo estava sendo traçado (SILVA, 2000, p.150 e 152).

* * *

Um estudo mais aprofundado a respeito das origens dos conflitos entre os homens pode nos levar a áreas do conhecimento distantes dos objetivos deste trabalho, tais como a psicologia humana e a genética. Não é nossa intenção aprofundar o debate nesses campos, todavia faz-se necessária uma breve discussão acerca de algumas teorias das origens dos conflitos.

Acreditamos que a necessidade, a escassez, a ausência do básico para a sobrevivência, aqui entendido como alimentação, água, vestimenta e moradia, são motivos geradores de conflitos. Como também o podem ser a não satisfação de necessidades menos imediatas as quais entendemos como as necessidades da sociedade de consumo.

A subjetividade e a objetividade em relação às necessidades humanas foram discutidas por Santos, M. (2005, p. 128-131) ao enfatizar que vivemos num mundo de necessidades e escassez impostas pela sociedade de consumo. No entanto, ao dividir a sociedade em dois grupos, os “possuidores” e os “não possuidores”, o autor afirma que o grupo dos possuidores, embora a escassez já seja “criada como a expectativa e a perspectiva da satisfação”, convive pacificamente com essa escassez. São as necessidades urbanas ou contemporâneas, ou segundo Santos “bens finitos”, que de fato são fundamentais para qualquer indivíduo inserido em uma sociedade de consumo, no mundo do trabalho e das

exigências atuais. Por mais distante que os desejos possam estar, há sempre a ideia de possibilidade de realização destes.

Por outro lado, o grupo denominado por Santos de “não possuidores”, teria uma convivência conflituosa com a escassez. A luta cotidiana é pela necessidade que objetivamente garanta a sobrevivência, e a inserção no mundo do consumo traz uma batalha à parte com frequentes experiências de sensação de escassez. E, nas palavras do geógrafo brasileiro,

(...) ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem mais aumentam (2005, p. 130).

A sociedade palestina analisada de maneira geral, deixando de lado suas contradições internas como as diferentes classes sociais, pode ser entendida como o grupo dos “não possuidores”, pois sua batalha cotidiana se dá pelas necessidades básicas de sobrevivência, com o sonho de transformação dessa realidade para uma situação em que a luta diária se dê pela satisfação dos desejos de consumo.

Genro (2001), analisando esse tema, nos aponta talvez uma das principais centelhas que podem dar origem a um conflito, a insatisfação, que segundo ele seria a

carência oriunda dos desejos não respondidos ou da sensação derivada das condições materiais de vida; uma insatisfação que tanto pode ser provocada por um desejo “arbitrário” sonegado, como a insatisfação perante a ausência do básico para o conforto de uma vida boa (GENRO, 2001)¹².

Nesse sentido, os “desejos não respondidos” podem de fato ser “arbitrários” e consequentemente subjetivos. Por outro lado, embora também haja certa subjetividade em relação à “ausência do básico para o conforto de uma vida boa”, é senso comum que seres humanos possuem necessidades básicas de sobrevivência. Porém, para uma sociedade estabelecida, tornam-se também necessidades básicas sua manutenção e reprodução

¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2502200109.htm>>. Acesso em: fev. 2001.

representadas pela possibilidade de constituição de uma estrutura de poder e organização a partir das instituições criadas por tal sociedade.

O conflito israelo-palestino pode assim ser entendido, por um lado como os “desejos não respondidos” e por outro, como a “ausência do básico”, além, obviamente, do desejo comum a ambos os povos, ou seja, o território. De um lado uma parte dos israelenses deseja sua “Eretz Israel” (Mapa 4), ou seja, a Grande Israel, ou a “Terra Prometida”, o que fatalmente excluiria os palestinos e quaisquer outros povos de uma convivência lado a lado no que consideram ser seu território por direito. Waltz ([1954] 2004, p. 104), ao analisar os fatores internos para explicar os atos externos dos Estados afirma que

(...) a explicação pode ser expressa como privações geográficas ou econômicas, ou privações definidas de modo demasiado vago para serem rotuladas de alguma forma. Deste modo, uma nação pode alegar que não alcançou suas fronteiras ‘naturais’, que a guerra voltada para estender o Estado às suas dimensões merecidas é justificada ou mesmo necessária.

De outro lado estão os palestinos, que antes mesmo de pensarem em desejos, lutam pelas necessidades básicas de uma vida digna, ou seja, acesso ao que garanta a sobrevivência de um ser humano, como água, alimentação e abrigo, mas também lutam pela criação de uma entidade maior que represente esse povo, como um Estado plenamente constituído, provedor das necessidades básicas e possibilitador da satisfação de certos desejos. O desejo israelense da Eretz Israel e as necessidades básicas palestinas entram em conflito, pois o que está em disputa é o território com seus bens e recursos.

Hobbes, embora tratasse mais especificamente da relação entre os homens ou entre os homens e o Estado, traz reflexões que podemos aplicar no campo das disputas internacionais e especificamente nesse conflito:

portanto, se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente a sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro (HOBBS [1651] 1988, p. 74-75).

David Ben-Gurion¹³, corroborando o pensamento de Hobbes, afirmou em 1936 que “Nós e eles queremos a mesma coisa: ambos queremos a Palestina. E esse é o conflito fundamental” (SHLAIM, 2004, p. 56). As aspirações de israelenses e palestinos convergem, pois o território, juntamente com seus bens e recursos, é objeto de disputa entre os dois povos. Independentemente dos argumentos que cada lado possa ter para justificar seu direito à terra, o interesse é conflitivo.

É importante ressaltar nossa convicção, pois acreditamos que mais do que uma disputa por direito histórico ou justificativas religiosas, o que está em jogo são as possibilidades de produção e reprodução sociais que apenas podem se manifestar no território, este sim, por si e pelo o que contém, o grande motivo de discórdia.

¹³ Um dos fundadores do Partido Trabalhista de Israel e do Haganá, embrião do exército israelense, e posteriormente duas vezes Primeiro Ministro de Israel (1948-1953 e 1955-1963).

O que está em pauta é a sobrevivência do Estado e de seus cidadãos, sejam eles israelenses ou palestinos. A relação entre duas entidades governamentais, desde que não haja equidade de forças, se regula pela lei do mais forte, assim como no estado de natureza proposto por Hobbes. Indo mais além, Maquiavel não condena moralmente qualquer ação por parte de um Estado, mesmo o uso da força, que vise à satisfação das necessidades de sua população. Em suas palavras,

quando se delibera sobre a salvação da pátria, não se deve caber qualquer consideração de justiça ou injustiça, de piedade ou de crueldade, de louvor ou de ignomínia; ao contrário, acima de qualquer outra obrigação deve-se seguir totalmente o partido que lhe salve a vida e mantenha a independência (Discursos, III, 41¹⁴, apud BOBBIO, 1991, p.73).

É importante observar que não temos exemplos de situações conflituosas que tenham sido resolvidas perante a aplicação de critérios éticos ou morais, ou critérios de justiça.

Segundo Schelling¹⁵ (1960 apud CUNNINGHAM, 1998), os conflitos ocorrem quando objetivos, necessidades, valores de diferentes grupos se chocam e algum tipo de agressão, não necessariamente violenta, ocorre. O que se coloca em discussão é o que pode ser considerado violência. Em princípio o senso comum considera violência, principalmente agressões, qualquer atitude que, através do uso da força, traga algum tipo de constrangimento físico ou moral.

Os pensadores que se dedicaram à teoria dos conflitos, normalmente, estabelecem uma classificação em relação às suas origens. De modo geral se discute as origens dos conflitos em duas abordagens: a primeira em um nível micro, individual, e a outra em um nível macro, ou seja, referente a conflitos grupais, de caráter étnico, nacional, institucional, de classes ou ideológico, no nível da consciência de tais grupos. Existe ainda

¹⁴ MAQUIAVEL, N. The discourses. Harmondsworth: Penguin, [1513] 1970.

¹⁵ SCHELLING, T. The strategy of Conflict. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1960.

uma terceira abordagem possível na qual os conflitos seriam originados a partir de problemas estruturais no sistema internacional (HOMER-DIXON, 1990).

A primeira abordagem afirma que as raízes do conflito estão na natureza humana, ou seja, haveria uma predisposição humana ao conflito. Assim como os demais animais, lutamos por território, água, alimento, sobrevivência, reprodução e perpetuação da espécie. Por esse prisma é possível entender que os conflitos internacionais são resultantes da natureza humana violenta. Homer-Dixon (1990, p. 25-26), ao discutir algumas teorias dos conflitos afirma que as “teorias da agressividade inata”¹⁶ admitem este ponto de vista.

Algumas variações dessa primeira abordagem afirmam que a agressão tem origem no processo de socialização, porém, sempre instintivamente, não racionalizado. Trazem a ideia de que um ambiente violento torna os indivíduos mais violentos, ou mais propensos a atos de violência ou a aceitar tais atos. Homer-Dixon enquadra algumas teorias neste grupo: as “teorias da personalidade agressiva”¹⁷.

Novamente afirmamos, segundo os pressupostos construídos, que a violência, no caso israelo-palestino, teria sua causa na frustração e no não cumprimento de seus objetivos. Isso, em nossa avaliação, se caracteriza como um aspecto importante, sobretudo se levarmos em consideração que além das frustrações em relação às questões práticas e objetivas, o conflito traz uma carga de insatisfação e um sentimento de impotência, que seguramente tem forte impacto no que se refere à consciência de grupo das populações israelense e palestina. Justificando este ponto de vista, Homer-Dixon apresenta as “teorias da frustração-agressão”¹⁸. No entanto, fazemos uma ressalva, pois o autor as encaixa no nível

¹⁶ Bibliografia proposta por Homer-Dixon: Konrad Lorenz, *On aggression* (London: Methuen, 1963); Napoleon A. Chagnon “Life, Histories, Blood Revenge, and Warfare in a Tribal Population”, *Science*, n. 239 (1988), pp. 985-92.

¹⁷ Bibliografia proposta por Homer-Dixon: Allan Bullock, *Hitler: A Study in Tyranny* (London: Penguin, 1952).

¹⁸ Bibliografia proposta por Homer-Dixon: John Dollard, et al, *Frustration and Aggression* (New Haven: Yale University Press, 1939); Leonard Berkowitz, *Aggression: A Social Psychological Analysis* (New York: McGraw-Hill, 1962).

dos indivíduos e acreditamos que poderiam ser classificadas como parte das teorias que analisam o conflito no nível dos grupos humanos.

A segunda abordagem traz o foco ao nível da consciência de grupo. Essas teorias são as que Homer-Dixon chama de “Teorias de Comportamento Grupal”¹⁹. Algumas teorias diferenciam os regimes ou os sistemas econômicos (WALTZ, ([1954] 2004) atribuindo maior belicosidade ou tendência ao pacifismo dependendo da orientação ideológica do autor. Outras afirmam que os conflitos podem ter origem na tentativa de reforçar identidades grupais. Algumas teorias afirmam que a raiz dos conflitos é a competição coletiva por recursos e poder, sendo este último um aspecto central dessa abordagem. Tanto os conflitos intraestatais como os interestatais, ocorrem por disputa de poder. O poder é aqui entendido, como nos explica Raffestin (1993), tanto como o *poder*, grafado com minúscula, como o *Poder* grafado com maiúscula, estando o primeiro inserido no segundo. O *Poder* é visto pelo geógrafo francês como o poder do Estado, uma forma de dominação legal e legítima, embora às vezes não o seja. Já o *poder* é aquele que se encontra em todas as relações humanas, sejam elas em um nível pessoal, no nível das relações políticas entre elementos que compõem o Estado ou entre Estados. É o poder a que se refere Foucault (1979, p. 221):

a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.

Os conflitos intraestatais se dão pelo acesso ao poder, de um indivíduo, de um grupo ou de uma etnia, em uma relação de controle e dominação. Os conflitos interestatais se dão pelos mesmos motivos, porém na relação entre Estados. Essas relações de controle e dominação envolvem os recursos. Partindo do pressuposto de que os conflitos teriam suas origens devido à organização político-social dos homens, Raffestin (1993, p. 251), ao analisar

¹⁹ Bibliografia proposta por Homer-Dixon: Michael Doyle, “Liberalism and World Politics”, *American Political Science Review*, Vol. 80, n 4 (1986), pp. 1151-1170; Carl Friedrich and Zbigniew Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, 2nd ed., revised (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965).

os recursos como armas políticas, afirma que “todos os recursos são ou podem ser instrumentos de poder.” As relações entre os grupos humanos, seus territórios e recursos, passam necessariamente pela criação de normas de controle e gestão dos mesmos, as quais são inevitavelmente utilizadas pelo grupo ou Estado que detém o controle sobre tal território ou recurso, como forma de exercício de poder sobre o outro, o que nas palavras de Raffestin (1993) “naturaliza” essa dominação. Vale lembrar que o autor acredita que a Geografia Política teria o papel de questionar tal processo de naturalização. Nossa pesquisa parte desta análise: a água, mesmo nos territórios palestinos, é um recurso sob controle do Estado de Israel e elemento das relações de poder que se estabelecem entre ambos os grupos.

Waltz ([1954] 2004) divide essa abordagem em duas *imagens*²⁰. Uma, a qual ele chama de *segunda imagem*, explica os conflitos pelas estruturas internas dos Estados, ou seja, pelos seus regimes, democráticos ou autoritários, e pelos seus sistemas, capitalistas ou comunistas. E a outra, a qual ele chama de *terceira imagem*, que por sua vez se assemelha à terceira abordagem proposta por Homer-Dixon (1990), denominada “Teoria do Sistema de Unidades Integradas”²¹, atribui os conflitos ao sistema internacional anárquico. Mais uma vez, retomando Hobbes, o sistema internacional de Estados convive num estado de natureza, e os inevitáveis confrontos de interesses entre esses Estados seriam estopins para os conflitos e as guerras. Nas palavras de Waltz ([1954], 2004, p. 10), “O próprio Rousseau não identifica as grandes causas da guerra no homem nem nos Estados, mas no próprio sistema dos Estados”.

A *terceira imagem*, associada por alguns críticos à teoria neorrealista, atribui à anarquia reinante no sistema internacional a causa dos conflitos. Segundo as teorias hobbesianas, os Estados ultrapassaram internamente o estado de natureza alcançando o estado

²⁰ Vale lembrar que a primeira imagem proposta por Waltz, baseada em teorias biológicas, se refere à primeira abordagem na qual as raízes dos conflitos estão na natureza humana, ou seja, o ser humano é naturalmente inclinado ao conflito.

²¹ Bibliografia proposta por Homer-Dixon: Hans Morgenthau, *Politics Among Nations*, 5th ed. (New York: Random House, 1973). Stephen Krasner, ed., “International Regimes”, *International Organization*, Spring, 1982; Robert Keohane, *After Hegemony* (Princeton: Princeton University Press, 1986); Eric Carr, *The Twenty-Years’ Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations* (New York: Harper and Row, 1939).

civil. Eles possuem poder de coerção, o que lhes confere o “monopólio da violência legítima”²², porém a relação entre os Estados se ressentia desse tipo de poder. Como lembra Tucídides²³ (1990 apud WALTZ [1954] 2004, p. 260) “Na discussão dos assuntos humanos, a questão justa só entra quando há um poder igual para impô-la”. Assim, em muitos casos, se torna inevitável que, na ausência do poder de coerção de uma instância superior aos Estados, estes resolvam suas diferenças pelas armas, pois não há nada que os obrigue, de fato, a assumir ou cumprir compromissos. Cada Estado deve cuidar de sua própria segurança ou se aliar a quem possa conferir essa garantia, porém, sempre haverá uma contrapartida. Diante disso, Waltz ([1954] 2004) tenta mostrar a necessidade de uma instituição supraestatal como forma de alcançar a paz mundial. A Organização das Nações Unidas, criada em 1945 com esse intuito, é desrespeitada em suas resoluções em algumas ocasiões, principalmente pelas potências hegemônicas. O próprio Estado de Israel ignora algumas dessas resoluções na medida em que geralmente as considera pró-árabes. A política israelense é de garantir sua segurança a todo custo e também demonstrá-la publicamente, pois segundo Maoz (2009, p. 13)

Os políticos de Israel (...) acreditam que, se os árabes estão fortes, qualquer moderação israelense vai parecer fraqueza, o que encorajaria ataques a Israel. Por outro lado, se os árabes estão fracos, não há razão para concessões.

De fato nos parece ser essa última imagem, juntamente com elementos da segunda, a que melhor explica a gênese dos conflitos. As guerras no geral são resultantes de questões que não foram resolvidas pela diplomacia; elas significam a busca dos interesses por outros meios, e têm o Estado como ator principal. Aron (1987) considera o sistema internacional sinônimo de sistema de Estados e, embora atribua relevância a outros atores

²² Expressão cunhada por Max Weber.

²³ TULCÍDIDES. *History of Peloponnesian war*. 2ª ed. Londres: Oxford University Press, 1900.

como grandes corporações transnacionais, ONGs e organismos internacionais, considera ser o Estado o ator responsável por fazer a guerra ou a paz.

No entanto, a situação interna dos Estados pode delimitar ou condicionar sua atuação externa. Segundo Waltz ([1954] 2004) a unidade interna de um Estado se deve não somente a fatores internos, mas também a fatores externos como os conflitos, os antagonismos. A guerra pode ser uma forma de se conseguir essa unidade. Os conflitos têm o poder de unificar um povo, um Estado, além de remanejarem o jogo geopolítico de uma região.

Diante disso é possível pensar o conflito israelo-palestino como uma consequência de um sistema interno mesclado com ingerências externas referentes a interesses estatais. No campo externo há uma gama de interesses em jogo que engloba desde as potências mundiais como Estados Unidos e os países da União Europeia, como as potências regionais, como Egito, Irã, Turquia e Arábia Saudita. A dinâmica interna do Oriente Médio é em grande medida pautada por relações conflituosas na região, sobretudo o conflito israelo-palestino. A acusação local da culpabilidade de agentes externos à região, da ação baseada em interesses geopolíticos e econômicos por parte das grandes potências tem grande dose de verdade, porém serve de véu para encobrir desmandos de governos locais. Segundo Maoz (2009, p. 15) “A paz total significaria o fim do autoritarismo na região”.

No campo interno é inegável que a unidade do Estado de Israel está acima de discussões de cunho político-ideológico, religioso ou de qualquer outra espécie. É inegável também que os conflitos com os países árabes forjaram essa unidade, e que esses conflitos são utilizados ideologicamente como mantenedores dessa unidade. As várias vertentes políticas e correntes religiosas se unem em momentos de crise. Nesse sentido, corroborando nossa afirmação, Maoz (2009, p. 15) ao comparar o uso do conflito feito pelos governos árabes e israelense, afirma que

(...) da mesma forma que a elite israelense usa o conflito para a construção de um Estado e a integração social num sistema democrático, as elites árabes usam a guerra como um mecanismo para a manutenção do controle autoritário e para perpetuar o subdesenvolvimento social e econômico.

Essa abordagem juntamente com a questão da unidade nacional de Israel nos remete à questão das identidades nacionais que, por sua vez, nos permite pensar nas questões étnicas que podem estar relacionadas com alguns conflitos. São elementos presentes em alguns casos de conflitos intraestatais pelo mundo e também, de certa forma, no conflito em questão. Há, por parte de uma etnia que obtenha o controle político de uma região, a tentativa de manter a supremacia sobre grupos rivais garantindo o suprimento de suas necessidades em detrimento dos demais. No entanto, reafirmamos que os conflitos, em sua maioria, são gerados devido ao choque de interesses entre dois grupos. No caso israelo-palestino o que está em disputa, portanto, é o núcleo central do conflito, o território e seus recursos.

Uma tese mais recente e bastante polêmica acerca dos conflitos foi apresentada por Samuel P. Huntington (1994) em seu artigo intitulado “Choque das civilizações?”²⁴. O professor de Harvard defende que os conflitos, após o fim da Guerra Fria, se dariam por razões culturais, entre as diferentes civilizações. Afirma que houve o período de guerra entre os reis até o advento do Estado-nação; a partir daí ocorreram as guerras entre os povos; com o surgimento da União Soviética e, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, durante o período da Guerra Fria, os embates eram de cunho ideológico; e na atualidade esses conflitos se dariam entre as civilizações, e seriam portanto culturais.

O artigo é controverso em vários aspectos. De início tenta definir de maneira questionável quais são as civilizações. Para o autor os latino-americanos não seriam ocidentais e talvez a África não pudesse ser considerada uma civilização. Se o critério é cultural, é temerário afirmar que a América Latina não é ocidental, pois nossa herança da

²⁴ Vale lembrar que a intenção nesse momento é discutir apenas esse artigo de Samuel Huntington, que teve grande repercussão na época de sua publicação, e ainda hoje influencia diversos trabalhos e não o conjunto da obra do referido autor.

colonização europeia está presente em inúmeros traços culturais, como idiomas, vestimenta, alimentação, religião e muitos outros. O porquê da dúvida se haveria uma civilização africana não fica explicitado no texto.

Outro aspecto é que, seguindo a tradição orientalista estadunidense, já criticada por Edward Said (1990) em seu livro “Orientalismo”, atesta a superioridade da civilização ocidental e tenta encontrar maneiras pelas quais o Ocidente não perca sua hegemonia. Nessa visão, o Oriente, sobretudo os árabes, é visto como uma civilização inferior em vários aspectos, inclusive no intelectual.

Huntington teme uma “conexão confuciana-islâmica”, uma associação entre alguns países do extremo oriente, tais como China e Coreia do Norte, com países islâmicos refratários ao Ocidente como Irã e Síria. Não é por acaso que o Governo Bush definiu como “eixo do mal” esses mesmos países, talvez com exceção da China, e orientou sua política externa baseada nessa concepção civilizacional.

O grande problema está em desviar as divergências internacionais dos campos político-econômico-ideológico para os campos cultural ou civilizacional. Como se os aspectos que de fato movem as relações internacionais perdessem importância e as decisões e direcionamentos das políticas externas dos países passassem a ser pautados por critérios culturais.

É verdade, porém, que Huntington não afirma que o Estado-nação deixará de existir e que haverá apenas entidades representando as tais civilizações. Atesta a importância do aspecto civilizacional nos novos conflitos mundiais. Sua tese ganhou força após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, e embora muitos queiram fazer essa leitura, não se caracteriza, a nosso ver, como uma intriga entre islâmicos e ocidentais. Há um elemento ideológico e econômico muito forte nesses atentados e também nos que se seguiram contra os países hegemônicos e que apoiaram a invasão ao Iraque em 2003.

No entanto, apesar das críticas à essa concepção, é possível perceber aspectos de diferenciação étnico-cultural no nosso estudo de caso. Há uma clara distinção grupal no que diz respeito às condições de existência no Estado de Israel e nos Territórios Ocupados da Palestina. Dentro do Estado de Israel há notadamente uma diferenciação quanto aos direitos dos cidadãos israelenses de origem judaica e os árabes israelenses. Situação agravada no que se refere ao controle dos recursos considerados importantes e estratégicos, sobretudo terras e fontes de água, os quais estão sob controle de Israel, mesmo aqueles que se encontram em território palestino.

Outra questão que pode ser levantada tem relação com a classificação desse conflito. O que temos de fato é uma guerra? Seria uma guerra ou um conflito interestatal ou intraestatal? Segundo More (2004, p. 172), “(...) o termo e o conceito histórico e formal de ‘guerra’ são próprios de conflitos interestatais, sendo inadequados para definir os tradicionais conflitos intraestatais”.

O conflito israelo-palestino é um conflito intraestatal? Nesse momento uma discussão de caráter conceitual se coloca. O Estado de Israel compreende oficialmente entre seus limites os territórios que possuíam antes da guerra árabe-israelense dos Seis Dias em 1967. Após esse momento os Territórios Ocupados de Gaza e Cisjordânia passam a ser controlados por Israel, mesmo sob condenação internacional e também das Nações Unidas. Atualmente Israel congrega em seu território as terras de Gaza²⁵ e Cisjordânia e suas respectivas populações. Esta situação poderia definir tal conflito como intraestatal.

Porém, outra análise pode ser feita. Os palestinos de Gaza e Cisjordânia não se consideram cidadãos de Israel e, de fato, não o são. Desejam constituir seu Estado soberano nesses territórios, desvinculando-se de Israel. Por outro lado, boa parte dos cidadãos

²⁵ Analisando por outra ótica, pode-se inferir que Gaza não mais está ocupada por Israel, pois em agosto de 2005 o governo Ariel Sharon promoveu o desmantelamento das colônias judaicas naquela região. No entanto, aqui consideraremos a Faixa de Gaza ainda sob ocupação, pois de fato, quem controla diversos elementos referentes à soberania nacional tais como as fronteiras, o espaço aéreo e marítimo da região é o Estado de Israel.

israelenses não quer os palestinos como parte de seu Estado, considerando a opção mais viável para a resolução do conflito a expulsão ou a migração voluntária dessa população para outros países árabes, principalmente para a Jordânia, país com grande número de palestinos em sua população. A partir dos diferentes pontos de vista de ambos os povos, podemos encontrar uma confluência de pensamento: nenhum deles deseja viver sob o mesmo Estado que o outro²⁶. Talvez esse conflito não se encaixe em nenhum dos dois adjetivos, pois em não possuindo, os palestinos, seu próprio Estado, não há um conflito interestatal; mas também não sendo, israelitas e palestinos, integrantes do mesmo Estado, referendado por ambos e reconhecido internacionalmente, e com objetivos diferentes em relação à Gaza e Cisjordânia, torna-se impossível considerá-lo intraestatal. Percebe-se a especificidade e a particularidade da situação, direcionando assim, de certa forma, a análise que fazemos das teorias acerca dos conflitos.

Portanto, a partir do exposto, é possível entender a preocupação com a questão da segurança que se coloca entre os Estados nacionais e, sobretudo, entre israelenses e palestinos, sendo esse um tema bastante sensível nas negociações de paz, argumento que o Estado de Israel explora com bastante habilidade. Faz-se necessário, portanto, uma discussão a respeito do tema segurança, porém enfocando o conceito de segurança ambiental, analisando a importância de elementos ambientais nas relações conflitivas ou relativas à segurança entre Estados e, mais especificamente, da água no conflito israelo-palestino.

²⁶ É importante lembrar que existem outros diferentes pontos de vista acerca de uma possível resolução do conflito, no entanto não majoritários, a saber: alguns judeus não sionistas defendem a retirada de todos os judeus da Palestina, acreditando que a Terra Prometida apenas deve voltar a ser ocupada por judeus quando da vinda do Messias; outros acreditam que a solução do conflito passa pela criação de um Estado binacional laico, sem primazia de qualquer lado.

1.2. Segurança Ambiental

Um dos temas mais destacados e prioritários na atualidade, em debates e nas mais diferentes escalas, é a segurança. O medo a qualquer coisa que possa trazer algum tipo de perigo talvez seja uma das sensações mais comumente sentidas pelos seres humanos.

Todavia, não é apenas na atualidade que essa sensação acompanha a humanidade. Em seus escritos Hobbes ([1651] 1998) afirma que há três causas principais de discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. A primeira e a terceira levam o homem a atacar o outro em busca de lucro e de reputação, respectivamente; já a segunda, leva-o à busca de segurança, de sua própria defesa. Assim, a manutenção de sua integridade física, e a de seu grupo, e também de suas possessões são os maiores objetivos do homem. Rousseau (1978) afirma que anteriormente à ideia de posse o homem não conhecia lutas. As disputas começam a partir da concepção da propriedade privada. O filósofo suíço define esse estágio como “estado de sociedade”, o que corresponde ao conceito hobbesiano de “estado de natureza”. A sensação de segurança pode ser alcançada caso o indivíduo ou o grupo se julgue suficientemente forte para enfrentar possíveis perigos que virão, e/ou mantendo uma rede de relações que, baseada em acordos, garanta a ele e a seu grupo, assim como aos demais grupos, uma certeza, ao menos em tese, de não ser atacado, ou quando o for, haverá uma força que o defenda. Dessa forma a sociedade humana passa ao que Rousseau chamou de “estado civil”. Essa passagem se dá através de um “Contrato Social” no qual os integrantes de um grupo humano abdicam do “estado de natureza” da “guerra de todos contra todos”, para, por intermédio de leis e de um poder político com força de coerção, alcançar a constituição de um poder soberano, em outras palavras, o Estado.

Podemos transpor essas ideias para o plano político interno, de uma sociedade qualquer, na qual as relações citadas ocorrem entre os cidadãos organizados e são baseadas

em leis, com seus métodos de prevenção e repressão quando do rompimento delas. No plano político internacional os países, vêm, ao longo da história, organizando-se em entidades internacionais, ou baseando-se em acordos que, também teoricamente, garantem sua integridade territorial, de seus cidadãos e de sua soberania.

A segurança no plano internacional é então entendida como a capacidade que cada Estado tem em defender seus cidadãos, sua soberania, seu território e seus recursos. Segundo Cano (1998, p. 13), “la seguridad consiste en la minimización de la amenaza, o en la capacidad de afrontarla.”²⁷

Outro aspecto também sempre vinculado a questões de segurança é sua militarização. Tradicionalmente é de competência das forças militares a proteção do Estado, independentemente do tipo de ameaça, seja ela de ordem natural, ou de cunho político, social ou militar. Percebe-se então que o risco pode ter diversas origens e a mesma forma de combate: promovido pelos homens, externa e internamente, ou natural, com soluções militares.

Porém, devido a mudanças na forma em que o ser humano se apropria e se relaciona com a natureza, é possível afirmar que outros tipos de riscos surgem para a sociedade moderna: os riscos ambientais. Segundo Beck ([1986] 2006), a modernização e a industrialização nos levaram a superar a sociedade industrial clássica em direção à “sociedade de risco”²⁸. Na sociedade industrial, os riscos ambientais seriam de alcance local e teriam, portanto, um caráter socioeconômico, uma vez que as classes menos favorecidas seriam as mais afetadas, por possivelmente habitarem locais mais sujeitos a qualquer tipo de degradação ambiental. Já na sociedade de risco, esses perigos estariam mais “democratizados”, no sentido em que são de alcance mais global, podendo alcançar mais facilmente diferentes regiões do planeta, ou mesmo de uma cidade. Essa “democratização” dos perigos não acontece de fato,

²⁷ A segurança consiste na minimização da ameaça, ou na capacidade de afrontá-la.

²⁸ O sociólogo alemão Ulrich Beck (1986) foi o introdutor do conceito de sociedade de risco. Para uma análise mais detalhada desse conceito, ver Veyret (2007) e Zanirato et al. (2008).

pois as classes mais favorecidas, embora em contato com os perigos, possuem uma maior capacidade de defesa, seja pela possibilidade financeira, seja devido ao fato de que são esses os que detêm o conhecimento e a informação e assim uma maior possibilidade de se resguardarem. O debate acerca do risco na sociedade contemporânea se faz necessário, pois seu conhecimento se reflete na organização do território.

Às conhecidas formas de risco (político-militar interno ou externo, e primários com causas naturais) acrescentam-se os riscos ambientais, que podem ser induzidos (aqueles afetados por mudanças climáticas, por exemplo) ou mesmo criados (acidente em uma usina termonuclear). No entanto, não entendemos aqui os riscos ambientais apenas como possibilidade de catástrofes ou acidentes. A falta de acesso aos recursos também deve ser considerado como um elemento gerador de risco. E, dessa forma, pode ter origens diversas: desde as condições naturais de uma região, passando por definições políticas de organização e configuração territorial, até como resultado das ações humanas.

Essa nova maneira de pensar os riscos traz a necessidade de repensar o conceito tradicional de segurança. O meio ambiente passa a ser um fator que altera os paradigmas da segurança convencional, no sentido em que preocupações ambientais se tornam preocupações também dos Estados. O conceito tradicional é expandido até o ponto em que possa abarcar a ideia de bem-estar e garantia de acesso aos recursos.

Além das ameaças provocadas ou induzidas pelos avanços tecnológicos, as questões ambientais se tornam também motivo de disputa entre os Estados. Tanto no sentido de proteger seus cidadãos de problemas ambientais causados interna e externamente, quanto no sentido de garantir o acesso aos recursos, mas não apenas aqueles militarmente importantes e não renováveis como minérios e petróleo, mas também aqueles considerados vitais para toda a existência no planeta como o ar respirável e, sobretudo, a água. Esses, então, podem se tornar elementos importantes nas relações entre Estados.

Embora o debate em relação a questões ambientais como fator de segurança dos Estados seja relativamente recente, acordos e conferências internacionais²⁹ visando à normatização de questões relacionadas ao meio ambiente têm sido assinados desde o fim da Segunda Guerra, porém recebendo uma importância mais técnica ou funcional e pouca atenção política³⁰. O conceito de segurança no contexto da Guerra Fria era baseado em uma concepção militar de defesa dos interesses dos Estados.

O enfoque tradicional de segurança, pautado pela escola realista, de cunho militarista, apontava os recursos como elementos importantes para a manutenção do poder nacional, porém estáveis, fixos. A população, e a capacidade industrial eram os elementos decisivos no jogo do poder mundial. Entretanto, hoje é possível afirmar que, devido à evolução técnico-científica, a relação com os recursos é diferente. Não são mais estáveis e sim passíveis de outros usos pela técnica. Reciclagem, descoberta de novas fontes de matéria-prima ou de energia, possibilidade de alteração das características do solo e alterações genéticas transformam as possibilidades de utilização dos recursos, antes considerados “base material fixa”. Por conta dessas novas possibilidades, as questões ambientais passam a ser consideradas estratégicas. Uma floresta tropical deixa de ser um entrave à ocupação do território para ser uma reserva de biodiversidade com todas as possibilidades de uso que a técnica nos permite.

A possibilidade de conflitos interestatais serem criados ou agravados em decorrência de questões ambientais poderia abalar a ordem do sistema internacional. Nesse sentido se faria imprescindível a institucionalização de uma regulamentação a respeito dos elementos ambientais como forma de garantir a segurança dos indivíduos, dos Estados e do

²⁹ Dentre os quais destacamos, o pioneiro Tratado Antártico (1959), a Conferência da Biosfera (1968), a Conferência de Ramsar (1971), entre outros.

³⁰ “Foi somente nos últimos dez anos mais ou menos que a água passou a ser uma das questões principais na agenda política, tanto nacional quanto internacionalmente. Anteriormente, a não ser no caso de enchentes e outros desastres naturais ou industriais (...) ou em eventos simbólicos de prestígio e em grande escala (...), a água era normalmente considerada uma questão técnica ou econômica. Era um campo para químicos, hidrólogos, peritos jurídicos, engenheiros e pessoal técnico e administrativo encarregado de sistemas para bombeamento, coleta, encanamento, distribuição, purificação e proteção do abastecimento de água” (SOARES, 2002, p. 15).

sistema internacional. Essa institucionalização, a qual, segundo Ribeiro (2001), está inserida na Ordem Ambiental Internacional, tem encontrado dificuldades para ser implementada, sobretudo porque, apesar de uma mudança de foco na agenda internacional do pós-Guerra Fria, no qual as questões ambientais assumem posição de destaque, o realismo político se faz presente no que diz respeito à questão dos interesses nacionais.

Nesse contexto, aparece o conceito de segurança ambiental como uma concepção alternativa de segurança, a qual se abre para diferentes enfoques, nos quais os elementos ambientais passam também a ser objetos de proteção e foco de preocupação relacionado com a segurança dos Estados e suas populações.

Uma das primeiras discussões de relevância sobre esse tema aparece no Relatório Brundtland³¹, o qual relaciona a “pressão sobre o meio ambiente” com “tensões políticas e conflitos militares”, afirmando que a escassez de recursos aumenta a competição pelos mesmos e, conseqüentemente, a possibilidade de conflitos (CMMAD [1987], 1991, p. 325). No caso específico da água, relaciona uma série de disputas pelo uso de águas fluviais (p. 328). A segurança nacional nesse relatório é analisada para além das concepções exclusivamente militares; o enfoque é mais abrangente, e os elementos ambientais são inseridos nessa discussão. Por outro lado afirma que os investimentos ambientais, muito mais que os gastos militares, contribuiriam para a redução das tensões e conflitos, pois minimizariam a falta de acesso aos recursos, diminuindo, assim, a miséria. Para sustentar essa afirmação traz um quadro comparativo com os gastos militares e com o meio ambiente, no qual fica clara a discrepância entre os valores, além disso, tenta mostrar o que, no mundo,

³¹ Relatório produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU em 1987. Oficialmente denominado Nosso Futuro Comum, foi presidido pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland e tinha o objetivo de estudar a relação entre degradação ambiental do planeta e o desenvolvimento econômico, buscando conciliar os diferentes interesses e os antagonismos de posições resultantes da Conferência de Estocolmo de 1972. Dessa tentativa resulta o surgimento da ideia de “desenvolvimento sustentável”.

poderia ser realizado em termos de melhorias ambientais com o montante gasto com armas (p. 338-339).

São vários os autores que nas décadas seguintes trouxeram contribuições para o esclarecimento desse conceito, porém segue sendo polêmico. Além da definição do conceito *per se* o grande embate entre os pensadores está na relação entre meio ambiente e conflitos, ou como se utiliza com certa frequência, conflitos ambientais. É importante notar que o adjetivo “violento” acompanha também, com relativa frequência a noção de conflitos. No entanto seguiremos nossa concepção, que parte do pressuposto que um choque de interesses pode dar início a um conflito, não necessariamente violento, distinguindo-se assim da noção de “guerra”. Dessa forma nossa intenção não é demonstrar a existência de guerras por motivos ambientais, embora acreditemos que possam eventualmente ocorrer, mas sim que esses novos elementos são potenciais causadores de conflitos.

Um dos autores mais destacados no tema, Philippe Le Prestre, cientista político canadense, afirma que o ambiente não é a causa de guerras e sim um meio para elas. Discute a contradição existente entre a ideia de segurança nacional e questões ambientais, afirmando que a segurança nacional está vinculada ao militarismo e os objetivos ambientais são “pacíficos”, questionando então como estes poderiam levar à guerra (LE PRESTRE, 2000). No entanto, acreditamos que as ações que visam aos objetivos ambientais partem, via de regra, de Organizações Não Governamentais, ou de indivíduos. Já os Estados e as grandes corporações são pragmáticos, buscando, respectivamente, o poder político e o lucro através de suas ações ambientais. Estas por sua vez objetivam algo além da questão ambiental em si: buscam o reconhecimento público de uma suposta preocupação ambiental.

Le Prestre (2000) acredita que há basicamente duas correntes de pensamento em relação ao conceito de segurança ambiental. Uma perspectiva analítica que se preocupa com a definição dos conceitos de segurança e da validade de se pensar segurança em termos

ambientais, e de que forma as questões ambientais, ou a posse e o controle de recursos limitados ou não, poderão ser fatores de desestabilização e de definição nacional da segurança dos Estados. A outra perspectiva, de caráter instrumental, se preocupa mais com a segurança do meio ambiente do que com a segurança dos Estados. Ambas as correntes se mostram pertinentes para a compreensão da questão da segurança ambiental. Todavia, a perspectiva analítica nos parece a que melhor traduz a realidade das relações intra e interestatais e, a partir de um enfoque realista, nos possibilita uma melhor compreensão do tema.

O autor canadense também separa o conceito em quatro acepções distintas:

- a) Segurança do meio ambiente – nesse sentido o conceito se refere à segurança dos elementos naturais propriamente ditos, das espécies animais e vegetais, das águas e da atmosfera, da integridade, equilíbrio e proteção desses sistemas em longo prazo. Está vinculado ao discurso pacifista uma vez que concebe a guerra e as ações militares como altamente danosas ao ambiente.
- b) Segurança dos indivíduos – essa abordagem foca a segurança individual em relação às questões ambientais, no que diz respeito à saúde, à qualidade de vida das pessoas, e à proteção destas contra catástrofes naturais e impactos ambientais com causas antrópicas.
- c) Segurança dos Estados – essa perspectiva nos remete a um conceito central no trabalho que é o da segurança nacional, o que o autor entende como “a capacidade de defender os valores e as instituições fundamentais diante de toda ameaça externa e de evitar todo resultado indesejável imposto do exterior” ³² (LE PRESTRE, 2000, p. 423). Aqui a segurança ambiental é percebida como a proteção das instituições nacionais em relação às questões ambientais, mas, sobretudo, aquelas advindas do exterior, o que remete à questão da soberania nacional. Afirma também que para os Estados as questões mais importantes em relação à sua segurança ambiental serão “(i) o acesso a recursos e matérias-primas importantes para a economia ou a

³² Grifo no original.

defesa do Estado e (ii) os impactos das mudanças em escala mundial” (LE PRESTRE, 2000, p. 423).

d) Segurança do sistema internacional – essa abordagem se refere à possibilidade de que questões ambientais possam ser novas fontes de conflitos interestatais e, dessa forma, desestabilizar a ordem internacional. A partir dessa concepção é discutida mais aprofundadamente a possibilidade dos recursos hídricos se tornarem elementos geradores ou potencializadores de conflitos interestatais.

Essas duas últimas perspectivas são as que nos fornecem maiores possibilidades analíticas para a compreensão do conflito israelo-palestino. Não por acaso Le Prestre dedica parte de sua análise à compreensão desse caso.

Em sua crítica ao conceito o autor afirma que essa relação entre meio ambiente e segurança nacional não representa uma dimensão nova na análise das relações entre os Estados, e que as questões ambientais seriam sintomas ao invés de causas de conflitos interestatais. Concordamos que há muito se percebe essa relação, no entanto, atualmente, os Estados e as populações dão mais atenção a esses temas devido à percepção global da finitude, escassez e fragilidade de muitos recursos. Dessa forma, o objetivo dos Estados seria garantir seu acesso aos recursos necessários, visando sua segurança, entendida como a capacidade de um Estado em manter sua soberania e se desenvolver.

Uma importante contribuição para esse debate vem de Elliot (1998). Assim como Le Prestre (2000), a autora identifica duas abordagens para o tema, que de certa forma se assemelham. A primeira seria a militarização da política ambiental, na qual a segurança do Estado está no centro das preocupações e as ameaças ambientais estão inseridas na agenda tradicional da segurança nacional. Nesse ponto de vista o problema não é a degradação ambiental, mas sim o quanto a degradação possa afetar a segurança de um Estado ou do sistema internacional. E essa ameaça é sentida, uma vez que o meio ambiente é considerado

fonte de recursos estratégicos, fundamentais para a segurança dos Estados. Destarte, um dos elementos com maior potencial para acirrar tensões é a água. De certa forma essa abordagem está em consonância com nosso entendimento, inclusive porque compartilha da ideia de que no Oriente Médio o recurso mais estratégico é a água e não o petróleo (p. 223). Fica claro por esse ponto de vista que os elementos ambientais podem ser responsáveis por conflitos e, portanto, a abordagem da autora se assemelha à perspectiva analítica proposta por Le Prestre (2000).

Em uma segunda perspectiva, Elliot (1998) entende a segurança ambiental como a segurança do meio ambiente. Propõe que o tema da segurança seja analisado a partir de outras perspectivas que não a militar, ou seja, uma “desmilitarização da segurança”, e afirma que não é possível pensar as ameaças como algo externo, ou o “outro” (p. 240), mas sim como consequência das atividades humanas, sobretudo as ações militares. Em sua crítica à perspectiva analítica, a qual considera ser o enfoque tradicional da segurança, aponta uma incoerência nessa perspectiva, pois ela busca “respostas militares para ameaças não militares”³³.

A dicotomia entre segurança ambiental e segurança com enfoque militar proposta por alguns autores, a nosso ver, não existe, uma vez que a questão da segurança dos Estados, invariavelmente se mantém no âmbito militar. A alteração é que os objetos ambientais passam a fazer parte da agenda militar.

Gleick (1994) discute a segurança ambiental através da perspectiva da água como possível fator de conflitos intra e interestatais, embora entenda que há, geralmente, outros elementos que possam conduzir pessoas ou Estados a conflitos mais violentos. Afirma que a água doce pode “*constituirse tanto em fuente de disputa como em objetivo o instrumento militar*” (p. 85) ³⁴, e também atribui essa possibilidade à desigualdade no uso dos

³³ No original “*Military responses to non-military threats*” (ELLIOT, 1998, p. 230).

³⁴ Constituir-se tanto em fonte de disputa como em objetivo ou instrumento militar. Tradução livre do autor.

recursos. Afirmar que a discussão em torno do conceito está centrada na aplicabilidade dos métodos de análise e na definição tanto do conceito de segurança quanto do que se possa considerar como um risco para a segurança de um Estado. Sua preocupação reside menos em definir se os elementos ambientais podem gerar ou contribuir para os conflitos, mas sim em perceber quando e onde é mais provável que eles surjam.

Afirmar que o aumento da população e o desenvolvimento econômico acarretam, conseqüentemente, uma maior demanda por recursos hídricos, e, como boa parte das fontes de água doce, como rios, lagos e aquíferos são compartilhados por dois ou mais países a possibilidade de acirramento de conflitos por conta de tais recursos tende a aumentar, principalmente nas regiões onde há escassez hídrica. Nesse sentido nos fornece uma relação de conflitos por água, inclusive vários deles com implicações militares. No entanto reconhece que a maioria dos casos em que há bacias compartilhadas a solução encontrada é geralmente pacífica, via negociação diplomática e acordos referentes ao gerenciamento e à exploração da bacia.

Estabelece um vínculo entre recursos e poder assim como o faz Raffestin ao afirmar que

*La Geopolítica o la Realpolitik ha constituído el centro de los análisis académicos sobre seguridad internacional, análisis que acentúan la idea de que en la política del poder está la raíz del conflicto. Hasta en este nivel de análisis se reconoce el papel de los recursos como objetivo de la acción militar, si los recursos constituyen un factor definitorio del poder de una nación*³⁵ (GLEICK, 1994, p. 88).

Gleick (1994) propõe alguns parâmetros para analisar a probabilidade dos recursos hídricos se tornarem fatores de conflitos em uma bacia: a) o alcance da escassez; b) o grau de compartilhamento de água doce entre mais de uma região ou Estado; c) as relações de

³⁵ A Geopolítica ou a *Realpolitik* se constituiu como o centro das análises acadêmicas sobre segurança internacional, análises que acentuam a ideia de que a raiz do conflito está na política do poder. Até nesse nível de análise se reconhece o papel dos recursos como objetivo da ação militar, se os recursos constituem um fator definitorio do poder de uma nação. Tradução livre do autor.

poder entre os Estados que compartilham essa bacia; d) a facilidade de acesso a fontes alternativas de água doce. No caso israelo-palestino podemos chamar a atenção para mais um fator, o qual acrescentamos aqui, que seria a importância (econômica ou ideológica) que a agricultura tem para os países da bacia.

Grasa (1994, p. 26) justifica a importância de estudar o conceito de segurança ambiental lembrando os diversos programas internacionais de pesquisa que se dedicam ao tema e da relevância que este adquiriu na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU no processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992.

Grasa entende o surgimento do conceito como consequência da emergência de novas concepções de segurança no ordenamento pós-Guerra Fria, sobretudo as concepções não militares de segurança. Devido às dificuldades em se definir o conceito, propõe a análise de três dimensões que vinculam a deterioração e a escassez ambiental à segurança: a) a noção de segurança; b) conflitos com possibilidade de se tornarem violentos; c) as negociações ambientais intergovernamentais (1994, p. 26).

Ao analisar a noção de segurança o autor nota o aumento da percepção do risco ambiental que está cristalizado em quatro eixos: a) caráter limitado e distribuição assimétrica dos recursos; b) a dimensão transfronteiriça dos problemas ambientais; c) diferentes concepções teóricas e práticas no que diz respeito ao tema entre países industrializados e não industrializados; d) o caráter político e não meramente técnico-científico das possíveis soluções (1994, p. 27).

Grasa afirma ainda que os conflitos evoluem para a violência em situações em que não são resolvidos por muito tempo (1994, p. 31). Essa concepção se enquadra na análise do conflito israelo-palestino na medida em que a disputa pelo território e pelos recursos hídricos se arrasta há décadas e provoca um grande desgaste entre os negociadores, mas

principalmente provoca graves consequências na vida das populações afetadas. Por entender que os elementos ambientais são possíveis causadores ou potencializadores de conflitos violentos ou não, o autor também acredita que a noção de segurança ambiental deveria se propor a conhecer os focos de conflito e, a partir daí, buscar a paz, na medida em que acredita que as negociações intergovernamentais, mais que o espaço do conflito, devem ser o espaço da cooperação (1994, p. 37), distanciando-se, nesse sentido, da concepção clássica de segurança, de cunho militar.

Cano (1988) tenta encontrar um vínculo entre o que chama de “velho paradigma” (p. 29) da segurança convencional e as questões não militares, principalmente as ambientais. Discute o conceito através de duas noções: a) o impacto da segurança convencional (militar) no meio ambiente; b) de que forma os fatores ambientais influenciam nas questões de segurança. A segunda noção é a que nos interessa analisar.

O autor define duas vertentes para analisar essa noção: as mudanças ambientais como ameaça à sobrevivência e bem-estar dos Estados e indivíduos e a possibilidade de conflitos violentos (CANO, 1988, p. 18). Define segurança ambiental como “*la incorporación de lo medioambiental como factor que actua e influye en el paradigma de seguridad convencional, haciendo los conflictos más probables o más intratables*”³⁶ (CANO, 1988, p. 18).

Uma questão por ele abordada de extremo interesse para nossa pesquisa é a da soberania. Analisa que os esquemas tradicionais de inviolabilidade territorial começam a perder sentido com o caráter transfronteiriço de algumas das ameaças ambientais. Isso traria a necessidade de um esforço comum entre os Estados para a manutenção da segurança estatal ou internacional através da proteção do patrimônio comum da humanidade (CANO, 1988, p. 28). Dessa forma, Cano nos mostra um viés idealista quando afirma que

³⁶ A incorporação do ambiental como fator que atua e influi no paradigma da segurança convencional, tornando os conflitos mais prováveis ou intratáveis. Tradução livre do autor.

*“El aumento de la seguridad común de los estados dependerá pues de su capacidad de formular respuestas coordinadas y globales a estos problemas”*³⁷ (1998, p. 21).

No entanto, a realidade tem se mostrado consideravelmente diferente se levarmos em consideração as dificuldades encontradas pelos países reunidos na COP 15, Conferência do Clima, patrocinada pela ONU, realizada em Copenhague, Dinamarca, no mês de dezembro de 2009, para chegar a um consenso sobre a participação dos países nas ações globais em relação às mudanças climáticas. Isso nos mostra que apesar de todas as críticas, as velhas noções realistas estão presentes nas ações dos governos e, em um momento em que o discurso universal é de preocupação com o futuro do planeta, os interesses nacionais (que incluem também os interesses das grandes corporações transnacionais) seguem ditando as regras.

Cano (1988), por fim, faz uma proposição analítica que, de certa forma, se assemelha à de Le Prestre (2000). Considera necessário separar em três conceitos principais a noção de segurança não convencional: a) segurança humana; b) segurança ecológica; c) segurança global.

A primeira se assemelha à *segurança dos indivíduos* proposta por Le Prestre; segurança ecológica é entendida como a emergência das questões ambientais limitando a soberania dos Estados, se assemelhando com a *segurança dos Estados* proposta pelo autor canadense; e por fim a segurança global, entendida por Cano como a segurança ecológica mais a governabilidade global, pregando um esforço de ordenação internacional com vias à manutenção da paz. Este último, embora com um viés mais idealista que Le Prestre, também nos remete ligeiramente à noção de *segurança do sistema internacional*.

Homer-Dixon (1990) acredita que embora haja importantes relações entre mudanças ambientais e conflitos, não houve um importante aprofundamento no debate e

³⁷ O aumento da segurança comum dos Estados dependerá então de sua capacidade de formular respostas coordenadas e globais a estes problemas. Tradução livre do autor.

algumas análises são ainda rudimentares. É importante ressaltar que essas posições são do início da década de 1990, portanto muito já se produziu desde então. No entanto, o trabalho de Homer-Dixon é um importante referencial para os estudiosos do tema. As dificuldades, segundo o autor, se relacionam basicamente com a abordagem analítica e com a natureza do tema. Chama atenção para o fato que os problemas ambientais e suas consequências sociais não podem ser examinados independentemente de outras variáveis, tais como o crescimento populacional e a organização institucional de determinada sociedade, a necessidade do pesquisador em deter conhecimento em uma ampla gama de saberes e também ressalta a dificuldade em desenvolver generalizações.

Desenvolve sua argumentação baseado em duas questões: a) quais são as mais importantes consequências sociais das mudanças ambientais? b) que tipos de conflitos resultarão dessas consequências sociais? Para tanto analisa as teorias dos conflitos para estabelecer possíveis relações entre estas e as questões ambientais.

Escrito em 1990 soa como uma predição: a COP 15 se pautou pela já longínqua discussão entre os países pobres e ricos, com os chamados emergentes entre os dois extremos – como, por exemplo, a China que se aproveitou das indefinições e dificuldades estadunidenses para um programa efetivo de redução das emissões – mas também pelo debate sobre quem pagará a conta do mitigamento das emissões. Segundo o autor, a possibilidade de conflitos entre interesses já era tema comum entre os estudiosos do assunto:

*Many scholars have suggested that environmental change is likely to produce some form of conflict, although perhaps not violent conflict. Some have proposed, for example, that as global environmental damage becomes more obvious, nations of the North and the South may quarrel over who is responsible for the damage and who should pay for mitigating it*³⁸
(HOMER-DIXON, 1990, p.2).

³⁸ Vários acadêmicos sugerem que mudanças ambientais são passíveis de produzir algum tipo de conflito, embora talvez não violento. Alguns propõem, por exemplo, que à medida que os problemas ambientais globais vão se tornando mais notáveis, nações do norte e do sul tendem a disputar quem é o responsável pelos problemas e quem deveria pagar pelo mitigamento. Tradução livre do autor.

Homer-Dixon, em outro trabalho³⁹ (1994 apud LE PRESTRE, 2000), alega que é muito difícil estabelecer origens ambientais em conflitos internacionais, e que o meio ambiente é apenas uma variável do conflito. Por outro lado afirma que há forte vínculo entre pressão ambiental e conflitos internos e que a escassez de recursos pode causar violência, principalmente a água doce, as florestas e as terras agriculturáveis.

Alguns autores, porém, defendem que não há vínculo entre questões ambientais e conflitos. Allan (1999), da “*Water Issues Group*” da Universidade de Londres, em uma conferência na Universidade de Birzeit, na Cisjordânia, afirmou que a escassez de água não causa conflitos armados, e que não há base para acreditar nessa possibilidade. Há muito mais tratados e diversas formas de cooperação acerca dos recursos hídricos do que situações conflitivas.

Uma crítica comum à noção de segurança ambiental parte da ideia de que não seria viável definir um conceito com uma amplitude tão grande. Dabelko e Dabelko (1998, p. 39), por exemplo, asseveram que “não se pode agrupar os interesses de segurança nacional e os problemas ambientais sob o título comum de ameaça”. Afirmam ainda que essa inclusão atenderia a interesses burocráticos, uma vez que menos verbas seriam destinadas aos militares, caso o meio ambiente passasse a fazer parte das preocupações de segurança das nações (FINGER, 1991⁴⁰; LE PRESTRE, 1993⁴¹ apud DABELKO e DABELKO, 1998, p. 39).

Alguns autores (MATHEWS, 1989⁴²; MISCHÉ, 1989⁴³, 1992⁴⁴; RENNER, 1989⁴⁵; PRINS, 1990⁴⁶; MYERS, 1993⁴⁷ apud DABELKO e DABELKO, 1998, p. 36-37)

³⁹ HOMER-DIXON, T. F. Environmental scarcities and violent conflicts: evidence from cases. In **International Security**, 1994.

⁴⁰ FINGER, M. The military, the Nation State and the environment. **The Ecologist**, v. 21, n. 5, p. 220-225, 1991.

⁴¹ LE PRESTRE, P. Environmental security and the future of American defense policy. Comunicação apresentada em “*Geopolitics of the environment and the new world order: limits, conflicts, insecurity?*” SORISTEC, Chantilly, França, 06-09 de janeiro, 1993.

⁴² MATHEWS, J. T. Redefining security. **Foreign Affairs**, n. 68, p. 162-177, 1989.

afirmam que é preciso redefinir o conceito de segurança além do nível dos Estados e das teorias realistas.

Segundo eles, o realismo tradicional não dá suficiente atenção para as questões conflitivas internas e tampouco para as contribuições trazidas por outros atores que não o Estado, o qual, no enfoque realista tradicional, é o único significativo no sistema internacional. Defendem também uma “*definición más holística de la seguridad que supere los modelos competitivos del comportamiento estatal*”⁴⁸ (DABELKO e DABELKO, 1998, p. 36). Homer-Dixon também critica o realismo político afirmando que este induz os estudiosos a ignorarem ou minimizarem as consequências dos problemas ambientais em relação aos conflitos e a reduzirem as questões ambientais de forma que se encaixem em uma estrutura de conceitos que incluem Estado, soberania, território, interesses nacionais e equilíbrio de poder (1990, p. 6).

Porém, em nossa opinião, a questão ambiental, de fato, se coloca junto a esses conceitos como uma nova face de preocupação. Ela está relacionada àquela que talvez seja uma das premissas básicas do realismo político: o conceito de interesses nacionais e suas estratégias de alcance. Ribeiro (2001, p. 113-114) também relaciona a segurança ambiental com essas estratégias. Em suas palavras: “a ideia de segurança ambiental global não está configurada como um conceito que leva à ação, mas à implementação de estratégias por uma unidade política”. E acrescenta que esse conceito “não deixou de cumprir a função de justificar ‘cientificamente’ a política externa dos países”.

⁴³ MISCHÉ, P. Ecological security and the need to reconceptualize sovereignty. **Alternatives**, n.14, v. 4, p. 389-427, 1989.

⁴⁴ MISCHÉ, P. Security through defending the environment: citizens say yes. In. BOULDING, E. (ed.). **New agendas for peace research: conflict and security reexamined**. Bolder: Lynne, 1992, p. 103-119.

⁴⁵ RENNER, M. National security: the economic and environmental dimensions. **World Watch Paper**, n. 89, 1989.

⁴⁶ PRINS, G. Politics and the environment. **International Affairs**, n. 4, v. 66, p.711-730, 1990.

⁴⁷ MYRES, N. Ultimate security: the environmental basis of political stability, New York: Norton & Co. National security strategy of the United States, 1991, Washington: U.S. Government Printing Office, 1993.

⁴⁸ Definição mais holística da segurança que supere os modelos competitivos do comportamento estatal. Tradução livre do autor.

Acreditamos também que o Estado não é o único ator significativo no sistema internacional, pois na atualidade as grandes corporações possuem um grande poder de influência. Como será possível pensar em segurança ambiental se não há o interesse dessas corporações em alterar o sistema de produção e os padrões de consumo? Acreditamos, no entanto, que o Estado segue sendo o ator primordial, pois embora, muitas vezes represente interesses de grandes corporações, o poder decisório de fato está em suas mãos. É o Estado o ator qualificado no sistema internacional para firmar acordos, tratados, convenções ou qualquer instrumento jurídico que possa interferir na ordem global. Além disso, embora por vezes atendendo interesses particulares, o Estado deve se preocupar com o público interno, pois a opinião pública lhe possibilita ou não condições de governabilidade.

Dabelko e Dabelko (1998) também sugerem que o tema segurança ambiental ultrapasse as fronteiras dos Estados para se tornar uma preocupação global, sobretudo em um momento em que os riscos estão globalizados. Mas, como nos lembra Elliot (1998), os recursos remetem a uma questão de soberania ou são uma herança global? Alguns impactos e recursos não respeitam os limites estatais. Assim, o melhor seria que os Estados atuassem em cooperação para a solução dos problemas ambientais. No entanto, como afirma Petrella (2004, p. 15), “o reconhecimento da água como ‘bem comum’ não ultrapassou os limites das fronteiras dos países e do princípio da soberania nacional”.

Porém, em contraposição a essa ideia, Hurrell e Kingsbury⁴⁹ (1992) questionam:

pode um sistema político fragmentado e muitas vezes conflituoso dar conta de mais de 170 estados e um sem número de outros atores (ONGs) para que haja (como nunca houve na história) um alto nível de cooperação e coordenação para resolver os problemas ambientais em escala global? (1992 apud VOGLER, 1996, p. 2).

⁴⁹ HURRELL, A. e KINGSBURY, B. The International politics of the environment, actors, interests, and institutions. Oxford; New York : Clarendon Press: Oxford University Press, 1992. 492 p.

Um dos autores que mais tem se preocupado com a questão de causalidade dos conflitos é Deudney, que entre 1990 e 1995 escreveu vários artigos e livros abordando o mesmo assunto (DABELKO e DABELKO, 1998). O autor nos apresenta três argumentos contrários à possibilidade de conflitos por recursos (DEUDNEY, 1990⁵⁰, apud BRICHS, 2002, p. 313): a possibilidade de comércio internacional, a dificuldade na atualidade de exploração de recursos via conquista territorial e a possibilidade de substituição de materiais.

Esses argumentos, no nosso entender, são falhos, no sentido em que, embora supostamente conectados com os avanços técnico-científicos, deixam lacunas para a compreensão de diversos casos. O comércio internacional, embora uma realidade, só é plausível para países com economias fortes e estruturadas; se as conquistas militares não são uma constante no mundo atual, as “conquistas” econômicas se fazem presentes nos territórios dos diversos países, sobretudo os não desenvolvidos; a substituição de materiais, amplamente facilitada devido a avanços tecnológicos, só é possível onde há investimento em pesquisa ou para aqueles que possam adquirir tecnologia. Portanto, os três argumentos excluem da análise boa parte dos países pobres.

É importante lembrar que as particularidades do caso israelo-palestino mais uma vez se fazem presentes, muito devido a esses fatores. E com o acréscimo de um fator de extrema relevância: nesse caso há, de fato, uma ocupação territorial. Ou seja, o segundo argumento de Deudney aqui se torna absolutamente inválido, visto que a ocupação territorial via militar, permite a Israel explorar os recursos hídricos nos Territórios Ocupados.

Assim como parte dos autores que não consideram haver vínculo entre questões ambientais e conflitos violentos, Deudney não minimiza a importância das questões ambientais. Segundo Brichs (2002, p. 314), sua crítica acontece no nível analítico, pois nem todo problema ambiental ou internacional é uma questão de segurança, o que ocasiona uma

⁵⁰ DEUDNEY, D. The case against linking environmental degradation and national security. Millenium, 1990.

banalização desse conceito. Mas embora o autor considere a existência de certos vínculos entre meio ambiente e guerras, não considera que haja um vínculo causal entre as duas coisas e que, portanto, questões ambientais não são causadoras de conflitos.

A mesma posição defende Le Prestre (2000, p. 461), quando afirma que “os conflitos internacionais têm sempre causas múltiplas, sendo, pois, ilusório querer isolar um fator ambiental particular. É mais proveitoso refletir sobre o papel que podem ter tais disputas no agravamento do conflito”. E nesse momento utiliza como exemplo o conflito israelo-palestino para justificar sua argumentação. Alega que embora a água tenha grande importância nesse conflito, não foi “a motivação fundamental de Israel na decisão de ocupar o Golã, o sul do Líbano e a Cisjordânia” (p. 462). Por fim, citando Libizewski⁵¹, afirma que “o conflito do Oriente Próximo se refira fundamentalmente à segurança física, à identidade e ao território” (p. 462).

No entanto, a partir da análise proposta em nosso trabalho, entendemos que os recursos hídricos tenham sido de fato um dos principais motivos causadores dessa guerra, como pretendemos mostrar. É notória a grande preocupação de Israel com a distribuição, controle e uso desses recursos, desde antes mesmo de sua fundação. As reivindicações territoriais do movimento sionista, as disputas territoriais com os árabes (já com o Estado consolidado), algumas guerras e acordos estiveram, em grande medida, pautados pela discussão da disponibilidade da água. E aqui acreditamos estar o cerne da questão: o caminho paralelo que percorrem os temas da segurança do Estado de Israel e dos recursos hídricos desde o estabelecimento dos primeiros sionistas na região.

A noção de segurança esteve presente no movimento sionista desde sua formação, sobretudo devido ao fato das perseguições sofridas pelos judeus na diáspora em variados lugares. A ideia da criação do Estado de Israel tem como objetivo central estabelecer

⁵¹ LIBISZEWSKI, S. Water disputes in the Jordan basin region and their role in the resolution of the arab-israeli conflict, 1995.

o lar nacional judaico, e este ser um porto seguro para esta nação, livrando-os assim das perseguições. Dessa forma a segurança se torna o “primeiro e mais importante valor” (MAOZ, 2009, p. 13), e a sociedade israelense se forja baseada na concepção de autodefesa.

Como base para a doutrina de segurança, Ze’ev Jabotinsky, um dos maiores líderes do sionismo revisionista, publica dois artigos, em 1923, com o título de “A muralha de ferro” (em verdade o primeiro intitulado “Sobre a muralha de ferro (nós e os árabes)” e o segundo sob o título “A moralidade da muralha de ferro”). Esses artigos concebiam uma política de segurança baseada na premissa do sentimento de hostilidade do mundo árabe em relação aos judeus e sua intenção em destruí-los. Dessa forma a única saída é a constituição de uma força de proteção com grande potencial de defesa e ataque levando os árabes a perceberem que seus objetivos são impossíveis, o que os fragilizaria em suas reivindicações. Essa doutrina pressupunha um acordo com os árabes, porém não os considerava preparados para tal acordo justamente por não concordarem com os objetivos sionistas de estabelecimento de um Estado baseado na integridade da Eretz Israel sobre ambas as margens do rio Jordão e na soberania política sobre toda a área. A “muralha de ferro”, ou seja, essa política de segurança, teria como objetivo fazer com que os árabes se mantivessem descrentes do sucesso de suas reivindicações até que aceitassem negociar nos termos impostos pelos judeus. É o que Maoz (2009, p. 11) chama de “*cumulative deterrence*”⁵².

As políticas de ocupação e assentamentos de Israel e a intenção em determinar as fronteiras finais do Estado a partir dessa política estão intimamente vinculadas com esses temas paralelos referentes à segurança e recursos hídricos. As ocupações das colinas de Golã e da Cisjordânia podem ser analisadas sob essas duas perspectivas. A instalação e a manutenção das colônias judaicas nessas regiões, consideradas algo vital por Israel, tentam justificar a ocupação, garantir a segurança do Estado e só são possíveis porque há

⁵² Recuo tático cumulativo. Tradução livre do autor.

disponibilidade hídrica para os colonos. Nas palavras de Gvirtzman⁵³, “(...) O governo israelense declarou que a água é um recurso estratégico mesmo em tempos de paz”. Segundo Tosset, Gleditsch e Hegre (2000, p. 972), em 1967, pouco antes da Guerra dos Seis Dias, o então primeiro ministro de Israel Levi Eshkol afirmou que a água era uma questão de sobrevivência para Israel e que iriam usar todos os meios necessários para garantir o acesso a ela. No entanto afirmam em seguida que há outros fatores de maior importância nas disputas no Oriente Médio e citando Wolf⁵⁴ (p. 254), complementam atestando não haver evidências que comprovem as teorias que afirmam haver conflitos por água.

Em 1990, o então Ministro da agricultura israelense, Rafael Eitan publicou um anúncio de uma página inteira no jornal *Jerusalém Post*⁵⁵ acerca da percepção da necessidade de Israel em

controlar completamente o uso dos recursos hídricos originados na Cisjordânia através da permanente ocupação daquele território. [E conclui] É difícil conceber qualquer solução política consistente com a sobrevivência de Israel que não envolva o completo e contínuo controle israelense da água e do sistema de esgotos, e da infraestrutura associada, incluindo a distribuição, a rede de estradas, essencial para sua operação, manutenção e acessibilidade (UN, 1992, p. 18).

Embora os Acordos de Oslo II em 1995 tenham reconhecido os direitos dos palestinos sobre os recursos hídricos e tenham formalizado o controle conjunto dos recursos, na prática isso não se concretizou, muito pela dificuldade que os palestinos têm em regulamentar o setor, mas também pelo pouco empenho dos israelenses para que isso aconteça.

⁵³ GVIRTZMAN, H. Maps of israeli interests in Judea and Samaria determining the extent of the additional withdrawals. s/d. Disponível em: <www.biu.ac.il/Besa/books/maps.htm>. Acesso em: nov. 2004.

⁵⁴ WOLF, A.T. “Water wars” and water reality: conflict and cooperation along international waterways. In S. Loneragan, **Environmental change, adaptation and human security**. Dordrecht: Kluwe Academic, p. 251-265.

⁵⁵ Jerusalem Post. “Israel – The land and its significance: the question of water-some dry facts”, public service announcement, International edition, 19 ago 1990, p. 8.

Podemos nos apropriar das palavras de Ribeiro (2001, p. 21) para analisar esse quadro:

A configuração de uma ordem internacional baseada na imposição da vontade pela força teria como foco evitar o risco da perda de segurança de uma unidade política ou do próprio sistema que prevê a segurança de seus integrantes. Para se evitar a ‘tirania’ de uma unidade política sobre as demais, esta ordem deveria ser equilibrada.

É possível concluir, portanto, que a discussão da segurança em Israel passa necessariamente pela questão da água, que é definitivamente considerada um elemento de segurança nacional pelo Estado de Israel, o que justifica a análise dos conceitos de segurança ambiental e de segurança hídrica neste estudo. Este último é predominantemente discutido no âmbito interno dos países como garantia aos cidadãos de um abastecimento hídrico suficiente para as necessidades da população. A particularidade no caso israelo-palestino é que esse conceito está relacionado com ações do Estado também na esfera internacional com o objetivo de garantir essa segurança hídrica para sua população na medida em que atingem territórios de outros países tais como a Síria, ou os Territórios Palestinos afetando diretamente suas populações ao confiscar água de seus territórios, e dessa forma essas ações são condenadas pela comunidade internacional.

Por outro lado, como afirma Le Prestre (2000, p. 476), a ideia de insegurança é manipulável, o que sugere que o discurso israelense sobre a segurança que vem, durante décadas justificando suas ações em relação aos árabes, sobretudo aos palestinos, pode não passar apenas de uma retórica expansionista, que visa, através do controle do território e dos recursos hídricos, viabilizar o Estado, bem como sua produção e reprodução social. Ou seja, o controle da água não estaria ligado à questão da segurança propriamente dita, apenas visaria garantir o acesso aos recursos, viabilizando a agricultura e a ocupação principalmente de regiões mais áridas como as proximidades do deserto do Neguev.

Um exemplo bastante oportuno é o muro que Israel está construindo separando a Cisjordânia do território israelense. Alegando questões de segurança e visando dificultar a entrada de militantes palestinos em seu território para supostos ataques, vem construindo um muro de concreto, ao qual define como cerca (Mapa 5). Esse muro incorpora ao Estado judaico algo entre 7% (fontes israelenses) e 9% (fontes palestinas) do território da Cisjordânia, além do lado oriental de Jerusalém, reivindicada pelos palestinos como futura capital de seu Estado. Os palestinos alegam que essas terras, que ficaram no lado israelense do muro, serão definitivamente incorporadas ao Estado de Israel em futuras negociações. O governo de Israel nega e alega que houve uma drástica diminuição de atentados após o início da construção do muro e conta com forte apoio da população.

Essas terras palestinas não foram confiscadas ou expropriadas. Foram requisitadas temporariamente por cinco anos com possibilidade de renovação, sem nenhum tipo de indenização devido ao caráter de requisição e não de expropriação do ato (TROTIER, 2007).

Mas não se trata “apenas” de requisitar ou de se apropriar de terras. O muro anexa importantes colônias judaicas, aproximadamente 370.000 colonos ilegais, algo em torno de 87% do total de assentados⁵⁶. Também anexa terras agriculturáveis e dificulta o deslocamento de palestinos de um lado a outro do muro. A ONU calcula que aproximadamente 50.000 palestinos ficarão aprisionados no lado israelense (Folha de São Paulo, Caderno Mundo, 10/07/2007).

⁵⁶ Negotiations Affair Department – Palestine Liberation Organization. Disponível em: <www.nad-plo.org>. Acesso em: jul. 2007.

Mapa 5. A Construção do Muro e os Recursos Hídricos

Disponível em < <http://www.nad-plo.org/maps/water> >. Acesso em 28 jan. 2007.

A construção do muro faz parte do programa de segurança estipulado pelo Estado de Israel. Segundo Trottier (2007), o debate na sociedade israelense substituiu a pergunta “como vamos manter a segurança de Israel?” para “onde vamos construir a segurança de Israel?”.

Mas uma questão nos inquieta ao observar o mapa 5: o trecho do muro já construído, representado pela linha preta, e os trechos em construção e projetados, representados pelas linhas vermelha e cinza respectivamente, com certa frequência se distanciam da linha verde, demonstrando a incorporação de terras palestinas. Porém o que mais chama a atenção é que essas “incursões” ao território palestino se fazem, na maioria das vezes, nas áreas de exploração dos aquíferos, representados pelas manchas azuis, e também algumas vezes em áreas onde existem os poços palestinos de captação de água, representados pelos pequenos quadrados. Seria possível tentar justificar que o traçado do muro busca incorporar alguns assentamentos judaicos. No entanto há momentos em que o muro adentra o território palestino apenas para se aproximar das áreas de captação. O muro incorpora grande parte dos poços e fontes de água dos palestinos próximos à linha verde.

Em 2004 a Corte Internacional de Haia julgou a construção do muro e a considerou contrária às leis internacionais. A corte recomendou à ONU que tomasse medidas contra sua efetivação, mas Israel não acatou a decisão internacional e segue construindo o muro. O governo israelense alega que as terras serão devolvidas em futuras negociações.

Esse caso evidencia a importância do tema segurança na agenda israelense, independentemente da interpretação que se faça a respeito do discurso do Estado de Israel sobre sua segurança. É uma situação conflitiva que pode ser creditada também à necessidade de controle de recursos hídricos, corroborando a tese da centralidade desses recursos no conflito, na configuração territorial tanto de Israel quanto de um Estado palestino e no discurso de segurança israelense.

Por outro lado, alguns autores (LE PRESTRE, 2000; CANO, 1998) sugerem que o meio ambiente poderia levar à paz ou reforçá-la mediante medidas de cooperação nacional. Por essa mesma perspectiva seria possível contribuir para a solução do conflito israelo-palestino a partir da cooperação no que diz respeito à partilha e ao acesso à água, desde que questões políticas não atrapalhem esse processo. O meio ambiente se torna um instrumento político para a resolução de conflitos. Embora bastante interessante, essa perspectiva nos parece demasiadamente otimista para o momento.

É possível afirmar que as questões ambientais são temas da mais alta importância e estão presentes nas discussões de cúpula da política internacional. Sua relevância está intimamente relacionada com as ideias de segurança nacional e com sistema internacional, e também simbolizam “o que será a natureza das relações internacionais em um futuro próximo. (...) As questões ambientais não são mais simplesmente técnicas e científicas. Elas estão inseridas na dinâmica das relações políticas e de poder internacionais” (LE PRESTRE, 2000, p. 479).

Após a revisão bibliográfica e a aplicação ao caso israelo-palestino, entendemos segurança ambiental como as condições, garantidas por um Estado, que fazem uma população viver em segurança, entendida aqui como todas as possibilidades reais de abastecimento satisfatório de elementos naturais tais como água, ar, alimentos, matéria-prima para a obtenção de bens, em quantidade e qualidade suficientes para o consumo desta população. É a segurança, ao menos em tese, de que os recursos naturais de um Estado serão controlados por ele ou por atores internos, garantindo à população o usufruto destes, independentemente de sua condição social, e ao próprio Estado o poder de decisão sobre tais recursos mantendo assim sua soberania sobre os mesmos.

Concordamos que os fatores ambientais não são necessariamente motivos de conflitos, os quais, no geral, possuem causas múltiplas. Salvo raras exceções, dois ou mais

Estados apenas partem para hostilidades quando suas relações estão bastante deterioradas e após as tentativas diplomáticas se esgotarem. Vale lembrar que após uma guerra, por mais que os objetivos possam ter sido alcançados, restará um saldo negativo de perdas humanas e financeiras. Porém, não acreditamos que haja uma teoria geral que explique os conflitos, mas sim que cada situação possui particularidades. Como afirmam Warner e Moreyra (2004, p. 23) “el agua se politiza em ciertos contextos mientras que su asignación y manejo pueden estar libres de conflictos en otros”⁵⁷. Diante desta exposição, acreditamos que os elementos ambientais possam se tornar fatores de conflitos em alguns casos específicos, assim como potencializadores de situações conflitivas já existentes. As análises acerca do conflito israelo-palestino seguirão nessa perspectiva.

1.3. A Água Como Fator de Conflitos

Embora alguns autores não concordem com a ideia, acreditamos que dentre os diversos recursos causadores ou potencializadores de conflitos a água possa ser um dos mais significativos na atualidade.

A última glaciação na Terra ocorreu há cerca de 20 mil anos, o que obrigou as populações de seres humanos a habitar as zonas mais quentes do planeta, tais como a Mesopotâmia, rica em água. Nesta região foram encontrados poços artesianos dentro de cidades muradas, o que prova que o acesso à água há muito já é considerado um fator estratégico e um instrumento político de poder.

L'eau et l'air, les deux ressources naturelles les plus largement répandues sur la planète, vont faire l'objet de conflits politiques de plus en plus vifs au

⁵⁷ A água se politiza em certos contextos, enquanto sua concessão e manejo podem estar livres de conflitos em outros. Tradução livre do autor.

cours de la prochaine décennie, aussi bien entre certains Etats qu'a l'intérieur des pays” (CONNOR, 1996, p. 54)⁵⁸.

Essa afirmação, feita há mais de uma década, mostra que os conflitos podem ocorrer entre Estados Nacionais que possuem águas transfronteiriças, ou entre populações dentro de um mesmo país, situação essa que invariavelmente resulta em uma maior deficiência de saneamento básico, saúde, condições de produção, enfim, mais pobreza.

Em vista disso, faz-se necessária uma breve análise sobre o tema para que seja possível a compreensão desse bem como motivo de discussões geopolíticas, tratados internacionais e legislações nacionais, evidenciando assim sua importância estratégica.

Durante boa parte da história da humanidade a água foi tratada como um recurso abundante, sem causar grandes reflexões a respeito de sua disponibilidade. Mas em algumas regiões do globo como, por exemplo, o Oriente Médio, devido ao uso inadequado de sua pequena oferta hídrica, essa questão é problemática há muito tempo, uma vez que lá se instalaram vários povos que necessitam de um volume de água além do que é ofertado.

Porém, nas últimas décadas, acompanhando a preocupação global com questões relativas ao meio ambiente, o assunto água tem ganhado a dimensão devida. Mas assim como os outros elementos da temática ambiental, seu valor passa a ser estratégico. Seja devido ao caráter de bem econômico e a consequente ambição das empresas do setor seguida pelas pressões destas sobre governos e organismos internacionais, seja devido ao caráter estratégico de consumo, sendo ele doméstico ou nas mais variadas formas de produção. Segundo Raffestin (1993) são as várias utilidades da matéria que interessam aos homens. Ribeiro (2004, p. 8), citando Raffestin, destaca a “importância dos recursos naturais para um país pleitear a condição de potência”. De acordo com Becker (2003, p. 274) “uma verdadeira hidropolítica se configura no cenário mundial”.

⁵⁸ A água e o ar, os dois recursos naturais mais amplamente divulgados no planeta, serão, cada vez mais, objetos de conflitos políticos no curso da próxima década, tanto entre Estados quanto no interior de países. Tradução livre do autor.

Outro ponto a destacar é o fato de não podermos pensar a água como recurso estratégico e econômico apenas em sua forma líquida. A água é estratégica também devido a sua importância na manutenção da biodiversidade. Além disso, quando se comercializam alimentos de origem vegetal ou animal também se está comercializando a água que foi gasta na sua produção.

Existe uma grave crise de abastecimento hídrico no mundo. Os números indicam uma situação no mínimo preocupante: embora a proporção da população mundial que conta com um sistema aperfeiçoado de acesso à água tenha aumentado de 76% para 86% de 1990 a 2006, estima-se que ainda haja 1 bilhão de pessoas sem acesso a um sistema de abastecimento capaz de fornecer ao menos 20 litros de água potável por pessoa ao dia e que aproximadamente 2 bilhões de pessoas não usufruem de nenhum tipo de saneamento, sendo que em 54 países, menos da metade da população dispõe desse serviço⁵⁹.

Nesse contexto de escassez, a água traz uma clara vantagem competitiva para quem a possui, seja para o uso doméstico ou como fator de produção. Emergem dessa situação dramática algumas visões catastrofistas, que retroalimentam esse *status* de bem estratégico dado à água. Alguns consideram o crescimento da população mundial como o grande culpado pela crise. No entanto é importante perceber que essa crise é socioambiental ou socioeconômica e não malthusiana⁶⁰. Mesmo porque há uma tendência de queda nas taxas de crescimento populacional mundial. Segundo Becker (2003, p. 275), “a população mundial triplicou nos últimos 70 anos, enquanto o consumo de água aumentou seis vezes” (Tabela 1). Segundo a Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agropecuária é a atividade que mais consome água no mundo: aproximadamente 70% do total de água utilizada no planeta é destinado a essa atividade; a indústria é responsável por 22% e

⁵⁹ Estatísticas Sanitárias Mundais – 2009. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: out. 2009.

⁶⁰ Teoria baseada nos estudos de Thomas Malthus (1766-1834), a qual afirmava que o crescimento populacional seria o fator causador da maioria dos problemas sociais.

o uso doméstico por apenas 8%⁶¹. Nota-se que o aumento do consumo não se deve apenas ao consumo doméstico, mas sim, em grande medida, aos fatores de produção, que são justamente aqueles elementos que poderão gerar tensões entre os Estados.

Fonte: UNESCO, WWAP, Water for people, water for life - 2003, p. 13. In. Ribeiro, 2008.

Atualmente alguns conflitos, ou áreas de tensão, são provocados ou têm na água um de seus fatores. No entanto, em geral, as guerras são atribuídas a outros motivos que não a água. Não é raro questões religiosas ou étnicas serem consideradas determinantes para o surgimento de conflitos. Segundo Shiva (2006, p. 10-11), há uma “camuflagem” intencional, com o intuito de desviar o foco das reais razões em alguns conflitos. Segundo a autora indiana “Tais deturpações de guerras por água desvia energia política necessária para soluções justas e sustentáveis sobre a partilha da água”. Considera também o conflito israelo-palestino um desses casos, em que a água, embora determinante para o desenrolar do conflito, não é considerada como elemento central, ao que motivos religiosos, étnicos e culturais são colocados como fundamentais para a compreensão da contenda. Peres (1994, p. 160) é outro estudioso que atribui grande importância à água e constata que

⁶¹ Disponível em: <<http://www.daescs.sp.gov.br/index.asp?dados=ensina&ensi=planeta>>. Acesso em: nov. 2008.

desde a aurora da história tem havido rixas, e até mesmo guerras, pela propriedade e uso da água, e os resultados desses conflitos afetaram bastante o Oriente Médio. (...) As relações entre países da área foram e continuam a ser ditadas em grande parte pela questão de água.

O conflito israelo-palestino é mais conhecido, talvez, por motivos como as colônias judaicas, os refugiados, o *status* de Jerusalém e na grande mídia pelas incursões do exército de Israel aos Territórios Ocupados, pelos ataques de homens bombas palestinos e pelos foguetes lançados pelo grupo *Hamas*. No entanto, a questão da água está há muito sendo discutida sem haver um consenso. É claro que as relações entre os vizinhos já eram conflituosas havia algumas décadas, mas esse conflito teve nos recursos hídricos seu fator decisivo. Não se pode atribuir apenas à água o motivo do conflito entre árabes e israelenses, mas é possível afirmar que a Guerra dos Seis Dias em 1967, a qual, a nosso ver, juntamente com a Guerra de 1948, é a mais importante de todas as guerras travadas entre os dois povos, porque definiu a situação atual das fronteiras na região, e cujas consequências se arrastam até os dias atuais. Esse conflito teve como motivação principal a água e, obviamente, o território ao qual está inserida. Além disso, também se estende à Síria já que teve parte de seu território ocupado por Israel, as colinas de Golã e algumas áreas de mananciais, incluindo-se as nascentes que dão origem ao rio Jordão.

O Oriente Médio como um todo vive um problema crônico de escassez de água. Alguns países têm situação mais confortável, porém de modo geral não há muita disponibilidade.

O Projeto Anatólia do Sudeste, iniciado na Turquia na década de 1980, é outro exemplo local de como a água pode ser o elemento central no acirramento de conflitos inter e intraestatais. Nesse caso especificamente é possível observar as duas situações. Por um lado essas obras receberam críticas da Síria e do Iraque, pois o fluxo do rio Eufrates foi interrompido por aproximadamente um mês para encher a represa de Ataturk, a maior de

todas do complexo, embora o governo turco tenha notificado essa ação. Por outro lado a construção dessa represa está relacionada em duas frentes com a presença dos curdos na região das nascentes dos rios Tigre e Eufrates. Ankara pretende levar maior desenvolvimento à região, estimulando assim a migração de turcos com o intuito de enfraquecer o movimento curdo por independência. E em outra frente, em 1990, o governo turco ameaçou cortar o fluxo das águas do rio Eufrates caso a Síria não retirasse seu apoio aos rebeldes curdos que agiam na fronteira entre os dois países (GLEICK, 1994, p. 90).

Nas décadas de 1970 e 1980 foram construídas barragens em toda a Mesopotâmia, que posteriormente foram disputadas com o Irã, na guerra entre ambos os países que teve início em 1979. Após a Guerra do Golfo (1991), o governo turco propôs a construção de um “aqueduto da paz” que levaria água dos rios Tigre e Eufrates para países do Oriente Médio, incluindo Israel, o qual não foi aceito pelos governos árabes, sobretudo o iraquiano, os quais consideravam que o conflito árabe-israelense⁶² passa necessariamente pela discussão dos recursos hídricos.

Dessa forma, baseado na premissa de que os recursos hídricos são elementos de grande valor estratégico, é possível perceber na invasão da coalizão liderada pelos Estados Unidos ao Iraque em 2003 a importância atribuída a esses recursos. A cidade de Basra, no sul do Iraque, um dos primeiros locais atacados por tropas da coalizão, é um ponto absolutamente estratégico no que diz respeito à água: é o lugar onde os rios Tigre e Eufrates se unem formando o rio Shatt-al-Arab, que por sua vez desemboca no golfo Pérsico.

Tais conflitos não se dão apenas no Oriente Médio. No norte da África, Egito e vizinhos a montante — Sudão e Etiópia — já se indispuseram por conta das águas do rio Nilo. A Líbia também entrou em conflito com a Argélia e a Tunísia, por conta de um projeto de exploração do Aquífero do Nordeste do Saara. Segundo Gleick (1994, p. 90) as duas Coreias

⁶² É importante lembrar que além do conflito israelo-palestino é possível falar de um conflito mais amplo envolvendo o Estado de Israel e outros países árabes tais como a Síria e o Líbano.

passaram por momentos de tensão entre si na década de 1980 devido à construção de uma represa no rio Han, o que foi entendido pela vizinha do sul como uma ameaça a sua capital Seul, pois acreditava-se que a Coreia do Norte poderia deliberadamente destruir a barragem inundando Seul. Devido a protestos, entre outros motivos, a construção da represa foi interrompida no final da década. Esse mesmo argumento foi utilizado pelo governo argentino quando da construção de Itaipu. É dessa forma que Gleick (1993, p. 109) se refere aos recursos hídricos como meios de ataque ou defesa, ou seja, de certa forma como armas não convencionais. Gleick (1994) cita mais exemplos na África do Sul, no Zimbabwe, na Índia e nos Estados Unidos. Santos, S. N. (2005) descreve as crises envolvendo países que fazem parte da bacia do rio Danúbio. Shiva (2006) elenca várias situações conflitivas devido a disputas por recursos hídricos pelo mundo, mas principalmente na Índia.

Gleick (1993, p. 109) também afirma, em uma linha um pouco diferente, que a água pode eventualmente ser alvo de agressões militares e nos demonstra com uma série de exemplos na história da humanidade situações em que instalações relacionadas com o abastecimento de água foram atacadas.

Esses exemplos nos mostram o uso político da água e as contradições existentes entre os princípios que regulam a exploração dos recursos hídricos. Essas contradições podem ser geradoras de conflitos, pois os países reivindicam o direito à soberania, o direito histórico e o direito de países ribeirinhos. Como conciliar esses direitos? Não há uma hierarquia nessa situação. O que rege é o princípio da força. A Turquia está a montante em relação às bacias dos rios Tigre e Eufrates, e é aliada dos Estados Unidos, porém hoje o Iraque também o é. Esse fato colocou Washington em uma delicada posição quando da invasão do Iraque, pois se viu obrigado a negociar em quatro frentes (com turcos, curdos e iraquianos xiitas e sunitas) respeitando os interesses desses povos e tendo que administrar os seus. As teorias realistas se põem em evidência mais uma vez, pois acordos e concessões

jamais imaginados entre turcos, curdos, iraquianos e estadunidenses foram feitos buscando os interesses de cada parte naquele momento.

Embora as estatísticas mostrem que não se pode afirmar que a água seja, com frequência, causadora de conflitos, também não se pode afirmar o contrário, como sugerem alguns autores. Acreditamos que em casos específicos ela pode servir como estopim para conflitos mais agudos. Porém o quadro mais comum atualmente é a saída diplomática. É corrente a afirmação que é menos custoso buscar o entendimento e a cooperação do que fazer a guerra, e que a integração é o melhor caminho para a segurança nacional. Porém, reafirmamos nossa discordância em relação a uma possível teoria geral dos conflitos que afirme que os recursos hídricos não são elementos causadores de conflitos, pois

(...) nos últimos 50 anos foram identificados 1831 casos de ‘interações’ ou de contatos em todo o mundo, envolvendo países fronteiriços ou que compartilham o uso de bacias hidrográficas comuns. Dessas interações, 1228 resultaram em acordos multilaterais e bilaterais de cooperação (...) 507 em divergências e conflitos diplomáticos com pendências diversas e apenas 37 com o emprego da violência, sendo que em 21 desses casos ocorreram situações de enfrentamento militar típico (18 delas envolvendo Israel e os Palestinos) (COSTA, 2003, p. 312), (Gráfico 2).

Fonte: WOLF, A.; YOFFE, S.; Giordano M. Forthcoming. **International waters : identifying basins at risk**. Corvallis, University of Oregon⁶³. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133306e.pdf>>. Acesso em: jan. 2009. Tradução e elaboração do autor, 2010.

Embora esses números nos demonstrem que as situações de enfrentamento militar sejam uma pequena minoria dos casos e passem a impressão, dessa forma, que existem poucos conflitos violentos e muita cooperação relacionados aos recursos hídricos, é importante lembrar que um acordo, por si, demonstra a existência de um conflito, uma disputa de interesses entre duas ou mais partes. Ou seja, em uma situação em que não exista a guerra ou mesmo que haja algum tipo de cooperação, o conflito, ainda assim, pode estar presente. Além disso, é importante lembrar que as situações de conflitos violentos, embora minoritários, são existentes, o que comprova a possibilidade de guerras por recursos hídricos.

⁶³ Essa escala criada pelo Projeto Basins at Risk (BAR) do Programa Ambiental das Nações Unidas, define 15 diferentes níveis de intensidade em eventos relacionados aos recursos hídricos, numa escala que vai do mais conflituoso (-7, guerra formal) ao mais cooperativo (7, unificação voluntária), passando pelo zero, considerado um ato neutro.

Assim, é possível pensar na água como um fator político-estratégico, que está e estará cada vez mais, no centro das discussões da distribuição mundial de poder.

Para alguns organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, não seriam apenas os conflitos a única forma de se resolver os problemas mundiais relacionados à água. O comércio internacional de água é uma outra realidade discutida. Porém, “não dispõe-se de um foro capaz de regular esse tema. A Organização Mundial do Comércio não prevê esse tipo de comércio” (RIBEIRO, 2001).

O Banco Mundial alega que seria necessário deixar de considerar a água como um direito humano e passar a considerá-la como mercadoria, como forma de combater o desperdício, a alta dos preços e consequentemente a escassez. Ou seja, inserir a água no contexto da livre concorrência, seguindo as regras do livre comércio (PETRELLA, 2000). É o que Shiva (2006) chama de “paradigma do mercado” que se coloca em contraposição ao “paradigma ecológico”.

Com a colaboração da ONU, o Banco Mundial apoiou a criação em 1996 da *Global Water Partnership* (GNP)⁶⁴, “que tem como tarefa favorecer a aproximação entre as autoridades públicas e os investidores privados” (PETRELLA, 2000). Essa política está em consonância com a grande tendência global de transferência da gestão de setores públicos e muitas vezes estratégicos, como energia e telecomunicações, para a iniciativa privada.

Estão por detrás desse movimento as grandes corporações internacionais como as francesas Suez-Lyonnaise dês Eaux, Vivendi-Générale dês Eaux e Danone, as estadunidenses Pepsi-Cola e Coca-Cola, a inglesa Thames Water e a suíça Nestlé, que englobam diversos setores: água potável, água engarrafada, tratamento de água e bebidas gaseificadas.

⁶⁴ Parceria Mundial pela Água. Tradução livre do autor.

Porém, com a efetivação dessa proposta, a água não deixaria de ser um fator de conflito, apenas os sujeitos e as armas do conflito mudariam, ou seja, o conflito passaria do nível dos Estados, na figura dos governos, para o nível do mercado, na figura das empresas. O domínio desse recurso continuaria caracterizando uma forma de poder, pois como questiona Boff (2004)

por ser um bem escasso nota-se corrida desenfreada à posse privada de água doce. Quem controla a água controla a vida. Quem controla a vida detém o poder. Surge então o dilema: a água é fonte de vida ou fonte de lucro? (Jornal do Brasil, Colunas, Brasil, 20/02/2004).

Pode-se concluir que a busca desenfreada pelo lucro está acima das necessidades da humanidade, principalmente quando o que está em jogo é algo vital como a água. Essa busca pelo lucro que, via de regra, não põe em questão valores humanitários em relação à água vai mais além: tira proveito da escassez desse bem para atingir seus objetivos.

O presente capítulo objetivou desenvolver uma discussão introdutória ao nosso tema central: a questão da água no conflito israelo-palestino. A partir das teorias dos conflitos foi possível perceber que os paradigmas tradicionais não se aplicam ao nosso caso. É um conflito com determinadas particularidades que não pode ser facilmente explicado por uma teoria geral. Uma dessas particularidades é a disputa pela água que se trava na região. O conceito de segurança dos Estados na atualidade vai além de um enfoque militarista apenas, englobando a questão da segurança ambiental. Hoje se discute de que forma o meio ambiente é um fator de disputas e é pensado como um elemento que garante a segurança dos Estados e das populações. Dentre os diversos elementos ambientais tais como a biodiversidade, as mudanças climáticas ou fontes de energia, a água é, seguramente, sobretudo por ser um bem

vital, um dos mais importantes e, também por não contar com uma regulamentação e legislação eficiente, um dos mais propensos a gerar tensões.

2. ESTADO, TERRITÓRIO E SOBERANIA HÍDRICA

2.1. A Função do Estado e a Configuração Territorial

2.1.1. Estado

“Cada nação parece só poder encontrar seu destino sob a forma de um Estado”
Milton Santos, 1986.

A compreensão do conceito de Estado é fundamental para a análise do conflito israelo-palestino. Diante disso, neste tópico, pretendemos discutir, sem a pretensão de esgotar o assunto, as teorias do Estado. No decorrer da análise, como tem sido a tônica do trabalho, relacionaremos as teorias discutidas com o caso israelo-palestino. Costa (1992, p. 17-18) afirma que a “Geografia Política raramente trabalha teoricamente o conceito de Estado”, preferindo utilizá-lo como um conceito genérico. Em vista disso, focando no histórico e na atual situação política palestina e israelense, e analisando a questão da possível constituição de um Estado Palestino, faremos uma breve análise de algumas concepções do conceito que, de alguma forma, possam nos fornecer subsídios para, ao menos em parte, compreender o conflito israelo-palestino.

A questão palestina é provavelmente o conflito que há mais tempo se arrasta no mundo. Teve início com a ocupação britânica da Palestina, mas com a promulgação do Estado de Israel em 1948, ganha visibilidade mundial, caráter de disputa jurídica nos bastidores da diplomacia internacional e discussões normativas acerca dos direitos e deveres de ambos os lados.

É justamente o sensível tema Estado, e o que o envolve, como território, nação, soberania, limites e fronteiras, que está no centro de todo o problema. A partilha da ONU previu dois Estados independentes, porém de uma forma que os árabes não concordaram, pois, após as promessas britânicas, se sentiram traídos. Descontentes com tal decisão os países

árabes se lançaram à guerra contra o recém fundado Estado judaico e, derrotados, deram os argumentos pretensamente necessários para que o jovem Estado mantivesse o povo palestino distante do estabelecimento de seu grande objetivo.

Sem o direito de constituir sua própria entidade estatal, os cidadãos palestinos são privados de todos os direitos e obrigações correntes em qualquer Estado moderno, além de não possuírem as garantias institucionais que este pode oferecer a seus cidadãos, como: um governo capaz de manter a ordem e de garantir a infraestrutura básica para o normal funcionamento de uma sociedade; forças armadas preparadas e equipadas para manter a segurança do território; e um sentimento de identidade nacional não apenas forjada em anos de luta por liberdade, mas também por símbolos e valores nacionais, que um Estado plenamente constituído possui, tais como um território com fronteiras definidas e, conseqüentemente, um mapa, o reconhecimento de outros países e de organismos internacionais, sejam eles de ordem econômica ou política, ser um *full member*⁶⁵ da ONU, ou outros símbolos já muito presentes no dia a dia palestino como a bandeira nacional.

É importante também lembrar que a Resolução 2625 da Assembleia Geral da ONU (Anexo1) garante a todos os povos o direito à possibilidade de criação de seu Estado soberano e independente.

Embora não haja um Estado plenamente constituído, a instituição que a comunidade internacional considera como legítima representante dos palestinos é a Autoridade Nacional Palestina (ANP). O embrião dessa entidade é o grupo político que ainda a controla conhecido como *Al Fatah* (a conquista, em árabe), fundado em 1959, no Kuwait, pelo então líder dos estudantes palestinos na Universidade do Cairo, Yasser Arafat, juntamente com colegas de universidade.

⁶⁵ Membro pleno. A OLP é apenas um “observador”. Participa das reuniões, recebe documentos, pode discursar, mas não tem direito a voto. ONGs, como o *Greenpeace*, também são observadores.

Em 1969 a *Al Fatah*, liderada por Yasser Arafat, assumiu o controle da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)⁶⁶. A partir de então a OLP passa a abrigar várias facções palestinas e toma a forma embrionária de um governo palestino. Cria organizações para cuidar da saúde, educação e outros serviços para a população palestina. No campo internacional também consegue ajuda estrangeira e em 1974 é reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o órgão representante do povo palestino, de acordo com a Resolução 3210 (XXIX), e no mesmo ano ganha o status de observador, de acordo com a Resolução 3237 (XXIX)⁶⁷. No entanto, essa entidade foi considerada terrorista pelo governo israelense e seus aliados, além do fato de pesarem contra ela e seu líder acusações de corrupção.

Logo após o começo da primeira Intifada⁶⁸, em janeiro de 1988, aparece no cenário do conflito o grupo religioso *Hamas*, que significa “fervor”, ou “zelo”. Foi de início tolerado e até mesmo incentivado pelo governo israelense como uma alternativa à OLP. Porém o *Hamas* é responsável por vários ataques a alvos israelenses. Esse grupo até hoje tem uma participação muito ativa na sociedade palestina, graças aos seus trabalhos sociais, ou de caridade, garantindo educação e saúde para grande parte da população. Não questiona o papel da OLP como representante do povo palestino, mas reclama uma Palestina islâmica, ao passo que a OLP é um agrupamento secular.

Após a morte de Arafat em 2004 um vácuo foi aberto no poder que poderia ser ocupado por alguém que agradasse israelenses e estadunidenses e que, talvez, por possuir menor cacife político e carisma que Arafat, pudesse ser mais facilmente controlado. Mahmoud Abbas assume a presidência da ANP em janeiro de 2005 e possibilita a realização de eleições em janeiro de 2006, nas quais o Hamas vence e conquista 76 das 132 cadeiras do

⁶⁶ Organização política formada em 1964 com o objetivo de lutar pela independência da Palestina. Abriga várias forças políticas palestinas, e é a base de sustentação da ANP.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.un.org/ga/62/plenary/palestine/bkg.shtml>>. Acesso em: nov. 2009.

⁶⁸ A Intifada, revolta palestina, será discutida mais detalhadamente no capítulo 4.

Parlamento, o Conselho Legislativo Palestino, órgão com poderes legislativo e executivo. Essas eleições dão ao líder do Hamas, Ismail Haniya, o cargo de Primeiro Ministro da ANP, porém o cargo de Presidente continuou nas mãos de Mahmoud Abbas. A ANP passa a ser controlada pelos dois maiores grupos na política palestina, o *Fatah* e o *Hamas*.

O *Hamas* é acusado de não reconhecer Israel, o que está no seu estatuto, porém integrantes do alto escalão não descartam a possibilidade de reconhecimento e negociações futuras com Israel. Segundo eles, dependeria de Israel reconhecer o direito ao Estado e à autodeterminação palestina (BBC Mundo, 2006)⁶⁹.

A vitória incontestável do *Hamas* em 2006 desagradou profundamente Israel e seus parceiros ocidentais, que boicotaram o novo governo e começaram a articular um apoio mais explícito a Abbas e ao *Fatah* com o intuito de enfraquecer o *Hamas*. A ajuda econômica que vinha do Ocidente deixou de existir; Israel congelou os impostos retidos que deveriam ser repassados à Autoridade Nacional Palestina. Essa suposta incoerência por parte de Israel e do Ocidente, pode nos sugerir que, em outra análise, essa divisão na política palestina só viria a beneficiar Israel.

Com essas medidas, não exatamente democráticas, a situação se deteriorou nos Territórios Ocupados, trazendo todo tipo de dificuldade ao povo palestino. Além disso, o *Fatah* nega ao *Hamas*, por pressão de Israel e do Ocidente, o controle da segurança. A tensão sempre existente por conta da ocupação se aflora mais uma vez, porém agora entre o próprio povo palestino. O auge dessa tensão foi a ruptura entre os dois grupos, os combates violentos em 2007, entre os membros das duas facções e a consequente expulsão do *Fatah* da Faixa de Gaza, até hoje controlada pelo *Hamas*.

⁶⁹ Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/international/newsid_4646000/4646082.stm>. Acesso em: nov. 2008.

Em junho do mesmo ano Abbas demite Haniya do cargo de Primeiro Ministro, que por sua vez não reconhece a validade dessa demissão, fato que ainda segue em disputa judicial.

* * *

O Estado moderno como o concebemos hoje remonta suas origens ao final da Idade Média, nos séculos XV e XVI, a um momento de grande efervescência política e cultural. O Renascimento começa a retirar a humanidade do período obscuro medieval e a trazer transformações na ciência, na cultura e na política. Nessa última, as mudanças ocorrem devido ao enfraquecimento do sistema feudal, a dissolução de grandes impérios e a redução do poder temporal da Igreja, restringindo-a ao poder espiritual apenas. Estados monárquicos começam a se unificar e se fortalecer perante o Papa e os imperadores.

Segundo Costa (1992, p. 147), “quem primeiro formulou uma teoria geográfica do Estado foi Ratzel”, afirmando que este seria indissociável do território e que isso determinaria toda a sua constituição. O Estado forte, centralizador, pairando acima da sociedade, assim como Hobbes ([1651] 1988) o pensou, é o elemento articulador entre esta e o seu solo.

Ratzel atribui ao Estado a ideia de organismo vivo, emprestada das ciências naturais⁷⁰, entendendo assim seu dinamismo, ou seja, que este pode se expandir ou se encolher. Afirma que o Estado, como um organismo, é condicionado pelo território, que favorece ou dificulta seu desenvolvimento. No entanto, esse determinismo é relativizado quando afirma que essas condições são apenas potencialidades, dependendo da capacidade que a sociedade tem de utilizar bem esse potencial.

⁷⁰ Vale lembrar que Ratzel tem formação em Zoologia.

A Geografia francesa com Vidal de La Blache, Camille Vallaux e Jean Brunhes rejeita essa determinação das condições do solo sobre o Estado. La Blache ressalta que o Estado está sujeito às influências do meio físico, mas não é determinado por ele. Vallaux e Brunhes afirmam que as sociedades “determinam os papéis dos Estados e não o contrário” (COSTA, 1992, p. 149).

Para Hobbes ([1651] 1988), o Estado surge com a finalidade de acabar com o “estado de natureza” em que vivem os homens. O indivíduo busca sua segurança frente aos demais e, devido ao temor da morte, busca proteger-se. O Estado, que surge como uma entidade acima de todos os homens com a função da manutenção da paz e da ordem entre eles, deve ser poderoso. Para atingir esse grau de segurança os homens abrem mão de certas liberdades e as transferem ao Estado, como por exemplo, a liberdade de atacar outro indivíduo por sentir-se ameaçado.

Rousseau (1978) diverge de Hobbes no sentido em que acredita que o “estado de natureza” é um momento anterior onde não há a propriedade privada. A partir do momento em que o ser humano passa a ser proprietário de bens ou terras ele necessita proteção para si e para suas propriedades. Esse momento é chamado por Rousseau de “estado de sociedade”, que equivale ao “estado de natureza” hobbesiano.

Rousseau trabalha com a noção de “vontade geral”, resultado da associação de indivíduos através do “pacto social”, formando um corpo moral e coletivo para a defesa e proteção de cada pessoa, de sua liberdade e de seus bens, que é o Estado. Dessa forma, indivíduo e Estado formam um corpo uno e a estabilidade e a sobrevivência do primeiro estão intimamente relacionadas com a integridade moral e com a lealdade do segundo.

Segundo Rousseau, o indivíduo transfere ao soberano o direito ao uso da força e da punição aos crimes. Diferentemente de Hobbes, entende que o soberano não é o monarca

ou a assembleia, ou seja, um ou mais indivíduos que estejam no poder e sim a “vontade geral”, ou seja, a vontade do povo.

Engels ([1884] 1984, p. 191-193), no entanto, anuncia que o Estado surge para “conter o antagonismo de classes”. Assim, em concordância com Hobbes, o Estado surge para conter uma situação conflitiva, mas divergindo do pensador inglês que acreditava ser o conflito de todos contra todos, entre os homens no estado de natureza, Engels propõe que o surgimento do Estado estaria relacionado com o conflito entre as classes sociais, e é controlado pela classe que detém o poder, impondo assim suas regras.

Na definição do sociólogo italiano Poggi (1981, p. 16),

o Estado moderno talvez seja melhor entendido como um conjunto complexo de disposições institucionais para fazer funcionar o governo, através das atividades contínuas e regulamentadas de indivíduos que atuam como ocupantes de cargos. O Estado, como a soma total de tais cargos e serviços, reserva-se a tarefa de governar uma sociedade territorialmente definida.

Para Santos (1986, p. 189),

um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: o território; um povo; a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são regulados pela soberania.

Tanto nas palavras de Poggi (1981) quanto nas de Santos (1986) percebe-se que o Estado se materializa apenas sobre uma base territorial, munido de soberania. No caso palestino observa-se a existência de apenas dois dos três elementos citados anteriormente: uma sociedade e um território não exatamente definido, porém reivindicado, embora ocupado por Israel. O que não existe para o surgimento de tal Estado é a soberania sobre essa sociedade e esse território. Também devemos lembrar-nos da descontinuidade dos territórios palestinos, outro ponto de dificuldade para a criação de um Estado, e uma questão que pode trazer inúmeros problemas administrativos e econômicos.

Rezek (1995) não compartilha dessa visão alegando que o Estado pode existir sem governo ou até mesmo sem uma base territorial, mas nunca sem o elemento humano, o povo.

É importante fazer uma breve análise acerca do conceito de nação, para prosseguirmos. Os laços de identidade nacional têm o poder de manter coeso um determinado povo. É o elemento que cimenta a sociedade, que identifica um indivíduo com o outro. É o ponto de partida para a busca de um Estado. Esse caráter nacional onde quer que se manifeste é uma herança cultural, no que se refere à língua, à religião, aos costumes e também à etnia.

Essas relações costumam ser mais fortes que as relações políticas, quando impostas em um Estado bi ou multinacional. Estados compostos por mais de uma nacionalidade estão, com certa frequência, às voltas com disputas entre esses grupos. No entanto, essa união, paradoxalmente, se revela mais frágil que as relações políticas em outros casos. O conflito político envolvendo as duas maiores facções palestinas em meados de 2007, com centenas de mortes, revela o quanto o jogo político pode estar acima das aspirações nacionais. Deixemos de lado a discussão dos motivos que levaram a essa situação ou do possível interesse de Israel para que isso ocorresse. O fato é que foi um duro golpe na pretensa unidade palestina.

Nesse momento a seguinte reflexão pode ser feita: é possível pensar essa disputa política entre os palestinos na busca do controle de um futuro Estado sob a ótica marxista, na qual este é um instrumento de dominação e de manutenção da opressão de uma elite dominante sobre a população. Portanto, antes de pensar no nacionalismo palestino e na constituição de um Estado, seria mais interessante pensar do ponto de vista de classes. Nesse sentido a tese de um Estado binacional ganha força, pois o que estaria em jogo não seriam os objetivos nacionalistas com a constituição de um Estado nacional, mas sim a superação desse ideal e a constituição de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática comportando os

dois povos dentro de um único Estado. Os defensores dessa posição alegam que, embora distante no momento, essa possibilidade existe, pois o pragmatismo faria com que ambas as sociedades enxergassem que a única possibilidade seria o compartilhamento dos recursos dentro de um único Estado e não entre os dois Estados, palestino e israelense.

O que de certa forma dá respeitabilidade a essa proposição é o fato de as pesquisas de opinião pública realizadas entre os palestinos, após os conflitos em Gaza, ocorridos entre o final de 2008 e início de 2009, apontaram que 18,4%⁷¹ destes apoiam esta ideia, o que é um percentual bastante considerável⁷². A descrença nas forças políticas majoritárias palestinas e a ausência de forças alternativas⁷³ talvez expliquem parcialmente esse desejo de quase um quinto da população. A mesma pesquisa aponta que *Hamas* e *Fatah* têm, respectivamente, 27,7% e 26% de confiabilidade entre os palestinos, embora esses números representem um crescimento para o *Hamas*.

O conceito de nação transcende a questão territorial. Além dos exemplos anteriores, podemos citar os judeus. Embora espalhados pelo mundo e durante muito tempo sem um Estado próprio, o “lar nacional judaico”, mantiveram sua unidade cultural, reconhecendo-se uns aos outros como parte integrante de um mesmo grupo, não importando a cidadania e o país de origem.

O Estado deve agir em favor de seus membros. Organiza-se para garantir boa qualidade de vida a sua sociedade, preservar a unidade nacional e a integridade territorial (FIGHERA, 1996, p. 111). Mas a constituição de um Estado visa prioritariamente à questão da segurança de seus integrantes, a partir da manutenção da ordem interna e da defesa em relação aos perigos externos.

Como nos lembra Waltz ([1954], 2004, p. 134), justificando o direito à defesa dos Estados: “porém a defesa é preocupação legítima para qualquer Estado, e esse deve estar

⁷¹ “Hamas está fortalecido, diz pesquisa”. Folha de São Paulo, Caderno Mundo, 06/02/2009, São Paulo.

⁷² Nessa pesquisa, 54,8% dos entrevistados sugerem a opção por dois Estados.

⁷³ A esquerda palestina é quase insignificante no quadro político nacional.

atento para evitar que outros países assumam posições vantajosas, podendo assim partir para o ataque.” A manutenção da ordem interna pode se relacionar com a segurança externa. As zonas fronteiriças devem ser áreas fortemente ocupadas, com grande presença do Estado. Segundo Lipson (1966, p. 204-205) “se a fraqueza estratégica ao longo da fronteira põe em perigo a segurança própria, a expansão e a subsequente incorporação de novos territórios parecem constituir a melhor defesa”. Nesse sentido o Estado de Israel segue os preceitos do sociólogo norte-americano, justificando a ocupação e manutenção dos territórios palestinos e sírios na guerra de 1967 como políticas de segurança.

Os Estados se relacionam com seus similares a partir de uma ideia de igualdade. O sistema de Estados pressupõe, em tese, a igualdade de direitos entre essas unidades, apoiando-se aí o equilíbrio. Não há, como ocorre internamente aos Estados, uma polícia mundial, um poder coercitivo que mantenha tal ordem, tema que é central nos debates e nas teorias das Relações Internacionais. O equilíbrio está fundado na ideia de que alguns Estados têm poderes e forças aos quais outros devem temer, e também na possibilidade de acordos entre eles. No entanto, tais acordos, via de regra, refletem interesses e posições de superioridade, sejam elas militares, econômicas ou tecnológicas.

Uma nítida discrepância em relação a não observação dessa igualdade pode ser observada na composição do Conselho de Segurança da ONU. Os cinco membros permanentes, a saber, Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China, como resultado da ordem pós-Segunda Guerra, detêm um grande poderio político no sentido de possuírem poder de veto a qualquer decisão tomada por esse conselho. Isso lhes confere poder de negociação com outros Estados, o que pode lhes garantir vantagens em troca de posicionamento político. Estados fortemente aliados a esses cinco países são geralmente favorecidos nesse jogo.

É o caso de Israel, que embora tenha sido instado a acatar inúmeras Resoluções da ONU e não respeite algumas delas – sobretudo a mais importante, a 242 de Novembro de 1967 (Anexo 2), que exorta os israelenses a retornarem às fronteiras anteriores à guerra dos Seis Dias em junho de 1967, ou seja, Israel deveria desocupar todos os territórios conquistados durante a guerra⁷⁴ – jamais sofreu qualquer tipo de retaliação de quem quer que fosse. Já o Iraque, como represália por sua invasão ao Kuwait, passou doze anos apenas trocando seu petróleo por alimentos e remédios em observação à sanção imposta pela ONU, numa clara interferência internacional ao seu direito em negociar como lhe aprouver seus recursos e produtos. É fácil também de avaliar que nesse caso a sanção estava relacionada com o recurso mais importante para as grandes potências industriais. Outro país, também produtor de petróleo, que desde dezembro de 2006 sofre sanções adotadas pela ONU é o Irã, devido a discordâncias em relação ao seu programa nuclear. Assim, percebe-se que essa suposta igualdade entre os Estados na prática não existe, já que essa hierarquização atropela a teoria, fazendo prevalecer os interesses daqueles Estados que tiverem mais competência para se impor.

Nota-se que o sistema internacional vive, para retomarmos Hobbes, em estado de natureza, onde inexiste o poder supraestatal que garanta a paz ou a proteção a Estados mais frágeis, em contraposição ao estado civil alcançado internamente pelos Estados. A ONU é uma tentativa, em alguns aspectos não muito bem sucedida, de solucionar essa situação.

A discussão atualmente em torno do Estado se dá em relação a sua condição de ator fundamental nas Relações Internacionais. Como já mencionado, outros atores aparecem em cena ganhando espaço nas discussões internacionais, tais como ONGs e as grandes corporações. Esses novos atores se territorializam e imprimem ações territoriais, sem estabelecer com o território as mesmas relações que os Estados. Hoje se pode falar em

⁷⁴ Além disso, a resolução prevê uma solução para o problema dos refugiados, o fim do estado de beligerância e o estabelecimento de fronteiras seguras e reconhecidas pelos Estados da região.

domínio econômico de um país sobre o outro sem que haja conquista territorial, apenas pela ação de suas empresas. Por isso se faz necessário compreender as outras formas de poder, outros atores sociais que não o Estado.

Diante dos novos conteúdos, a Geografia Política buscou a companhia de outros ramos do pensamento tais como a Ciência Política e as Relações Internacionais, para seguir se inovando. Essa tendência se iniciou na Geografia anglo-saxônica e foi resgatada por Claval (1979), segundo o qual “em vez de uma ‘geografia exclusivamente do Estado’, sugere, seria o caso de se desenvolver uma geografia do poder (*lato sensu*) e suas dimensões espaciais” (1979⁷⁵, apud COSTA, 1992, p. 260-261).

Uma questão que se coloca é de como se dará um futuro Estado palestino. Será viável economicamente? Ou, para sua construção, como moeda de troca, haverá ingerência dos governos dos EUA, de Israel, entre outros? Será nos moldes liberais impostos pelo Ocidente com presença de empresas estrangeiras organizando o território palestino? Entendemos que, nessa hipótese, as empresas israelenses de fato poderiam ser importantes nesse processo, pela proximidade das duas economias, embora muitos acertos de ordem econômica e de segurança tivessem de ser feitos.

2.1.2. Território

O conceito de território está normalmente associado ao de Estado. Ratzel nos fala a respeito da indissociabilidade entre o Estado e o solo (apud MORAES, 1990). Diante disso, é possível falar em territórios palestinos não havendo um Estado palestino?

Na tentativa de buscar uma resposta a essa questão faremos uma breve discussão em torno do conceito de território. O que era o território antes do advento do Estado? De modo geral era marcado pela descontinuidade. Como afirma Figuera (1996, p.

⁷⁵ CLAVAL, P. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

109) “Num primeiro momento, não seria mais que a materialização dos limites da sedentarização e o poder político a institucionalização política da sociedade e seu território”. O território era a área específica de atuação e controle de um determinado rei, príncipe, nobre proprietário de terra, igreja etc. A partir do advento do Estado-Nação e de seu posterior espraiamento pelo mundo, o território adquire continuidade, visto que não há espaço de chão que não pertença a um Estado, ou que não faça parte de acordos internacionais. Nesse último caso podemos citar a Antártida.

Como nos sugere Costa (1992, p. 9) na apresentação de seu livro “Geografia Política e Geopolítica”, o território é “meio e objeto de poder do Estado”. Isso se dá devido à presença de recursos, o que revela sua potencialidade, e da população capaz de transformar essa potencialidade em ação. Ribeiro (2004, p. 16) ao citar Raffestin afirma que para o geógrafo francês o território é um “elemento para o exercício do poder” devido à presença de recursos e população, e isso “desde a origem dos homens”.

Sendo a base para a formação de um Estado, local para o desenvolvimento da sociedade e elemento para exercício do poder, o território ocupa lugar de destaque na discussão acerca da formação do Estado palestino. Vale lembrar que os palestinos reivindicam para si a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, territórios ocupados por Israel desde 1967.

Porém, essa expansão israelense já fazia parte dos sonhos sionistas de formar a Grande Israel, ou seja, um território consideravelmente maior que aquele definido pela partilha da ONU em 1947. Mas não se trata de tamanho, e sim das possibilidades e recursos oferecidos pelo território. O crescimento da população devido ao incentivo à imigração exige do Estado de Israel essa expansão para poder proporcionar uma vida confortável aos imigrantes e à população como um todo. Ratzel considerou que expansões são naturais quando uma determinada sociedade necessita ampliar seu “espaço vital”.

Espaço vital é a relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. É a proporção do planeta necessária para

a reprodução de uma dada comunidade. (...) O Estado movimenta-se a partir de interesses próprios, entre os quais destaca-se o ‘apetite territorial’. Sua lógica intrínseca é garantir e aumentar o ‘espaço vital’ (MORAES, 1990, p. 23-25).

No entanto, a expansão israelense em busca de mais territórios e dos recursos neles contidos, afetou diretamente o povo palestino, que vê na formação de um Estado soberano e contíguo, a única forma de expulsar os colonos judeus e conseguir gerir seu próprio chão.

O surgimento do Estado demandaria já um certo patrimônio cultural acumulado e teria por pressuposto a delimitação do território. Isto por que a defesa do ‘espaço vital’ da sociedade seria, segundo Ratzel, a causa e a função precípua de sua existência. Ele afirma que quando a sociedade se organiza para defender seu território, ela se transforma em Estado (MORAES, 1990, p. 25).

No caso palestino, essas ponderações de Ratzel, não se fazem verdadeiras, pois essa luta em defesa do território, embora pouco organizada, não transformou o sonho de um Estado em realidade.

Segundo Costa (1992) Borochoy, um pensador sionista, coloca o território como condição indispensável para a autonomia de um povo considerando-o “a mais importante das condições materiais de produção” (BOROCHOV, 1980⁷⁶ apud COSTA, 1992, p. 313). É curioso que um pensador sionista expresse tão adequadamente as necessidades da população palestina, no entanto, o que justificou a criação do Estado de Israel parece não mais servir para palestinos.

A Cisjordânia e a Faixa de Gaza são muitas vezes chamadas, inclusive pela grande mídia, de “territórios ocupados”. Porém a visão israelense da situação não é a mesma. Para os mais radicais, que não concebem a existência de um Estado palestino, todos esses territórios fazem parte, indiscutivelmente, da Grande Israel, sobretudo a Cisjordânia mais

⁷⁶ BOROCHOV, B. Os interesses de classe e a questão nacional. In: PINSKY, J. (org.). **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

conhecida pelos israelenses como Samaria e Judeia. Também para aqueles que, em tese, são favoráveis à existência de um Estado palestino, a expressão “territórios ocupados” não é correta. Peres (1994, p. 77-78) não concorda com o termo e explica:

(...) trata-se da interpretação falaciosa do termo territórios. (...) A palavra territórios não tem significado quando tais ‘territórios’ são habitados. O deserto do Sinai é um território – quase inteiramente desabitado. (...) As outras áreas que passaram para o controle de Israel depois da Guerra dos Seis Dias não são territórios. (...) Gaza não é um território: não só é habitado, como bate o recorde mundial de densidade demográfica.

É interessante notar como Peres adota critérios puramente demográficos para construir seu conceito de território. Mas talvez a recusa ao termo “territórios ocupados” seja uma peripécia semântica a fim de não reconhecer uma expressão que traz consigo uma grande carga ideológica. Segundo essa visão, o território não é o local onde as relações sociais acontecem, e sim uma região desabitada.

Porém, ao contrário dessa visão, para Santos (2000), o território apenas pode ser analisado se o considerarmos como “território usado”. Segundo ele:

O território em si (...) não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p. 22)

É o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social. (...) O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado. (SANTOS, 1996, p. 15-16)

É importante notar o antagonismo entre as duas conceituações: por um lado, a noção de território estático, inerte, e, de outro, o território dinâmico, humanizado. No segundo caso, é no território que se dão as relações humanas e ele só se consolida a partir do uso que a sociedade faz dele. É, nas palavras de Santos (1996, p.15), “uma forma impura, um híbrido, que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”. Dessa forma, o território

usado é a paisagem mais as relações sociais que nele acontecem. Essas relações são dinâmicas e mutáveis e, portanto, cabe à Geografia fazer essa análise que é espacial e também histórica.

Nesse sentido, considerando o território usado como base para a formação de um Estado palestino, cabe perguntar: de que forma se dariam as discussões acerca dos limites territoriais de cada Estado a partir de uma situação em que dois diferentes atores imprimem suas marcas no mesmo território? De que forma as ações empreendidas por israelenses e palestinos se territorializam?

Segundo Raffestin (1993, p. 143) “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço”. Mais adiante, “a territorialidade (...) reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade” (p. 158). Citando Soja afirma que “na tradição americana a territorialidade é definida como ‘um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados’ (...)” (1971⁷⁷ apud RAFFESTIN, 1993, p. 159). Ribeiro (2004, p. 20) associa o termo à noção de lugar, onde ocorrem as relações mais próximas, que se dão no cotidiano. Nesse caso a territorialidade seria a produção do espaço mais imediato. Para Andrade (1996, p. 214), “a formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”. Santos, M. (2005, p. 62) nota que a territorialidade é a ideia de pertencer a aquilo que lhe pertence: o território, o que cria o “sentido de identidade entre as pessoas e seu espaço geográfico”, associando a essa identidade as noções de limite e domínio.

A partir das diversas definições é possível pensar em duas territorialidades contraditórias, a israelense e a palestina. De que forma essas duas territorialidades se chocam, se contrapõem, se sobrepõem? De que forma esses usos do território que identificam o

⁷⁷ SOJA, E. W. The political organization of space. D.C.: Association of American Geographers, 1971.

indivíduo com ele e com sua coletividade se encontram, pensando que os dois povos agem sobre o mesmo território? Há duas formas diferentes de apropriação, organização, construção e entendimento do território: nas construções, na agricultura, no comércio, no muro que separa os dois povos. Todos esses elementos são percebidos e concebidos de maneiras muito distintas. Além disso, como é possível a identidade de um grupo com sua porção do espaço quando não há a sensação de limite e posse, quando esse espaço não é o seu território?

Apesar da não existência, ao menos até o momento, de um Estado palestino, e das dificuldades que esse povo encontra ao se relacionar com seu território, acreditamos, pelo exposto, ser possível pensar em territórios palestinos, pois há uma identificação com o solo, é uma herança histórica deixada a esse povo, além do que é onde ocorrem suas relações.

A complexidade da situação palestina nos remete novamente ao futuro do Estado e dos territórios palestinos. Haverá condições humanas e materiais para o desenvolvimento de um Estado que possa garantir integridade territorial, serviços e segurança a sua população, ou haverá ingerência externa? A possível construção de um Estado palestino não passará incólume pelos interesses comerciais das grandes potências. Qual será o caráter do Estado palestino na sua relação com o território?

É possível afirmar que esse vínculo do território com o Estado já não ocorre da mesma forma. Se antes, como afirma Santos (1996), o território era subordinado ao Estado, hoje se pode falar da transnacionalização do território. Porém, ambos os fenômenos podem ser relativizados devido, no primeiro momento, ao não alcance do Estado ao total do território e, hoje, ao não alcance das forças da globalização ao total do território, ou a recusa de alguns atores em serem tragados por esse processo.

Mas nota-se que o Estado de certa forma disponibiliza seu território para os interesses do capital. Dentro dessa ótica, como nos aponta Ribeiro (2004, p. 17), o território se

torna uma “delimitação de um mercado de consumo ou provedor de matéria-prima, caso disponha de recursos naturais”.

Diante disso, faz-se necessária uma discussão a respeito da soberania dos Estados sobre seus recursos, tanto aqueles inteiramente disponíveis dentro do território nacional, quanto aqueles que são compartilhados com outros Estados.

2.1.3. Soberania

Diante da discussão acerca do Estado e do território, torna-se fundamental analisar o conceito de soberania, buscar suas origens, perceber sua importância para o Estado-nação, como ela se manifesta no território, entender seu novo significado a partir das novas relações entre Estado e território em tempos de transnacionalização territorial (SANTOS, 1996), sua relação com as questões ambientais, e ainda discutir como ela é utilizada atualmente para legitimar algumas ações dentro dos territórios nacionais.

A noção de soberania está intimamente ligada às noções de Estado, nação e território. É a salvaguarda que protege a integridade dos Estados. Surge no momento histórico de aparecimento dos primeiros Estados nacionais, com poder centralizado, legislando dentro de determinado território. Diferencia-se das formas anteriores de autoridade interna, que nas sociedades pré-estatais eram baseadas na “coerção psicológica e moral” dos dirigentes. Dessa forma “a aparição das formas de Estado é condição indispensável da noção de soberania, da ideia de que existe uma autoridade política final e absoluta na comunidade” (HINSLEY, 1972, p. 21-22).

A unificação política e territorial dos primeiros Estados traz a necessidade de unificação das leis e conseqüentemente da autoridade do governante dentro de seus limites territoriais. Porém é um processo lento que se desenvolve paralelamente à consolidação dos Estados-nação. Nas palavras de Kritsch (2002, p. 32):

de modo semelhante à noção de Estado moderno – e por vezes confundindo-se com ela –, também o conceito de soberania teve uma gênese demorada: resultou de um processo de transformação jurídica e política, do qual emergiu um novo mapeamento do poder e das lealdades na Europa.

Morgenthau (2003) também considera o surgimento da noção de soberania um fato vinculado ao surgimento do Estado, enfatizando a importância política desses acontecimentos. Segundo ele,

a ideia moderna de soberania foi formulada pela primeira vez na segunda metade do século XVI, e aplicada ao então novo fenômeno do Estado territorial. Ela se referia em termos legais ao fato político fundamental daquela era – o aparecimento de um poder centralizado que exercia a sua autoridade de legislar e fazer cumprir as suas leis no âmbito de um certo território (MORGENTHAU [1948] 2003 p. 567).

A isso se acrescenta a ideia de que não há poder superior ao do soberano internamente, “da plenitude do poder dentro de seu território”. Kritsch (2002, p. 44) nos fala da “atribuição (ao soberano) *in regno suo*, da *plenitudo potestatis (...)*”. A unificação do poder e sua legitimação são importantes elementos de coesão interna.

No âmbito externo o soberano não reconhece poder superior ao seu, ao menos em tese, pois não há um poder supraestatal instituído. Há sim o reconhecimento por parte de outro governo. Isso significa o reconhecimento também de sua soberania.

Essa aparente contradição entre a soberania estatal, ou seja, o direito a legislar, a supremacia sobre o território e a população de um determinado Estado, e a ausência de um poder mundial que possa legislar e controlar os Estados do mundo é o grande tema das Relações Internacionais, opondo as teorias realistas de um lado e as idealistas de outro.

Morgenthau ([1948] 2003, p. 568-569) discute uma aparente incompatibilidade entre duas premissas básicas do direito internacional em relação à soberania: a ideia de que as organizações internacionais imponham normas e restrições às nações, e que essas sejam ao

mesmo tempo soberanas. O pensador alemão afirma que a soberania apenas seria incompatível com um sistema de direito internacional forte e eficiente, onde as regras fossem de fato obedecidas. Em um sistema com organizações internacionais fracas e ineficazes suas regras não possuem força de coação, além do fato de que nem todos os Estados são consentidores de todas as normas do sistema internacional. No entanto, algumas regras não precisam do consentimento de todos os Estados, ou que todos façam parte do contrato. Por exemplo, as regras que delimitam a jurisdição de cada Estado, não afetam a soberania das nações, ao contrário, o respeito mútuo pela jurisdição territorial reforça a soberania.

O reconhecimento de um governo por outro é o reconhecimento de sua soberania. Isso significa dizer que o Estado que reconhece um determinado governo, aceita e legitima o exercício de seu poder dentro dos limites territoriais de seu respectivo Estado. Também se reconhece o que Poggi (1981) chamou de “princípio de eficácia”. A soberania de um Estado está vinculada a sua capacidade de fazer valer sua força. Em suas palavras “não adiantava um Estado reivindicar a soberania sobre um território se não pudesse eficazmente policiá-lo nem impedir que fosse policiado por outros Estados” (POGGI, 1981, p. 100).

É consenso entre os estudiosos da área que os escritos de Jean Bodin⁷⁸ (apud CHEVALLIER, 1966) são o grande referencial teórico nos estudos da soberania. Bodin faz a distinção entre Estado e governo, categorias correlatas, mas com atributos diferentes. O Estado é o soberano e para ele essa soberania é perpétua e absoluta. O governo é transitório e é apenas o responsável de plantão para o funcionamento do Estado. O soberano é o único capaz de estabelecer leis; executá-las pode estar a cargo do governo outorgado pelo soberano, sem que o deixe de ser. Tilio Neto (2003, p. 21) nos lembra que “o soberano delega apenas o exercício da soberania, mas não sua titularidade”. A soberania é absoluta porque não há restrições aos seus limites.

⁷⁸ BODIN, J. The six books of the Commonwealth. Cambridge: University Press, 1992.

Hobbes ([1651] 1988) entendia a soberania como “poder coativo de se fazer obedecer”. Para ele a soberania possui três características principais: é irrevogável, pois, assim como Bodin (1992 apud CHEVALLIER, 1996), diz que o soberano jamais delega a titularidade de sua soberania; é absoluta no sentido de os indivíduos abrirem mão de suas liberdades em favor do direito de controle de um único poder soberano, que passa a exercer esse direito sobre toda a sociedade, sem restrições; e indivisível, pois é monolítica. Cada Estado deve possuir apenas um soberano, embora este possa abrir mão parcialmente ou temporariamente do exercício dos seus direitos, situação essa que pode ser desfeita a qualquer momento (TILIO NETO, 2003).

Rousseau (1978) também aborda essa questão. Segundo ele, o indivíduo transfere ao soberano o direito ao uso da força e da punição aos crimes. Diferentemente de Hobbes, entende que o soberano não é o monarca ou a assembleia, um ou mais indivíduos que estejam no poder e sim a “vontade geral”, ou seja, a vontade do povo. Dessa forma o soberano é o próprio povo, que apenas delega sua função executiva a indivíduos. No entanto, essa vontade, afirma Rousseau, é inalienável, pois “O poder pode transmitir-se; não porém a vontade” (1978, p. 44). Concorde com Hobbes quando também afirma que a soberania é indivisível, “pois a vontade ou é geral, ou não o é; ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte” (1978, p. 44).

Posto isso, faremos uma rápida incursão na questão de como se estrutura a ANP – Autoridade Nacional Palestina, para refletirmos acerca dos postulados de Hobbes, Bodin, Rousseau e também de Morgenthau.

A ANP é uma estrutura estatal semiautônoma, que controla algumas parcelas de seu território, e cuida de alguns aspectos da vida cotidiana de sua população, tais como educação⁷⁹, saúde, turismo e finanças. Essa estrutura se comprova através da existência de um

⁷⁹ A autonomia é parcial, já que o material didático usado nas escolas palestinas deve ser aprovado pelo governo israelense.

governo palestino constituído por um presidente, um primeiro ministro, um parlamento (Conselho Legislativo da Palestina), ministérios e órgãos governamentais comuns a qualquer nação soberana. Tem autonomia exclusiva de apenas 3% de seu território, as maiores cidades, parcela conhecida como zona A; controla juntamente com Israel outros 24% de seu território, zona B; e a zona C, é uma área de controle exclusivo israelense (Mapa 6). Essa situação nos coloca frente a duas conclusões explicitadas por Morgenthau ([1948] 2003, p. 580):

- 1) A localização da soberania depende de um teste duplo: (a) em que aspectos é o governo do Estado porventura controlado legalmente por outro governo?; e (b) que governo exerce de fato as funções governamentais dentro do território do Estado?
- 2) A soberania sobre o mesmo território não pode residir simultaneamente em duas autoridades; ou seja, a soberania é indivisível.

Fica clara a dificuldade de uma teoria das Relações Internacionais que explique as particularidades de cada caso específico. Os territórios palestinos são, ao mesmo tempo, controlados por dois diferentes poderes estatais: um, o Estado de Israel, de fato; o outro, de direito, mas incipiente e precário, o governo palestino. Podemos entender de duas formas: a) a soberania pode ser divisível; b) as peculiaridades do conflito nos obrigam a entender que essa soberania compartilhada é fruto de um acordo, e/ou é temporária (Israel ocupa qualquer parte dos territórios palestinos quando entende que assim deve ser).

Mapa 6. Zonas de Autonomia Palestina – Acordo de Oslo II

Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)

Fonte: PASSIA – Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
Disponível em: <<http://www.passia.org/>>. Acesso em 01 fev. 2009.

Morgenthau ([1948] 2003, p. 578) nos fala em perda de soberania: “(...) podemos dizer que a nação perde sua soberania quando é colocada sob a autoridade de uma outra, a ponto de que é essa ultima que exerce a suprema autoridade de aprovar leis e fazê-las cumprir no território da primeira”. Essa passagem exemplifica bem nosso caso. A Palestina nunca foi um Estado independente e soberano – ao menos na concepção moderna do termo – portanto não poderíamos pensar em perda de soberania por parte deles. Mas devido às particularidades no processo de surgimento do Estado de Israel e do suposto Estado palestino que surgiria no mesmo momento, talvez seja possível fazer essa associação, a partir dos fatos ocorridos desde então.

Para Hinsley (1972, p. 26) “*El concepto de soberanía no se hallará en las sociedades que no tienen Estado*”⁸⁰. Segundo o historiador inglês, sem o elemento Estado, sua força centralizadora e de coerção, não há soberania. O que comprova a imprescindibilidade da criação do Estado palestino, se pensarmos em um controle palestino das relações sociais e produtivas nos Territórios Ocupados.

As propostas de paz feitas aos palestinos até o momento revelam que o Estado palestino já nasceria abalado em sua soberania, por não ter a autonomia de definir seu território, suas fronteiras, a exploração de recursos, sua possibilidade de armamentos. Para existir, o Estado palestino deveria aceitar imposições israelenses que o destituiriam de parte de sua soberania. Ao se referir aos tratados e acordos que podem afetar a soberania, Morgenthau ([1948] 2003, p. 575) nos lembra que

não é a quantidade de limitações legais que afeta a soberania, mas a sua qualidade. Uma nação pode aceitar qualquer quantidade de restrições legais e apesar disso permanecer soberana, desde que essas limitações legais não afetem a sua qualidade de suprema autoridade legisladora e aplicadora da lei. Contudo, uma simples estipulação que ofenda essa autoridade já será, em si mesma, suficiente para destruir a soberania da referida nação.

⁸⁰ O conceito de soberania não haverá nas sociedades que não tem Estado. Tradução livre do autor.

As condições para acordos de paz entre israelenses e palestinos parecem indicar esse caminho. Devido a sua fragilidade política e suas necessidades imediatas os palestinos têm dificuldades nas mesas de negociações. Além do fato de que os mediadores, normalmente países ocidentais, não se portam como tal, vide as negociações em Camp David em julho de 2000⁸¹.

Outro aspecto importante é que o Estado de Israel ao não respeitar algumas recomendações e resoluções da ONU, da Convenção de Haia⁸² e da comunidade internacional evoca a questão da segurança e de sua soberania para poder tomar decisões em relação aos palestinos. Nesse sentido a soberania é utilizada como um direito a não observação de normas internacionais, em prol de questões que, internamente, Israel considera de interesse seu, sem o direito à ingerência estrangeira.

A água é uma das mais urgentes questões em que os palestinos necessitam sua soberania. A escassez em que vivem é fruto de questões políticas, que deveriam ser negociadas sob outra ótica, não fossem as relações entre os Estados uma grande disputa entre interesses próprios.

Nesse sentido Ribeiro (2004) menciona Krasner⁸³ (2001), o qual aponta a existência de uma soberania interdependente, resultante da existência de problemas ambientais transfronteiriços. Segue lembrando que o manejo dos cursos d'água transfronteiriços também pode evocar a soberania interdependente e ressalta a necessidade de buscar a conciliação no uso dos recursos hídricos. É interessante pensar como foi colocada em tentativas de acordos anteriores e como será colocada em futuras tentativas de paz a questão

⁸¹ Esse assunto será tratado no capítulo 4.

⁸² A Convenção de Haia afirma que um poder ocupante deve ter soberania limitada sobre o território ocupado (Informação pessoal: Daibes, Fadia The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 18 jan. 2009).

⁸³ KRASNER, S. Soberania, hipocresia organizada. Barcelona: Paidós, 2001.

do uso comum dos recursos hídricos entre israelenses e palestinos. Le Billon⁸⁴ (2001 apud RIBEIRO, 2004, p. 30) afirma que “a presença de recursos naturais abundantes ou escassos em um território determina a soberania de um país”. Ainda nessa linha de pensamento Ribeiro dá a sua definição de soberania, já trazendo um foco para a questão dos recursos naturais de uma entidade estatal. Para ele “soberania implica poder, legislar, conseguir autonomia diante da oferta da base natural delimitada pelos processos históricos e geográficos que constituíram um território, segundo os interesses da maioria da população” (RIBEIRO, 2004, p. 29).

Evocando questões ambientais, o Relatório Brundtland afirma que o conceito de soberania nacional deve ser repensado, ou “alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança” (CMMAD [1987] 1991, p. 337). E ainda sugere uma relativização da soberania em questões ambientais de interesse global, afirmando que

Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional; o estado-nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com as ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processo de mecanismos multilaterais (CMMAD [1987] 1991, p. 337).

Essa relativização, a nosso ver, pode ser perigosa, pois abre lacunas e possibilidades de países hegemônicos, ou organismos internacionais gerenciados por estes, reivindicarem, em nome de uma segurança ambiental global a necessidade de intervenção ou gestão conjunta desses recursos.

Citando a *Green Cross International*,⁸⁵ Ribeiro (2004) ainda questiona a capacidade de um Estado em extrair grande quantidade de água de um rio ou mesmo de desviar seu curso. Isso implica alteração do volume de água para o Estado a jusante e nos direitos do país a montante. Sua reflexão pautada em um documento dessa organização nos

⁸⁴ LE BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**, 2001.

⁸⁵ Organização internacional fundada em 1993 por Mikhail Gorbachev, baseada na ideia da Cruz Vermelha Internacional, de aplicar a responsabilidade médica emergencial, porém para as questões ambientais. Disponível em: <<http://gci.ch/>>. Acesso em: jul. 2008.

traz algumas questões interessantes: um Estado tem direito à água que é precipitada em seu território e contribui para algum curso d'água transfronteiriço? E como fica um país que depende de cursos d'água que não são originários dentro de seu território?⁸⁶

São questões que se encaixam perfeitamente no conflito israelo-palestino. No caso da criação do Estado palestino e da observação das fronteiras no que tange à exploração das águas subterrâneas, é forçoso lembrar que tais aquíferos têm a maior parte de sua área de recarga nas montanhas da Cisjordânia. Haveria um Estado palestino soberano em relação aos seus recursos hídricos? Os israelenses abririam mão de parte de sua água para a formação desse Estado? Por outro lado, Israel tem sérias preocupações em relação à origem das águas que abastecem seu país. Vale lembrar que as águas do rio Jordão nascem nas colinas de Golã, território sírio ocupado por Israel. Daí a preocupação antiga em controlar as nascentes desse rio, garantindo parte do que podemos chamar de sua “soberania hídrica”, justificando a análise anteriormente feita acerca da segurança ambiental.

A discussão a respeito da soberania hídrica de israelenses e palestinos nos traz a necessidade de pensar a formação dos Estados, as configurações territoriais palestina e israelense e, portanto, discutir a questão dos limites e fronteiras entre os dois Estados.

2.1.4. Limites e Fronteiras

A noção de limite tem início com a consolidação dos Estados e a consequente necessidade de limitar territorialmente seus domínios, sua soberania. Dessa forma, ao falar em território, estamos, implicitamente falando de limites e fronteiras, pois a ideia de território marca a relação que determinado grupo mantém com certa porção do espaço, que, de alguma forma será demarcado, ou por um elemento natural ou pela presença de outro grupo, ou pela simples sensação de pertencimento a um determinado lugar. Assim, a partir de tais suposições

⁸⁶ Esse assunto será discutido no capítulo 4.

e, sobretudo, considerando que a definição dos limites de um Estado palestino será tema de profundos debates e polêmicas, somos levados a discutir os conceitos de limites e fronteiras.

É necessário para iniciarmos a discussão estabelecer as diferenças básicas entre ambos. Martin (1992), nos esclarece algumas dessas diferenças:

(...) A fronteira marca o limite territorial onde o Estado Nação exerce sua soberania. (...) Assim, hoje o ‘limite’ é reconhecido como linha e não pode ser habitada, ao contrário de ‘fronteira’ que, ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada (...) (MARTIN, p. 38 e 47).

A fronteira indica a extremidade do lugar habitado e não a região que determina o fim do território. Ao contrário, é para onde o Estado tende a se expandir. Já a palavra limite se refere ao fim do território, e, por conseguinte, fim da soberania do Estado.

Dessa forma, o conceito de fronteira pode ser entendido como uma faixa, uma margem até onde se é familiar, ligado à ideia de expansão, e não necessariamente o limite que divide duas unidades políticas. Segundo Machado (1998)

a palavra fronteira implica historicamente (...) aquilo que está na frente. (...) Nasceu (...) indicando a margem do mundo habitado. (...) Mesmo assim não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim mas de começo do Estado (p. 41-42).

a palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização (p. 42).

A origem da ideia de fronteira, segundo Raffestin (1993), ocorre quando as sociedades têm a necessidade de organizar seu território, campo de ação, se diferenciando e se separando dos demais grupos. A partir disso afirma que “toda tessitura implica noção de limite” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Concordamos, pois o limite do campo de ação de um

grupo se estende até onde esse grupo é capaz de organizá-lo para dele retirar suas necessidades.

Para Fighera (1996) a fronteira passa a ter uma conotação política porque ela representa a região limítrofe, a partir de onde existe outro Estado, outro poder soberano, reconhecido pelos outros poderes soberanos.

Para Costa (1992, p. 291) as noções de limites e fronteiras são “uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território”. As ações do Estado, sua área de controle e, portanto, sua soberania, estão restritas à área que corresponde aos seus limites territoriais. Se há uma centralização de poder e uma unificação política e territorial os limites passam a ser importantes. Como nos lembra Fighera (1996, p. 110), “com a Europa medieval surge e se estabelece o conceito de soberania e com ele o de fronteira enquanto noção política”.

No entanto a ação do Estado tende a se concentrar nas regiões mais centrais desse território. É também onde, na maioria dos Estados, está concentrada boa parte de sua população⁸⁷, o que faz com que as áreas fronteiriças possam ser problemáticas. A ocupação dessas áreas deve ser uma medida estratégica de garantia de posse do território. Também podem ser áreas que, com uma menor presença do Estado, sejam propícias para atividades que escapam ao seu controle, como quaisquer tipos de transações ilegais: contrabandos, fluxo ilegal de pessoas etc.

Porém com a transnacionalização da economia, o sentido restrito de limites dos Estados começa a deixar de existir. A economia global caminha cada vez mais para a integração entre os mercados, sobretudo aqueles limítrofes, na tendência de formação de blocos econômicos ou não. As novas exigências mercadológicas dizem que os fluxos comerciais, sejam eles, de mercadorias, capitais, serviços ou pessoas, devem ser facilitados.

⁸⁷ Essa afirmação é válida para os Estados que possuem fronteiras apenas com outros Estados. Aqueles que têm saída para o mar, devido ao fato de terem a maior parte de sua população nas áreas litorâneas concentra sua ação estatal nessas regiões.

Segundo Guichonnet e Raffestin⁸⁸ (1974 apud COSTA, 1992, p. 292) “o dinamismo econômico está, de algum modo, substituindo o dinamismo político”.

Há também a tendência à cooperação transfronteiriça, uma redução nas restrições legais que os limites estatais impõem, integrando as populações de áreas de fronteiras, fazendo com que a dinâmica existente, muitas vezes informal, colabore para a vida econômica e social nessas regiões.

* * *

Os conflitos entre os Estados, quando possuem fronteiras em comum, via de regra ocorrem nas proximidades dessas fronteiras, em forma de disputas territoriais, o que diria respeito aos limites, ou relacionadas a formas de uso do território⁸⁹. A Europa, por exemplo, desde a consolidação dos Estados nacionais, passou por inúmeras mudanças de limites fronteiriços, devido a guerras, uniões, separações amistosas. A necessidade de expansão ligada ao desenvolvimento do capitalismo, principalmente nos séculos XIX e XX, fez com que algumas nações se lançassem à guerra, no intuito de expandir seus domínios. Por exemplo a Alemanha onde o general geógrafo Karl Haushofer, retomando a concepção de organismo vivo que Ratzel descreve, defendia a expansão dos limites do Estado Alemão. Em suas palavras: “Não pode haver limites fixos para a necessidade de expansão dos Estados” (HAUSHOFER apud MARTIN, 1992, p. 42).

No restante do mundo os limites entre os atuais Estados foram, na maioria dos casos, impostos pelos países colonizadores. São os casos sobretudo da África e da Ásia. A respeito disso Costa nos relata:

⁸⁸ GUICHONNET, P.; RAFFESTIN, C. *Géographie des frontières*, Paris: PUF, 1974.

⁸⁹ Como é o caso da crise das papeleiras entre Uruguai e Argentina.

para Foucher (Michel, *Front set Frontiers*, op. Cit., p. 8) as instabilidades políticas e, em alguns casos, geopolíticas de algumas regiões do Terceiro Mundo – especialmente da África e da Ásia – devem-se em grande parte às contradições entre traçados artificiais impostos de ‘fora para dentro’ pelas antigas metrópoles coloniais, cujos contornos não coincidem com outros limites (étnicos, linguísticos, históricos, etc.). (...) Além disso o caráter exógeno presente na definição de boa parte das fronteiras do terceiro Mundo (do total, 17,2% traçadas pelos franceses e 21,5% pelos ingleses) estaria na raiz as muitas ‘crises geopolíticas’ atuais (COSTA, 1992, p. 295).

O caso palestino, bem como algumas disputas territoriais no Oriente Médio, são também heranças do período colonial britânico. As disputas entre Iraque e Kuwait e a questão territorial curda são exemplos disso. A discussão acerca das fronteiras e dos limites territoriais passa por todos esses pontos. Martin (1992, p. 74) explica que

encravado entre a Europa, a Ásia e a África, o Oriente Médio sempre se constituiu em área de convergência e dispersão das principais linhas de força da civilização humana, daí representar ela própria uma grande fronteira.

O conflito israelo-palestino ganha maior impulso a partir da definição dos limites territoriais dos Estados de Israel e Árabe. Além disso, mais recentemente, outra questão que de certa forma envolve a temática de limites e fronteiras é a construção do muro que separa os dois territórios.

Como foi observado no capítulo 1, esse muro, segundo os palestinos, tem a intenção de definir unilateralmente as fronteiras entre os dois territórios. No entanto, nota-se que essa definição não está vinculada a um projeto de constituição do Estado palestino, mas sim aos territórios a serem controlados pela ANP. Apesar da negativa israelense e a justificativa relacionada a questões de segurança, a atual proposta do Primeiro Ministro Benyamin Nethaniahu é a de criar apenas cantões palestinos e não um Estado.

Esses são exemplos claros de alguns pontos já discutidos nesse trabalho. As organizações internacionais, por não disporem de um poder de coerção eficaz, não têm como

fazer valer suas decisões. Cabe aos Estados aceitá-las ou não, e isso dependerá da força político-militar de cada Estado. É o estado de natureza no sistema internacional.

Outro ponto que se pode analisar diz respeito à soberania. De fato, nenhum Estado, nenhuma organização internacional ainda que condene a construção do muro, foi capaz de demover o Estado de Israel na sua construção. Internamente, se faz valer a soberania nacional, mesmo que internacionalmente seja um ato condenável.

Por fim a questão dos limites. O Estado de Israel define unilateralmente seus limites territoriais – mesmo que se alegue que seja por tempo determinado e em função de sua segurança. Fazendo valer sua soberania, não respeita os limites exigidos pela Resolução 242 da ONU e tampouco a distribuição da população palestina pelo território. A construção das colônias – que também são consideradas ilegais internacionalmente – além de ser uma forma de ocupação do território, está contribuindo para a configuração dos novos limites territoriais do Estado de Israel e de um futuro Estado palestino.

Os limites e a contiguidade do território palestino se colocam no centro da discussão nesse momento, e assim está por vários motivos: o tamanho e as possibilidades revelarão se tal Estado poderia receber refugiados; se essas fronteiras deixarão ou não de fora a cidade de Jerusalém, considerada como capital pelos dois povos; a retirada dos colonos; o controle do corredor que liga Jerusalém ao rio Jordão e de sua margem ocidental, propiciando assim um Estado com continuidade territorial (exceção feita à separação entre a Faixa de Gaza e Cisjordânia); e, por fim, os recursos que os territórios oferecem, como áreas agriculturáveis, ou de pastagens, e principalmente, como se dará a distribuição dos recursos hídricos entre os dois Estados. É importante lembrar que boa parte dessa água se encontra em aquíferos, o que, segundo Martin (1992, p. 72), coloca a questão de “quem é dono do subsolo, coisa difícil de estabelecer em reservas intercomunicantes”.

Pelo o que foi discutido até o momento, torna-se difícil se referir a regiões de fronteira entre Israel e Palestina. A própria presença do muro traz uma ruptura típica dos limites, o que não caracteriza uma zona de fronteira, a qual pode ser vista como uma zona de transição, onde há uma dinâmica própria, certa integração entre as duas fronteiras, ainda que por vezes informal. Essa integração é bastante reduzida e totalmente dependente da anuência do governo de Israel. Há grande dificuldade no fluxo de pessoas e mercadorias entre os dois lados, mas principalmente quando o sentido é da Cisjordânia para Israel. Em relação à Faixa de Gaza, embora não haja o muro, por ser uma região muito menor, há também um controle eficaz.

Por fim deixamos uma questão. O Direito Internacional do Meio Ambiente utiliza o termo transfronteiriço com frequência na legislação ambiental. É possível pensar, em relação aos aquíferos da Cisjordânia, em recursos hídricos transfronteiriços, mesmo com a existência dos dois Estados? Não seria mais adequado, talvez, o uso do termo translimítrofes? Há, de fato, uma zona fronteira entre os dois territórios? Haverá a possibilidade de uma utilização conjunta dessas reservas?

Esses questionamentos nos indicam a necessidade de refletir a respeito dos recursos transfronteiriços. Como resultado de relações políticas entre as sociedades humanas os limites territoriais determinam uma vasta gama de situações, porém não limitam a fluidez dos recursos, sobretudo das águas, que transitam à revelia das demarcações humanas, podendo criar situações de conflitos entre dois ou mais Estados.

2.2. Águas Transfronteiriças

Mediante ao que foi colocado, sobretudo em relação a tensões e conflitos internacionais, convém ressaltar a importância do Direito Internacional Público para esse tema. Ou seja, existem acordos, tratados e convenções internacionais que permitem, em tese, mediar as questões referentes ao meio ambiente, e mais especificamente, à água, em situações de litígio ou desacordo. No entanto, segundo Gleick (1993, p. 9), em sua maioria são inadequados.

Não é nossa intenção discutir mais profundamente o ordenamento jurídico internacional que envolve os recursos hídricos em todo o mundo, todavia torna-se pertinente desenvolver um breve comentário acerca dos pontos mais relevantes para a sequência do trabalho, os quais incluem tratados e convenções que dizem respeito a bacias hidrográficas e águas subterrâneas transfronteiriças.

Dentre as maiores bacias hidrográficas do mundo, há cerca de duzentas internacionais, ou seja, que têm suas águas e cursos compartilhados por dois ou mais países.

No Direito Internacional, a partir dos Tratados de Versalhes em 1919, passou-se a admitir a categoria de “rios completamente internacionalizados” que garantia a liberdade de navegação em seu leito para todos os Estados, inclusive os que não fossem ribeirinhos. Mas a partir da década de 1960, com o avanço nas discussões ambientais e com a adoção das Regras de Helsinki, pela Associação de Direito Internacional na 52ª Conferência de Helsinki, essa concepção de rios como vias de navegação ou fins demarcatórios deixa de ser exclusiva e passa a predominar o conceito de bacia fluvial internacional (*international drainage basin*), que pode ser definida como “uma área geográfica que cobre dois ou mais Estados, determinada pelos limites fixados por divisores de água, inclusive as águas que desembocam num ponto comum” (SOARES, 2001, p. 108). As Regras de Helsinki tiveram o importante

papel de servir, por um lado, como mediadoras entre Estados que compartilhavam bacias, porém sem algum tratado específico sobre o tema, e, por outro, como base para os acordos vindouros.

A partir da década de 1990, com a Conferência de Dublin em 1992, mas, principalmente com o surgimento da Convenção relativa à Lei sobre as Utilizações de Cursos de Água Internacionais não Relacionadas com a Navegação, mais especificamente em 1997, passa-se a discutir a utilização do elemento “água” com todas as suas formas de uso, tais como usos doméstico, agrícola e industrial, geração de energia e outros, e não mais apenas como um mero constituinte de rios e lagos com funções de servir de vias de navegação ou divisores de fronteiras. O cuidado com a qualidade da água passa a ter importância sob essa nova perspectiva. A expressão “cursos d’água internacionais” passa a ser utilizada em preferência ao termo “bacia internacional fluvial”. Essa nova expressão, utilizada para se referir aos “rios principais, seus afluentes, lagos, aquíferos, glaciais, represas, canais e lençóis freáticos à medida que estejam relacionados” (SOARES, 2001, p. 110), pode ser definida como

um sistema de águas de superfície e subterrâneas que, em virtude de sua relação física, constituem um conjunto unitário e que normalmente fluem a um término comum (...) que em algumas de suas partes se encontram em Estados distintos, (SOARES, 2001, p. 110).

A Conferência de Dublin em sua Declaração estabelece quatro princípios dentre os quais reconhece a água como um recurso finito e vulnerável, sugere tomadas de decisões conjuntas envolvendo todos os atores de uma bacia, reitera a necessidade da participação feminina nas decisões e, por fim, atribui valor econômico à água, tema este bastante polêmico.

A Convenção relativa à Lei sobre as Utilizações de Cursos de Água Internacionais não Relacionadas com a Navegação insta os Estados signatários a trocar

informações e compartilhar dados, a notificar sobre as ações e obras, a cooperar na gestão, a utilizar equitativamente suas águas e a não causar “prejuízos significativos”⁹⁰ a outros Estados participantes da bacia. Embora de grande importância, ainda não tem um caráter vinculante, pois seria necessária a adesão de 35 países para entrar em vigência e até o momento conta com apenas 16 assinaturas e dessas, 8 ratificações. É curioso perceber que em sua votação 151 Estados foram favoráveis, mas o número de ratificações é bastante reduzido.

Em sua introdução traz citações como “todo Estado do curso d’água tem direito a participar na negociação de qualquer acordo do curso d’água”. Essa resolução apresenta alguns princípios gerais: o artigo 5 sugere que “os Estados do curso d’água utilizarão em seus respectivos territórios esse curso de maneira equitativa e racional”, e cita alguns fatores pertinentes a essa utilização; o artigo 6 cita “as necessidades econômicas e sociais dos Estados interessados no curso d’água” ou “a dependência da população a esse corpo d’água” e ainda “os efeitos que o uso do curso d’água em um dos Estados produza no outro Estado”; o artigo 7 menciona a “obrigação de não causar danos sensíveis”; e no artigo 8 reforça a “obrigação geral de cooperação”.

Essa convenção surge na tentativa de regular o uso das águas dos 263 cursos d’água internacionais (RIBEIRO, 2004, p. 150), e, por conseguinte, traz à tona a discussão a respeito da soberania sobre os recursos hídricos. Segundo Cunha (1998, p. 3) são quatro as doutrinas principais relacionadas a esse tema que servem como base aos acordos internacionais: 1) Soberania Territorial Absoluta, segundo a qual cada Estado tem o direito de utilizar as águas do rio partilhado como melhor lhe aprouver; 2) Integridade Territorial Absoluta, segundo a qual nenhum Estado é autorizado a alterar o escoamento natural do rio, considerando-se que a água é parte do território de um Estado; 3) Soberania e Integridade Territorial Limitada, segundo a qual um Estado pode fazer uso da água do rio no seu

⁹⁰ Não fica claro no texto da Convenção o que vem a ser um “prejuízo significativo”, ou seja, qual a extensão do prejuízo para que seja considerado significativo.

território, desde que não interfira com a utilização razoável da água pelos outros Estados; 4) Gestão Concertada dos Recursos Hídricos, segundo a qual as águas de uma bacia hidrográfica partilhada por dois ou mais Estados devem ser utilizadas e geridas de forma a maximizar os benefícios que são susceptíveis de ser proporcionados por essas águas e, também, a garantir formas equitativas de repartir esses benefícios entre os Estados.

O Direito Internacional Ambiental ao utilizar o conceito “curso d’água internacional” atribui a ele dois aspectos distintos: um quando se refere aos aspectos de navegação e outras formas de utilização, no qual o rio pode ser fronteiro ou sucessivo, segundo sua posição entre os Estados que o compartilham; outro, quando se refere à prevenção à poluição, o uso da noção de bacia hidrográfica é possível, uma vez que para esse fim toda ação na área que compreende a bacia pode ser poluidora e comprometê-la. Nesse caso, o Direito Internacional Ambiental utiliza o termo “cursos d’água transfronteiriços” e trabalha com a ideia que

um rio, e toda fonte de água doce, como lagos, lençóis freáticos, águas de geleiras, cabem dentro de um conceito mais amplo, estreitamente correlacionado à definição de ‘recurso natural compartilhado’, que compreende inclusive as águas subterrâneas, e não unicamente a realidade de um único rio, levando em consideração, com prioridade, a questão da poluição do próprio meio aquático (SOARES, 2001, p. 110-111).

É interessante notar a necessidade que o Direito Internacional tem em se calcar em discussões e entrar em polêmicas geográficas para se definir o que é uma fronteira, para cunhar o termo “transfronteiriço”, e o que seja uma bacia hidrográfica ou um divisor de águas, para utilizar o termo “bacias internacionais”. Para Soares (2001, p. 215) fronteira seria a “definição jurídica dos limites do Estado físico onde incide a totalidade do ordenamento jurídico de um Estado”. O autor atribui grande relevância ao aspecto jurídico, ou seja, o território de um Estado é definido por fronteiras até onde a jurisdição deste Estado alcança. Em certa medida se assemelha ao nosso entendimento de território, visto como “um elemento

para o exercício do poder”, ou o território usado como “um sistema de objetos e ações”. No entanto ao se referir ao termo “fronteira” Soares o entende como o limite do território, a região que determina seu fim. Em nossa compreensão a fronteira indica a extremidade do lugar habitado associado à ideia de expansão, e não o limite que divide duas unidades políticas.

Esses acordos, tratados e convenções internacionais são instrumentos de consolidação de costumes que fazem parte da Ordem Ambiental Internacional. No entanto, no tocante à água especificamente, essa Ordem encontra grande dificuldade em ser implementada devido à falta de regulamentação, à ausência de convenções internacionais específicas (ratificadas) que normatizem as relações entre Estados que compartilham as mesmas águas.

Partindo do fato de que o Estado de Israel se absteve na votação sobre a Convenção relativa à Lei sobre as Utilizações de Cursos de Água Internacionais não Relacionadas com a Navegação e não considera as águas que compartilha com os palestinos “cursos d’água internacionais”, é possível entender os motivos pelos quais as disposições contidas na Convenção não são contempladas na região.

A partir das discussões teóricas desse capítulo acerca de conceitos pertinentes às ciências humanas, que nos ajudam a compreender historicamente o surgimento dos Estados e seus elementos vitais como território, soberania, limites e fronteiras, acrescido da discussão sobre as teorias dos conflitos, dos riscos e da segurança internacional, com especial atenção para a segurança ambiental, sobretudo no que se relaciona aos recursos hídricos, em um constante diálogo com nosso caso, essa primeira parte teve como objetivo constituir um arcabouço teórico para o prosseguimento do trabalho, o qual discutirá, especificamente o conflito israelo-palestino, em suas particularidades.

3. ASPECTOS FÍSICOS, DISTRIBUIÇÃO POLÍTICA E USO DA ÁGUA

3.1. Aspectos Físicos do Oriente Médio

Para compreender a dinâmica da água na região onde se dá o conflito, é necessário considerar em conjunto os aspectos físicos atuantes, em especial a dinâmica climática e morfológica. A região em estudo é uma zona de transição em diversos aspectos: climático, geológico, ecológico e sociocultural.

Geograficamente, a região pode ser dividida em três compartimentos: a planície costeira, uma estreita faixa litorânea desde o Líbano ao norte até a Faixa de Gaza e a fronteira com o Egito na península do Sinai ao sul, sendo a área mais dinâmica, intensamente povoada e industrializada; as montanhas da Judeia com altitudes de até 800 m acima do nível do mar, formando uma cadeia divisora de águas entre a planície costeira e o vale do rio Jordão, onde se encontra a cidade de Jerusalém; e a depressão do Vale do rio Jordão formado pelo *Rift Valley* da África onde está localizado o rio Jordão sendo a maior depressão absoluta do mundo com 392 m abaixo do nível do mar. Isso se deve ao fato de que a região está na borda de duas placas, a arábica e a africana, o que forma um imenso sistema de fraturas chamado “sistema de falhas sírio-africana” (Imagens 1 e 2). Desses três compartimentos a Cisjordânia abarca o Vale ocidental do rio Jordão, as montanhas e parte da planície costeira.

Israel e os Territórios Ocupados da Palestina (Cisjordânia e Faixa de Gaza) estão localizados entre o mar e o deserto. Seu clima é resultante desta situação, pois tem grande influência dessas forças divergentes. Como afirma Aharoni (1979, p. 8), “o clima da Palestina [Israel e Palestina] é o resultado da batalha entre o mar e o deserto”. A Palestina está localizada na região temperada, ou subtropical, com predominância dos climas mediterrâneo, ao norte, com uma estação seca (verão) e outra chuvosa (inverno), e semiárido, ao sul, com baixos níveis de precipitação. Os ventos de oeste provenientes do mar trazem umidade, em forma de grandes tempestades, no inverno e brisas refrescantes no verão. Já os ventos secos

de leste, provenientes do deserto, trazem muita poeira e calor no verão e são mais frescos no inverno.

IMAGEM 1 – Imagem de satélite da fenda do rio Jordão das montanhas da Judeia e da planície costeira. Disponível em: <<http://www.science.co.il/images/satellite/f/Israel.jpg>>. Acesso em: 28 jan. 2009. Localização e nomenclatura inseridas pelo autor.

IMAGEM 2 – Imagem de satélite de Israel e dos Territórios Ocupados da Palestina. Disponível em: <<http://www.science.co.il/images/satellite/f/Israel-STS094-728-10.jpg>>. Acesso em: 28 jan. 2009. Localização e nomenclatura inseridas pelo autor.

3.1.1 Clima

Israel e os Territórios Ocupados da Palestina (Cisjordânia e Faixa de Gaza) estão localizados entre o mar e o deserto. Seu clima é resultante desta situação, pois tem grande influência dessas forças divergentes. Como afirma Aharoni (1979, p. 8), “o clima da Palestina [Israel e Palestina] é o resultado da batalha entre o mar e o deserto”. A Palestina está localizada na região temperada, ou subtropical, com predominância dos climas mediterrâneo, ao norte, com uma estação seca (verão) e outra chuvosa (inverno), e semiárido, ao sul, com baixos níveis de precipitação. Os ventos de oeste provenientes do mar trazem umidade, em forma de grandes tempestades, no inverno e brisas refrescantes no verão. Já os ventos secos de leste, provenientes do deserto, trazem muita poeira e calor no verão e são mais frescos no inverno.

A estação chuvosa se inicia entre outubro e novembro e se estende até março, embora boa parte das chuvas se concentre em um número limitado de dias. Essas chuvas contribuem decisivamente para a agropecuária (Foto 1). A partir de abril a entrada dos ventos quentes e secos provoca uma mudança na paisagem, tornando-a mais ressequida e amarelada (Fotos 2 e 3).

Foto 1

Autor: Gilberto Rogrigues.
Plantação de uva no moshav Lachich, entrada do deserto do Negev.
Israel, 1993.
Coleção Particular

Foto 2

Autor: Gilberto Rodrigues.
Sul de Israel, nas proximidades do mar Morto e do deserto de Negev.
Israel, 1993.
Coleção Particular.

Foto 3

Autor: Gilberto Rodrigues.
Sul de Israel, nas proximidades do mar Morto e do deserto de Negev.
Israel, 1993.
Coleção Particular.

O resultado da batalha entre o mar e o deserto atua de forma global no clima da região, e influencia os diferentes tipos de clima ali existentes. A precipitação, por exemplo, varia consideravelmente nos diferentes lugares, devido à localização geográfica e à altitude. As montanhas do norte, na Galileia, e a faixa litorânea recebem maior quantidade de chuvas, que podem chegar entre 1000 e 1200 mm/ano. Quanto mais ao sul e a leste, longe do mar, menores os níveis de precipitação, os quais caem bruscamente. O sul do deserto de Negev,

por exemplo, recebe uma média de 20 mm/ano, mas a variação é grande mesmo entre pequenas distâncias. Em Gaza, por exemplo, o norte recebe 450 mm/ano, enquanto a parte sul, a 45 km de distância, apenas 200 mm/ano.

Outro fator importante na distribuição das chuvas é o relevo. As montanhas centrais, alinhadas no sentido Norte-Sul, bloqueiam a passagem de umidade vinda do mar e fazem com que a depressão do vale do rio Jordão seja uma região bastante seca. Além disso, o volume de precipitação pode variar muito de um ano para o outro, e os anos de seca são frequentes. A média estimada na Cisjordânia é de 450-500 mm/ano (Mapa 7) e boa parte dessa chuva infiltra-se no solo, abastecendo os grandes aquíferos da região. Porém, em áreas mais quentes deve ser levada em consideração a quantidade de água que se evapora. Em regiões áridas ou semiáridas até 85% da precipitação pode evaporar (Mapa 8). Durante a estação úmida é comum a formação de rios intermitentes que secam rapidamente quando ocorre a estiagem. Vale lembrar que na região a maior parte dos fluxos de água são intermitentes.

Mapa 7. Média Anual de Precipitação

Fonte: ARIJ - www.arij.gov; <http://img527.imageshack.us/i/p1909591b5b15dua2.jpg/>; Palestinian National Authority Ministry of Planning - <http://www.mop.gov.ps/>

Autor: Gilberto Rodrigues, 2010
Elaboração: Mapa Fácil

MAPA 8. Média de Precipitação e Taxas de Evaporação

Fonte: LONERGAN, Stephen; BROOKS, David B. Watershed: the role of fresh water in the Israeli-Palestinian conflict. Ottawa, ON, IDRC, 1994. (adaptado de mapa fornecido por *Spider International*, Fredericton, NB, Canadá). Tradução do autor.

Nota: Média de precipitação (barras negras) e taxas de evaporação (barras brancas) em quatro diferentes lugares no Vale do rio Jordão.

3.1.2. Solos

No que diz respeito aos solos da região, os vales ocidentais são cobertos por um profundo solo aluvial trazido das regiões montanhosas. Os mais extensos e importantes são os solos da planície costeira e do *Jezreel Valley* que são as áreas mais apropriadas à agricultura. A parte oeste da região da costa é majoritariamente coberta por areia trazida do mar e que se estende por cinco ou seis quilômetros para o interior do continente (Mapa 9).

Durante os períodos de regressão glacial o cinturão desértico do Saara se moveu ao norte, tornando a região mais seca. Esse movimento, aparentemente, fez com que as montanhas da Etiópia se tornassem sujeitas às chuvas de monções. As águas que desceram das montanhas através das planícies de Núbia levaram areias para o rio Nilo que, por sua vez, as transportava para o mar Mediterrâneo de onde eram carregadas para a planície costeira de Israel (Mapa 9).

A escolha do homem pré-histórico de se fixar nessa região, que é semiárida devido à sua posição na margem do cinturão árido global, é uma óbvia indicação de que essa borda não era estática e que a zona semiárida era mais úmida durante certos períodos. Nessa região foram encontradas ossadas de hipopótamos e elefantes, espécies que hoje habitam as regiões tropicais.

Parte dessa região é formada por duas camadas de arenito e parte por dunas de areia que ameaçam cobrir cada vez mais as áreas cultivadas. Na parte oeste do deserto do Negev essas dunas não encontraram resistência e penetraram quase cinquenta quilômetros para o interior do continente (Mapa 9). A maior parte do norte do Negev é coberta por camadas de *loess*, uma fina poeira carregada pelos ventos do deserto. Todavia, se cultivado e irrigado adequadamente o solo do deserto pode ser muito fértil (Foto 1).

Mapa 9. Mapa Geológico - Israel e Territórios Ocupados

Tradicionalmente, agricultores que vivem em áreas com menor precipitação tendem a viver em comunidades concentradas e a usar métodos de plantio com baixa produtividade por pessoa. Mas o desenvolvimento, a mecanização e a disponibilidade de modernas formas de energia contribuem para a superação dessas tendências, pois embora a população ainda tenda a se concentrar, os modernos sistemas de plantio garantem altos retornos aos trabalhadores e à terra. É o caso do sul de Israel, na região onde se inicia o deserto do Negev, um local de concentração de várias comunidades agrícolas que, apesar da aridez da região, mantêm altos índices de produtividade, baseados na transferência de água do norte do país e no uso intensivo de tecnologia.

Jericó, situada no vale do rio Jordão, a 10 km ao norte do mar Morto e 300 metros abaixo do nível do mar, é tido como o local onde a agricultura irrigada pode ter começado. Esta cidade é um oásis que depende de uma fonte chamada “Fonte do Sultão”, a

qual é alimentada pelas águas da chuva que se infiltram nas rochas calcárias permeáveis das montanhas da região, cuja maior parte se encontra na Cisjordânia; seu fluxo é constante e de aproximadamente 10mmc/ano⁹¹. Essa regularidade é explicada pelo acúmulo de água subterrânea. Em outras palavras, a superfície permeável permite o acúmulo de água da chuva, a recarga dos aquíferos e o gradual afloramento dessas águas. Esse é o princípio que permitiu ao homem manter uma agricultura irrigada nessas regiões áridas.

O mar e o deserto também exercem grande influência na geologia e na morfologia, pois são as forças básicas que criaram as rochas e o solo da região. A maior parte das rochas consiste de vários calcários formados a partir de depósitos sedimentares marinhos (Mapa 9). A composição dos calcários permite uma rápida infiltração de água que é absorvida para grandes profundidades até encontrar um extrato rochoso, sólido e não poroso, onde começa a correr horizontalmente – são os aquíferos – e somente parte dessa água volta para a superfície, como fontes. A rápida infiltração da água em solo calcário é um dos fatores que contribuíam significativamente para o agravamento das secas, muito intensas no passado. Atualmente a existência dos aquíferos é de fundamental importância para a o abastecimento da região, uma vez que a água subterrânea é intensamente explorada.

3.1.3. Hidrografia

A fenda do rio Jordão é muito significativa para a paisagem local. Possui uma largura média de 16 km no centro da qual flui o rio, desde o monte Hermon até o mar Morto. Este rio nasce a uma altitude aproximada de 100 metros no norte e desce até 392 metros abaixo do nível do mar, desaguando no mar Morto (ponto mais baixo da Terra).

Existem várias nascentes que formam o rio Jordão, dentre as quais as mais importantes são as dos rios Hasbani, Dan e Banias, sendo que esses dois últimos nascem nas

⁹¹ Milhões de metros cúbicos por ano.

encostas do monte Hermon, formado por rocha calcária, altamente permeável, do Jurássico. Aproximadamente metade de seu volume vem das fontes do Dan em Israel, um quarto do rio Hasbani, que nasce no Líbano, e um quarto do rio Banias que nasce nas colinas de Golã.

A água da chuva que cai sobre a montanha e a água resultante do derretimento da neve que cobre seu topo, rapidamente se infiltra no solo e alimenta o aquífero que dá origem àquelas nascentes. A média anual de precipitação chega a 1200mm. O rio Hasbani, o rio Dan e o rio Banias, juntamente com outras fontes, contribuem com a maior parte das águas do rio Jordão e, devido à alta permeabilidade e à alta taxa de precipitação, essas correntes são bastante regulares. A diferença entre o verão (seco) e o inverno (chuvoso) é regulada pela grande quantidade de água subterrânea acumulada no monte Hermon. Um longo período de seca e de pouca neve na montanha pode causar uma diminuição do fluxo de água do rio Jordão para o mar da Galileia⁹². Da extremidade sul do mar da Galileia o rio Jordão segue e recebe as águas do rio Yarmuk, que drena as colinas de Golã (Mapa 10).

As colinas de Golã dispõem de considerável volume de água (Mapa 11), assim como a Cisjordânia, embora boa parte dessa água possa ser explorada apenas a partir do uso de tecnologias avançadas. Em contraste, Gaza sofre perenemente de escassez de água e vem constantemente sofrendo um déficit hídrico. Exceto por Gaza e o deserto do Negev, o maior problema hídrico de Israel e dos Territórios Ocupados reside nas variações sazonais e regionais e não apenas no total disponível.

⁹² Embora chamado de mar, é um grande lago de água doce situado a 210m abaixo do nível do mar, onde deságuam as águas do alto rio Jordão, vindo do norte, e mais alguns rios de pequeno porte.

MAPA 10. A Bacia do Rio Jordão

Fonte: LIBISZEWSKI, 1995.
Tradução do autor/Mapa Fácil.

MAPA 11. Colinas de Golã: Mananciais que Abastecem o Mar da Galileia.

**Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)**

Disponível em: <<http://www.passia.org>>. Acesso: nov. 2004.

As condições hidrológicas também variam regionalmente (norte-sul) – mais de 85% da água está localizada na parte centro-norte de Israel e dos Territórios Ocupados – e sazonalmente (inverno-verão). O maior rio é o Jordão, que corre para o mar da Galileia e então pelo limite entre os Territórios Ocupados e o Estado da Jordânia, até desaparecer no mar Morto.

Variações espaciais e sazonais nos cursos de água criam um severo problema de distribuição em Israel. Chuvas e reservatórios são concentrados no norte enquanto as demandas surgem principalmente das regiões costeiras densamente povoadas e das áreas agrícolas na região central do país. Para complicar a situação a demanda por água alcança seu pico nos meses de verão, mas as chuvas se concentram basicamente nos quatro meses de inverno. Diante disso, há intensa utilização das águas do mar da Galileia, o grande reservatório natural do país, e também esforços em desenvolver formas de armazenamento artificiais. Assim, alguns analistas argumentam que a chave para o problema da água em Israel não é a disponibilidade, mas sim o armazenamento. O desvio de água do mar da Galileia para o sul do país reduz drasticamente o volume de água do rio Jordão, a ponto de haver nos últimos anos, uma redução no nível do mar Morto de 392 m para 407 m abaixo do nível do mar, trazendo sinais de salinização nos solos no vale do Jordão (MIMI, 2003, p. 448).

Exceto pelas cabeceiras dos rios que correm para o Mediterrâneo, apenas alguns poucos rios permanentes atravessam os Territórios Ocupados da Palestina. O alinhamento montanhoso norte-sul funciona, de certa forma, como uma barreira para os ventos que vêm do Mediterrâneo, os quais tendem a fazer com que os rios que correm para leste em direção ao rio Jordão sejam efêmeros. Algumas áreas úmidas são encontradas na região de Nablus onde, por conta da topografia, as fontes são abundantes.

O rio Yarmouk, importante tributário do rio Jordão em sua margem oeste, tem grande fluxo no inverno, o que contribui para diluir a crescente salinização das águas desse rio, a qual não é inteiramente natural, pois resulta em parte do desvio de alguns fluxos para o mar da Galileia com a finalidade de abastecer o Aqueduto Nacional⁹³.

A Faixa de Gaza apresenta sérios problemas hídricos, pois não há nenhuma fonte de água superficial na região e sua única forma de abastecimento, o aquífero costeiro, está seriamente comprometido devido à salinização decorrente da superexploração.

A ausência de controle das cabeceiras do rio Jordão tem um papel crítico nas políticas hídricas de Israel e, conseqüentemente, de sua política externa. Apesar do aparente domínio do sistema de águas superficiais, o fluxo total do rio Jordão representa um terço do consumo de água de Israel, e questões políticas e ecológicas determinam a quantidade de água que Israel pode retirar.

3.1.3.1. Aquíferos

É possível afirmar que Israel não existiria se dependesse exclusivamente das águas superficiais, uma vez que são escassas. Por isso, atualmente (e historicamente), os aquíferos são fontes de grande importância na região. Por aquíferos entendem-se as

unidades rochosas ou de sedimentos, porosas e permeáveis, que armazenam e transmitem volumes significativos de água subterrânea passível de ser explorada pela sociedade (KARMANN, 2000, p. 125).

Os aquíferos podem ser encontrados em diversas profundidades (até 5.000 m, profundidade a partir da qual os poros podem ser fechados devido à pressão) e tem íntima relação com os cursos de águas superficiais. Nas regiões mais úmidas é comum a existência de rios efluentes, que são alimentados pela água subterrânea. Por outro lado, nas regiões mais

⁹³ O Aqueduto Nacional (*National Water Carrier*) é um sistema de tubulações que transporta água do mar da Galileia no Norte de Israel, para o restante do país, principalmente para o sul, a fim de abastecer a agricultura irrigada dessa região, a mais seca do país.

áridas, onde é comum a existência de rios influentes, pode ocorrer o oposto: o escoamento superficial alimenta o nível freático e as águas subterrâneas podem ser preponderantes. As sociedades que habitam essas regiões lidam com essa necessidade e têm essa experiência há muito tempo.

Vale lembrar que as águas superficiais e subterrâneas têm a mesma origem nas águas da chuva ou no derretimento da neve. De toda a precipitação que o planeta recebe, a maior parte se evapora (algo em torno de 65%), uma parte se dirige aos cursos de água, parte é absorvida pelas plantas e parte se infiltra no solo acumulando-se nos poros ou nas fraturas das rochas.

As águas subterrâneas podem ser exploradas através das fontes – locais onde os aquíferos afloram – ou poços. Mais comumente, se a área de recarga se situa em uma elevação em relação ao poço, a água alcança a superfície, o que é chamado de poço artesiano. Nas regiões mais áridas os aquíferos são encontrados em áreas mais profundas, exceto nos vales.

Existem três tipos de aquíferos. O primeiro, encontrado a pouca profundidade, muito usado em jardins e algumas fazendas, é decorrente da infiltração de água nas camadas superiores do solo. Os outros dois tipos se referem às águas retidas nos interstícios das rochas. Nesses casos as águas podem estar isoladas nesses espaços, sem uma intercomunicação, e, por não serem renováveis, quando explorados, podem trazer complicações geológicas. Ou então podem possuir conexão com outros aquíferos e receber águas de recarga vindas da superfície. Esses são fontes renováveis, desde que seus níveis de exploração se mantenham menores que sua capacidade de recarga.

Acredita-se que as águas subterrâneas sejam sempre puras, o que não é verdade. Alguns aquíferos são naturalmente salinos. Isso ocorre devido à possibilidade de a água ter erodido rochas com alto teor de salinidade. Há, também, aquíferos com elevada

salinidade devido à superexploração, o que permite a infiltração de águas salinas ou do mar (caso esteja perto da costa) como consequência da redução do nível e da pressão da água desses aquíferos. No entanto, essa infiltração pode apenas ser percebida em um estágio muito avançado, uma vez que a água salgada, devido a sua maior densidade, se mantém abaixo da água doce. Esse é o caso do aquífero Costeiro localizado na região litorânea de Israel e na Faixa de Gaza.

Em Israel e nos Territórios Ocupados da Palestina, como suprimento de água subterrânea, existem dois grandes sistemas de aquíferos: o aquífero da Montanha - situado quase que por completo sob o solo da Cisjordânia, com uma pequena porção sob o Estado de Israel; o aquífero Costeiro - estendido por quase toda faixa costeira israelense até Gaza. Vale lembrar que a formação rochosa da região da Cisjordânia, composta por calcário, rocha bastante permeável, facilita a infiltração e o acúmulo de água subterrânea.

O aquífero Costeiro é conectado ao de Gaza, onde está sua área de recarga. Já o aquífero da Montanha subdivide-se em três grandes unidades: de Leste, de Oeste e o de Nordeste⁹⁴. Todos possuem a área de recarga nas montanhas situadas na Cisjordânia (Mapa 12) e adentram o território israelense. No entanto, com exceção do aquífero de Oeste, os demais entram em parcelas muito pequenas do Estado de Israel. O aquífero de Leste faz parte de uma bacia internacional compartilhada que é a do rio Jordão (Mapa 13). Isso nos coloca uma questão importante. Segundo Daibes (2003)⁹⁵, os aquíferos de Oeste e de Nordeste podem ser considerados em conjunto com Israel. Porém, o aquífero de Leste não deve ser considerado da mesma forma, e sim exclusivamente palestino.

⁹⁴ O aquífero da Montanha é composto por vários aquíferos separados cuja estrutura complexa ainda não é totalmente conhecida, mesmo após muitos anos de estudos.

⁹⁵ Informação pessoal: Daibes, Fadia The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 02 fev. 2009.

Mapa 12. Perfil Hidrogeológico - Israel/Territórios Ocupados

Mapa 13. Aquíferos - Israel/Territórios Ocupados

Fonte: The Arabian Journal for Science and Engineering, V 30, nº 2C Dec 2005.

Autor: Gilberto Rodrigues, 2010
Elaboração: Mapa Fácil

Essa breve descrição do quadro físico da região, trazendo alguns detalhes importantes acerca do clima, da geologia, da geomorfologia e da hidrografia em Israel e nos Territórios Ocupados, é fundamental para compreender a situação hídrica, a distribuição e as consequentes disputas por água entre israelenses e palestinos desde o início do conflito. Foi possível perceber que a região, devido à conjunção de diversos fatores, possui pouca disponibilidade hídrica levando-se em conta a população que habita o lugar, fazendo com que seja de extrema necessidade a discussão a respeito da disponibilidade, da repartição e do uso dos recursos hídricos na região.

3.2. Distribuição Política e Uso da Água

Há no planeta Terra grande presença de água, nas formas líquida, gasosa e sólida⁹⁶, que recobrem aproximadamente 70% a 75% do planeta. Acredita-se que a água tenha surgido a partir da condensação da atmosfera, que por sua vez teria se originado a partir da liberação de gases decorrentes do resfriamento das rochas magmáticas que formaram a crosta terrestre há aproximadamente 3,8 bilhões de anos. Assim, pode-se concluir que a água é um elemento existente na constituição do planeta durante a maior parte da sua existência.

Embora não haja grande precisão nas estimativas, calcula-se que 96,5% dos aproximados 1,38 bilhão de km³ de água existente no planeta seja composto por água salgada; o restante, que corresponde à água doce, aproximadamente 2,53% do total, é distribuído da seguinte forma: 68,78% (1,74% do total) nas calotas polares e geleiras; 30,03% (0,76% do total) de águas subterrâneas; 0,31% (0,008% do total) de águas superficiais; 0,04% (0,0012% do total) em outros reservatórios, tais como a umidade do solo ou vapor de água (Gráficos 3 e 4). Todavia, apenas as águas subterrâneas e as superficiais podem ser exploradas pelo homem,

⁹⁶ A água é a única substância conhecida que pode ser naturalmente encontrada nas três formas: sólido, líquido e gasoso. Disponível em: <<http://earthobservatory.nasa.gov>>. Acesso em: nov. 2004.

perfazendo um total de 10.598.400 km³ de água disponível (30,34% da água doce e 0,77% do total) (UNESCO-WWAP, 2003, p. 67-68)⁹⁷.

Fonte: UNESCO-WWAP, 2003, p. 67-68.
Elaboração do autor.

Fonte: UNESCO-WWAP, 2003, p. 67-68.
Elaboração do autor.

Ao se fazer esses cálculos pode parecer que a disponibilidade hídrica no planeta é pequena, sobretudo quando se leva em consideração a crescente população e a expectativa de que nos países não desenvolvidos o ritmo de crescimento dessa população é ainda maior. No entanto, em uma análise mais apurada, percebemos que a reserva hídrica do planeta é suficiente para abastecer toda sua população. Estimativas nos mostram que 12.500

⁹⁷ Os valores totais e percentuais passam por diversos arredondamentos e aproximações. Dessa forma, a soma dos valores da partes não corresponde ao total. Disponível em: <<http://www.unesco.org/water/wwap/wwdr/wwdr1/pdf/chap4.pdf>>. Acesso em: jan. 2010.

km³/ano são acessíveis ao consumo humano, e o consumo atual é de 6.500 km³/ano (HIRATA, 2000, p. 424). Se levarmos em conta que 1 km³ representa 1 trilhão de litros, e a população mundial atual é estimada em 6,5 bilhões de habitantes (ONU 2005)⁹⁸, concluímos que a nossa reserva hídrica nos garantiria uma média superior a 5.000 litros/dia/pessoa, e a média de consumo por habitante é de aproximadamente 2.740 litros/dia/pessoa. É claro que esses cálculos nos mostram a disponibilidade e o consumo *per capita*, incluído aí todo o uso social e econômico da água.

Há grande polêmica em torno da quantidade mínima necessária para o consumo humano. Os critérios variam desde os valores necessários para a ingestão humana, até o cômputo *per capita* da utilização social da água, tais como serviços públicos e setores produtivos. Gleick (1996, p. 88) adota o valor de 50 litros de água como padrão mínimo, sendo 5 litros para dessedentação, 20 para serviços sanitários, 15 para banho e 10 para cozinhar. No entanto, é importante considerar que há regiões do planeta onde esses valores são ultrapassados com facilidade ao passo que em outras ficam muito aquém. Ao se comparar os cálculos de disponibilidade e uso com a satisfação das necessidades básicas, pode nos causar estranhamento a discrepância entre as médias de disponibilidade e uso, e os sérios problemas de escassez de água em algumas regiões.

Como é possível perceber, há uma grande polêmica em torno do tema e, entre os que estabelecem um valor mínimo para o consumo humano, uma grande variação. Portanto, faz-se necessário levar em consideração algumas variáveis que se referem à região, à cultura e ao modo de produção entre outros fatores. Como afirma Ribeiro,

Não é possível calcular o volume de água apenas no âmbito das necessidades fisiológicas de um ser humano. A vida não se restringe à manutenção do corpo. Ela é nutrida mais pelos eventos sociais que por elementos naturais. Até mesmo o corpo é dimensionado pela cultura, o que reforça ainda mais a

⁹⁸ Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=13379&Cr=population&Cr1=development>. Acesso em: nov. 2008.

importância em considerar o estilo de vida de cada grupo social na definição da quantidade mínima. Desse modo, fica muito difícil estabelecer essa quantia a cada ser humano sem ponderar seu gênero de vida (...) (RIBEIRO, 2008, p. 66).

Destarte é possível afirmar que não há falta de água no planeta. Entretanto, milhares de pessoas morrem diariamente por todo o mundo como consequência de problemas causados pela falta ou má qualidade da água. Os cálculos a partir dos quais se extraem as médias não são capazes de mostrar as diferentes realidades vividas, principalmente por aquelas cuja disponibilidade real não alcança o número que o cálculo matemático nos apontou. Há, portanto, um sério problema em relação à distribuição dos recursos hídricos no planeta. Ela é consideravelmente desigual nas variadas regiões do globo, fazendo com que existam áreas com abundância do recurso e outras com severa escassez. A má distribuição natural é causada por motivos alheios às sociedades, um conjunto de fatores, tais como a dinâmica climática, a vegetação, o relevo, o solo, e a geologia, que afetam a quantidade disponível de água em determinada região.

O primeiro problema que se coloca então é a distribuição natural da água no planeta, pois, se fosse distribuída de forma homogênea, seria suficiente para atender toda a demanda. No entanto, “somente 23 países detêm dois terços das reservas de água potável e 28,3% dos recursos hídricos estão na América do Sul, sendo que deste total, mais da metade, cerca de 66,5% estão no Brasil” (FAO)⁹⁹. Além do Brasil, outros países desfrutam de uma cômoda posição no *ranking* de recursos hídricos: Guiana Francesa (França), Islândia, Guiana, Suriname, Papua Nova Guiné, Gabão, Canadá e Nova Zelândia, Colômbia e o Peru, são os países com maior uso *per capita* do mundo. Além desses, podemos citar também a Rússia, os Estados Unidos, a China, a Indonésia, a Índia, a República Democrática do Congo, como os países com maior disponibilidade hídrica do mundo. No outro extremo estão os países mais

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/y4473e/y4473e0f.gif>>. Acesso em: fev. 2010.

pobres em água: Kuwait, Palestina (Faixa de Gaza), Emirados Árabes Unidos, Ilhas Bahamas, Qatar, Ilhas Maldivas, Bahrein, Líbia, Malta, Cingapura, Jordânia, Djibuti, Cabo Verde, Arábia Saudita e Israel¹⁰⁰. Pode-se acrescentar em torno de 70 países a essa lista, todos com sérios problemas de escassez de água (Mapa 14).

Extraído de Ribeiro (2008, p. 69).

Porém, as diferentes sociedades, em maior ou menor grau, bem ou mal, se adaptaram às condições locais das áreas onde habitavam, e assim lograram sobreviver com maior ou menor disponibilidade de água.

Entretanto, outro fator pode determinar a disponibilidade de água em uma região: o fator político. É possível falar em uma má distribuição política da água, principalmente no momento em que esse recurso passa a ser valorizado não apenas por sua óbvia necessidade para todos os seres vivos, mas, sobretudo, por seu valor estratégico, num

¹⁰⁰ Unesco, 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/water/wwap/wwdr/>>. Acesso em: mar. 2009.

mundo onde cada vez mais se discute a disponibilidade e até mesmo a finitude de alguns recursos.

Significa dizer que além da má distribuição natural da água, alguns povos convivem com fatores políticos que determinam seu acesso ao recurso. A própria ideia de distribuição natural poderia ser, de certa forma, considerada política, pois o que define a disponibilidade hídrica de um país é justamente o seu território, os recursos hídricos de que dispõe. A definição desse território e de seus limites é uma construção política e histórica, caso exemplificado claramente pelo estudo aqui apresentado, sendo essa uma das proposições do trabalho: a definição dos limites do Estado de Israel foi e vem sendo uma construção política, em grande medida baseada na questão da disponibilidade hídrica.¹⁰¹

A água passa a ser um elemento de poder e cobiça na relação entre os Estados. Nesse sentido Raffestin (1993, p. 231-232) aponta que:

a água como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e conflito. (...) O controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessa ao conjunto de uma coletividade.(...) A água é então um trunfo tão precioso quanto a vida que ela cria.

Nos países mais pobres em água, a população mais carente é a mais afetada pela escassez. As elites, por conta do poder econômico conseguem manter um consumo razoável de água (Tabela 2). Essa situação pode ser percebida no sertão nordestino brasileiro já que nessa região os latifundiários e agroindústrias não sofrem o problema de falta de água, enquanto os pequenos proprietários estão constantemente sujeitos a esse tipo de problema.

¹⁰¹ Esse assunto será abordado mais detalhadamente no capítulo 4.

Tabela 2 – Consumo Médio de Água no Mundo/Faixa de Renda	
Grupo de Renda	Utilização Anual m³/hab.
Baixa	386
Média	453
Alta	1.167

Fonte: Relatório do Banco Mundial – 1992.

Elaboração do autor, 2010.

Como fator de desenvolvimento econômico e de bem estar social, a água também é um recurso mal distribuído e escasso em boa parte do planeta. “Pouco menos de 1 bilhão de pessoas consomem 86% da água existente, enquanto para 1,4 bilhão é insuficiente e para 2 bilhões não é tratada” (BOFF, 2004), causando problemas de saúde às populações afetadas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 4,6 milhões de crianças de até 5 anos de idade morrem por ano de diarreia, doença relacionada à ingestão de água não potável, agravada pela fome e resultado da má distribuição de renda. (...) O abastecimento de água potável e o saneamento ambiental poderiam reduzir em 75% as taxas de mortalidade e enfermidades da população (HIRATA, 2000, p. 422).

Também, de acordo com a mesma organização “6% de todas as doenças são causadas por consumo de água inadequada, falta de coleta de esgoto e de higiene”¹⁰².

A escassez de água, a falta de água tratada e de saneamento básico são problemas que atingem muitas regiões do planeta, sobretudo as mais pobres, fazendo desse tema um problema não apenas de ordem natural, mas também uma questão política, econômica e social. Além da água potável, o ser humano consome água para a higiene, na agricultura, na pecuária, na indústria, na navegação, no lazer e nos serviços públicos, tais como a produção de energia, principalmente nas áreas urbanas. Além disso, a água possui um grande valor simbólico em diferentes culturas. Como nos lembra Peres (1994, p. 160) “A água

¹⁰² Folha de São Paulo, 20 de março de 2008, Caderno Vida. Acesso em março de 2008.

é parte essencial dos rituais judaicos, cristãos e muçulmanos, como a lavagem das mãos (judeus), o batismo (cristãos) e a lavagem dos pés (muçulmanos).”

Outra questão que se coloca é o padrão de consumo de água em países com melhor situação hídrica. O consumo médio de um cidadão novaiorquino segundo Habib (2004)¹⁰³ é de aproximadamente 2000 litros/dia, ou 730 m³/ano, já o cidadão médio dos Estados Unidos usa 500 litros de água por dia, e a média britânica é de 200 litros. Por outro lado alguns países usam menos de 10 litros de água por pessoa ao dia. Em Guiné Bissau o consumo é de 11 m³/ano e em Moçambique, 55 m³/ano. Parece claro que quanto mais desenvolvido o país maior é o consumo de água. O padrão de vida de uma sociedade define o seu padrão de consumo, inclusive no que diz respeito ao uso dos recursos (Tabela 3). Nas regiões mais secas do interior dos Estados Unidos é comum ver os jardins das casas serem regados constantemente. Mas não é apenas esse uso, um pouco mais supérfluo nas sociedades mais ricas, que determina o alto padrão de consumo. A água está presente em todo o processo de produção: na indústria, na lavoura, na pecuária, em grandes parques temáticos e outros. E é essa a água que pode gerar conflitos, a “água do desenvolvimento”¹⁰⁴, aquela que movimenta o processo produtivo e não a “água metabólica”¹⁰⁵.

¹⁰³ Informação verbal – Mohamed Habib em entrevista, em Campinas, 2004.

¹⁰⁴ Termo cunhado por Mohamed Habib. (Informação verbal) Mohamed Habib em entrevista, em Campinas, 2004.

¹⁰⁵ Termo cunhado por Mohamed Habib. (Informação verbal) Mohamed Habib em entrevista, em Campinas, 2004.

Tabela 3 – Consumo anual *per capita* de água no mundo

Mundo	645 m ³
Estados Unidos	1.868 m ³
Argentina	1042m ³
Emirados Árabes Unidos	884m ³
França	779m ³
Japão	732m ³
Índia	612 m ³
Rússia	521 m ³
China	461 m ³
Israel	410m ³
África do Sul	386m ³
Brasil	246 m ³
Moçambique	55m ³
Guiné Bissau	11m ³

Fontes: Banco Mundial (1995, p. 244-245) – Extraído de Ribeiro (2008, p. 36);
 Folha de São Paulo, 21/07/1999. Caderno Especial - Água, Comida e Energia.
 Elaboração do autor, 2010.

Os recursos hídricos se encontram naturalmente mal distribuídos pelo planeta. Porém, é principalmente sua má distribuição política que traz os problemas de escassez que observamos. Os impactos ambientais causados pelo modo de vida e de produção capitalista, sobretudo em função dos interesses das grandes potências e suas empresas, são responsáveis por boa parte dessa situação.

3.2.1. Distribuição Natural e Política no Oriente Médio

Tradicionalmente se considera como Oriente Médio a região compreendida entre a península do Sinai até o Afeganistão, ou seja, a porção mais ocidental da Ásia. Entendemos que é possível acrescentar a esse grupo, os países do norte da África, a saber, Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos devido às características socioculturais similares entre esses países e os asiáticos.

Embora o Oriente Médio como um todo apresente certa variação nas condições climáticas e hidrológicas, é possível afirmar que, de modo geral, é uma região com pouca disponibilidade de água e, dessa forma, a região de Israel e dos Territórios Ocupados não se configura como um caso isolado de escassez.

Entre os dez países com maior disponibilidade de água *per capita* do mundo não há nenhum da região do Oriente Médio; no entanto, dentre os dez países com menos água *per capita* nada menos que cinco são da região, e um do norte da África (Tabela 4).

Tabela 4 – Água <i>per capita</i> por País – Territórios não Considerados			
Países com mais água <i>per capita</i>		Países com menos água <i>per capita</i>	
Guiana Francesa	812.121 m ³	Kuwait	10 m ³
Islândia	609.319 m ³	Emirados Árabes Unidos	58 m ³
Guiana	316.689 m ³	Bahamas	66 m ³
Suriname	292.566 m ³	Qatar	94 m ³
Congo	275.679 m ³	Maldivas	103 m ³
Papua Nova Guiné	166.563 m ³	Líbia	113 m ³
Gabão	133.333 m ³	Arábia Saudita	118 m ³
Ilhas Salomão	100.000 m ³	Malta	129 m ³
Canadá	94.353 m ³	Cingapura	149 m ³
Nova Zelândia	86.554 m ³	Jordânia	179 m ³

Fonte: WWAP/UNESCO, 2008.

Elaboração do autor, 2010.

Esse dado é revelador da situação da região, como uma das mais preocupantes acerca do tema. O Oriente Médio conta com apenas 1,1% da água renovável do planeta. Em dez países da região o total de água *per capita* é de menos de 1000 m³/pessoa/ano, muito abaixo da média mundial¹⁰⁶. É lá que se encontra o país com menor disponibilidade hídrica *per capita*, o Kuwait - algo em torno de 10 m³ por pessoa.

Ao analisar os dados da tabela 5 é possível observar a grande diferença entre os números referentes à disponibilidade hídrica em países do Oriente Médio e de outras regiões

¹⁰⁶ Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/agl/aglw/docs/wr23e.pdf>. Acesso em: nov. 2008.

do mundo. Boa parte desses países possui média de precipitação abaixo de 10 mm/ano. Ao se comparar dados como o de água renovável total ou *per capita*, ou percentual de dependência¹⁰⁷, nota-se que não há uma distribuição hídrica homogênea na região. A disponibilidade de água é maior em alguns países como Turquia, Irã, Afeganistão, Iraque e Síria. Nota-se também a pouca disponibilidade em países como os Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Arábia Saudita, Omã, Bahrain e Kuwait. A Península Arábica de modo geral sofre com sua pequena disponibilidade devido principalmente à pequena precipitação, em torno de 10 mm/ano¹⁰⁸.

Alguns países têm grande dependência de águas oriundas externamente. Segundo Daibes (2009), mais de 40% da população mundial é dependente das águas originadas em outros países¹⁰⁹ (Mapa 15). É novamente uma situação extrema para o Kuwait, pois depende em 100% das águas originadas no Iraque. É válido lembrar que o Iraque juntamente com a Síria depende substancialmente das águas oriundas da Turquia, dos rios Tigre e Eufrates, motivo de discórdia entre os países¹¹⁰. Esse elemento pode ser definidor de conflitos na região, pois em sua parte central (Mapa 16), países como Egito, Israel e a Faixa de Gaza, Bahrain, Jordânia, Síria, Iraque e Kuwait são bastante dependentes de recursos hídricos originados fora de seus domínios. É interessante notar que, ao passo que Israel depende consideravelmente das águas oriundas externamente, a Cisjordânia, até por não utilizar as águas do rio Jordão, não depende em nada de águas externas.

¹⁰⁷ Água renovável total é a soma da água originada internamente mais o fluxo oriundo de países vizinhos; o percentual de dependência é o quanto, em porcentagem, que determinado país depende das águas originadas em outros países.

¹⁰⁸ Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/agl/aglw/docs/wr23e.pdf>>. Acesso em: nov. 2008.

¹⁰⁹ Informação pessoal: Daibes, Fadia The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 18 jan. 2009.

¹¹⁰ Discutido no capítulo 1.

Tabela 5 – Disponibilidade de Água Interna e Externa – Países Selecionados

País	Média de precipitação 1961-1990 (km³/ano)	Total de água renovável internamente (km³/ano)	Total de água renovável interna e externa (disponível) (km³/ano)	Porcentagem de dependência (%)	Total de água renovável interna e externa (disponível) (m³/capita/ano) (2000)
Afganistão	213.4	55.0	65.0	15.4	2 986
Arábia Saudita	126.8	2.4	2.4	0.0	118
Argélia	211.5	13.9	14.3	2.9	473
Bahrain	0.1	0.0	0.1	96.6	181
Brasil	15 235.7	5 418.0	8 233.0	34.2	48 314
China	5 994.7	2 812.4	2 829.6	0.6	2 258
Continente					
Cisjordânia (PA)	-	0.8	0.8	0.0	535
EAU	6.5	0.2	0.2	0.0	58
Egito	51.4	1.8	58.3	96.9	859
EUA	5 800.0	2 000.0	2 071.0	3.4	7 407
Continente					
Faixa de Gaza (PA)	0.1	0.0	0.1	17.0	52
Federação Russa	7 854.7	4 312.7	4 507.3	4.3	30 980
Irã	372.4	128.5	137.5	6.6	1 955
Iraque	94.7	35.2	75.4	53.3	3 287
Israel	9.2	0.8	1.7	55.1	276
Jordânia	9.9	0.7	0.9	22.7	179
Kuwait	2.2	0.0	0.0	100.0	10
Líbano	6.9	4.8	4.4	0.8	1 261
Líbia	98.5	0.6	0.6	0.0	113
Marrocos	154.7	29.0	29.0	0.0	971
Omã	26.6	1.0	1.0	0.0	388
Qatar	0.8	0.1	0.1	3.8	94
Reino Unido	296.3	145.0	147.0	1.4	2 465
Síria	46.7	7.0	26.3	80.3	1 622
Tunísia	33.9	4.2	4.6	9.0	482
Turquia	459.5	227.0	229.3	1.0	3 439
Yemen	88.3	4.1	4.1	0.0	223

Fonte: <http://www.fao.org/nr/water/aquastat/water_res/waterres_tab.htm>. Acesso em: nov. 2008.

Elaboração do autor, 2010.

Mapa 15. Porcentagem do Total de Água Originada Fora do País

Extraído de <<http://www.grida.no/publications/vg/water2/page/3207.aspx>>. Acesso em: nov. 2008.

**Mapa 16. Percentual Total de
Água Originada Fora do País:
Oriente Médio e Norte da África**

Fonte: http://www.fao.org/nr/water/aquastatwater_res/waterres_tab.htm

Autor: Gilberto Rodrigues, 2010
Elaboração: Mapa Fácil

Essa situação faz com que esses países busquem fontes alternativas de água, tais como a dessalinização das águas marinhas, e, como grandes produtores de petróleo, possuem fontes de energia barata para a manutenção desse processo. Apenas Riad, a capital da Arábia Saudita, é responsável por um décimo da produção de água dessalinizada no mundo¹¹¹.

3.2.2. Distribuição Natural e Política em Israel e na Palestina

Mais do que o problema de escassez e má distribuição regional das águas, o que gera grande tensão em Israel e nos Territórios Ocupados, é sua distribuição política, ou seja, a maneira como os dois povos compartilham os recursos, em uma situação mais favorável para os israelenses, uma vez que a água usada e administrada pelo Estado de Israel é considerada recurso estratégico para a sobrevivência do mesmo. Nesse sentido, israelenses têm a possibilidade de consumir água em padrões muito acima do que seria plausível, de acordo com a disponibilidade e a população na região, nos três setores, seja o uso doméstico, industrial, ou o agropecuário, também com importante função estratégica para o Estado de Israel.

Algumas fontes israelenses (BENVENISTE E GVIRTZMAN, apud SAFIAN, 2007) desmentem esta versão alegando que o consumo israelense apenas é maior devido à incapacidade palestina de gerenciar seus recursos, ou alegando que parte dos recursos hídricos consumidos em Israel é de direito, baseado no princípio de que não há uma ocupação ilegal, e sim que Gaza e Cisjordânia estão, de modo legal, ocupadas militarmente e Golã anexada, portanto devem fazer parte do Estado de Israel.

¹¹¹ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/prospect>>. Acesso em: out. 2007.

O mesmo quadro que se pode observar em nível global se repete regionalmente. Ocorrem problemas de má distribuição natural, porém é o uso político da água que a transforma em bem escasso para alguns e permite maior acesso a outros.

Em diversos lugares pelo mundo há uma crise em relação aos recursos hídricos no que se refere à distribuição, demanda, quantidade e qualidade. No entanto, é interessante notar a dimensão geopolítica que a disputa por água entre israelenses e palestinos adquire. A disputa travada nos bastidores das informações revela claramente esta faceta. Tanto palestinos quanto israelenses possuem suas próprias versões a respeito da distribuição e uso das águas na região, divulgando informações que procurem demonstrar, de um lado que são subtraídos de um bem fundamental, e de outro que são generosos em compartilhar os escassos recursos hídricos com os palestinos. Procuramos utilizar e valorizar informações de ambos os lados, mas também e principalmente, trabalhar com as informações de atores que não sejam, ao menos em tese, comprometidos com algum dos lados. Além disso, o Estado de Israel, detentor de grande parte do controle da água na região, restringe o acesso a algumas informações sobre recursos hídricos, diferente dos palestinos, que, de modo geral, se preocupam com a divulgação de sua situação hídrica, o que demonstra o caráter geopolítico da água.

Para uso e abastecimento das populações locais, em Israel e na Palestina¹¹², o recurso está disponível tanto na forma de água superficial quanto na forma de água subterrânea, perfazendo um total aproximado de água renovável de 2040 mmc anuais (ATTILI, 2004; DAIBES, 2003; KARTIN, 2000)¹¹³. No primeiro caso pode-se citar a bacia do rio Jordão, incluindo-se o alto Jordão e seus tributários, o mar da Galileia, o rio Yarmuk e

¹¹² A população israelense é 7.485,200 de habitantes (2009). Fonte: Central Bureau of Statistics – Israel. A população palestina é 3.935,249 de habitantes (2009). Fonte: Palestinian Central Bureau of Statistics, 2009.

¹¹³ É difícil estimar um valor referente à disponibilidade hídrica em Israel e nos Territórios Ocupados, pois os números podem variar segundo a fonte. No entanto, os dados aqui apresentados provêm de três autores, dois palestinos e um israelense, que nos oferecem os mesmos números, o que nos faz considerá-los bastante próximos da realidade. A única e significativa diferença é que o autor israelense (Kartin) se refere a tais dados como sendo apenas no Estado de Israel. Os dados da FAO na tabela anterior apontavam para 1700 mmc de água renovável em Israel, 800 mmc na Cisjordânia e 100 mmc na Faixa de Gaza, perfazendo um total de 2600 mmc, valor ligeiramente diferente daqueles propostos pelos autores mencionados.

o baixo Jordão que se caracterizam como as principais fontes de água que abastecem o Estado de Israel, garantindo um total de aproximadamente 650 mmc/ano¹¹⁴ para o uso exclusivo da população israelense, aproximadamente um terço de seu consumo.

No entanto há poucos rios e uma grande dependência das águas subterrâneas. Como suprimento de água subterrânea, há os dois grandes sistemas de aquíferos: o aquífero da Montanha - situado quase que por completo sob o solo da Cisjordânia, com uma pequena porção sob o Estado de Israel e o aquífero Costeiro - estendido por quase toda faixa costeira israelense até Gaza.

Os israelenses não residentes nos Territórios Ocupados usam 483 mmc/ano das águas desses aquíferos, os colonos 65 mmc/ano, perfazendo pouco mais de 80% do total dessas águas, o que representa aproximadamente um terço do consumo total israelense¹¹⁵, enquanto os palestinos usam apenas 118 mmc/ano, ou seja, pouco menos de 20% do total de suas próprias águas¹¹⁶. Esse montante representa aproximadamente 90% da água consumida pelos palestinos. O restante é obtido de outras fontes, como cisternas e pequenos rios¹¹⁷. Cerca de 50% da água potável dos israelenses vem das fontes da Cisjordânia (BENVENISTI e GVIRTZMAN¹¹⁸, 1993 apud LONERGAN e BROOKS, 1994, p. 85), ao passo que o aquífero de Gaza não é explorado por eles. O consumo doméstico, urbano e industrial por parte de Israel, incluindo os colonos da Cisjordânia, pode chegar a ser cinco vezes maior que o palestino. Segundo dados de 2008 da Organização não Governamental B'Tselem¹¹⁹, um

¹¹⁴ Cálculo aproximado baseado nos valores totais apresentados anteriormente levando em conta que o Rio Jordão, seus afluentes e o mar da Galileia representam aproximadamente 1/3 do consumo de água israelense.

¹¹⁵ Segundo alguns autores esse total representa até 40% do consumo israelense (LONERGAN; KAVANAGH, 1991).

¹¹⁶ Applied Research Institute – Jerusalem. ARIJ. The water conflicts in the Middle-East from a Palestinian perspective. Disponível em: <<http://arij.org>>. Acesso em: 21 jan. 2007.

¹¹⁷ Informação pessoal: Daibes, Fadia The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 18 jan. 2009.

¹¹⁸ BENVENISTI, E.; GVIRTZMAN, H. Harnessing international law to determine Israeli-Palestinian water rights: the Mountain Aquifer. **Natural Resources Journal**, n. 33, p. 544-567, 1993.

¹¹⁹ B'Tselem – Centro de Informação Israelense para os Direitos Humanos nos Territórios Ocupados - é uma Organização não Governamental israelense sem fins lucrativos que atenta para a questão dos direitos humanos em Israel e nos Territórios Ocupados da Palestina. Tem como objetivo principal alterar as políticas israelenses para os Territórios Ocupados, assegurando que o Estado de Israel aja de acordo com suas obrigações segundo as

cidadão israelense consome em média 128m³ ou 350 litros de água por dia, enquanto um palestino consome em torno de 25,6 m³ ou 70 litros¹²⁰. Estes números são contestados pelo governo israelense.

Os recursos hídricos são, na prática, em grande medida, controlados pelo Estado de Israel, trazendo benefícios para a população israelense, sobretudo para os colonos da Cisjordânia, o que causa e causará sérios entraves para o processo de paz. Embora oficialmente exista, desde 1995, um órgão administrador palestino no que se refere aos recursos hídricos¹²¹, esse controle não existe na prática. Mais uma vez é possível questionar se esse seria um tema doméstico, uma questão internacional, ou ambos.

Os palestinos acusam o Estado de Israel de ter uma política discriminatória em relação à água. Em torno de 39% da água consumida¹²² pelos palestinos é fornecida pela Companhia Nacional Israelense de Água *Mekorot*¹²³, e, ainda segundo a ONG B'Tselem, entre 160 mil e 200 mil palestinos não possuem serviço domiciliar de água potável e são abastecidos por caminhões-pipa. A *Mekorot*, segundo dados de 1994 (LONERGAN e BROOKS, p. 89), cobrava US\$0,90 por m³ de água nas áreas palestinas da Cisjordânia, enquanto nas colônias cobrava apenas US\$0,25. Dados mais atuais, de 2008, da B'Tselem dão conta que o m³ de água custava entre U\$4,01 e U\$8,03 para os palestinos e para os colonos de três a seis vezes menos, o que computariam valores entre U\$0,66 e U\$2,67. Na

leis internacionais. Foi fundada em 1989 por importantes acadêmicos, jornalistas, advogados e membros do *Knesset* (parlamento israelense).

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.btselem.org/English/>>. Acesso em: jul. 2008.

¹²¹ As questões relacionadas à PWA – *Palestinian Water Authority* – Autoridade Palestina da Água, serão discutidas mais aprofundadamente no capítulo 4.

¹²² Disponível em:

<http://www.arij.org/index.php?option=com_content&task=view&id=410&Itemid=52&lang=en>. Acesso em: jan 2010. No entanto essa porcentagem pode variar segundo a fonte.

¹²³ *Mekorot* é uma empresa pública que controla a maior parte da infraestrutura israelense relacionada à água, além do Aqueduto Nacional, e é responsável pela extração, tratamento, distribuição, conservação e desenvolvimento de formas de suprimento de água em Israel.

Faixa de Gaza a diferença de preços entre palestinos e colonos – que tinham sua água subvencionada pelo governo israelense – era ainda maior¹²⁴.

Os palestinos também afirmam que a qualidade da água é diferente para os dois povos, o que traria sérios problemas de saúde para a população, e acusam a *Mekorot* de cortar ou reduzir o fornecimento de água em períodos de seca ou em momentos de turbulência política, sobretudo quando a mesma tubulação está conectada com vilas palestinas e assentamentos judaicos. O governo de Israel, por sua vez, alega que a variação de preços se deve a fatores “geográficos, geológicos e hidrográficos”, e também acusam os palestinos de administrarem mal seus recursos. Alega também que foi dada aos palestinos a oportunidade de se conectarem ao sistema de distribuição de água israelense o que poderia baratear seu custo, mas muitas cidades e vilas palestinas não aceitaram, e aquelas que aceitaram se recusaram a pagar pelos serviços israelenses. Ao aceitar, os palestinos estariam legitimando a ocupação israelense. Ao final é um conflito de soma zero, no qual apenas uma boa administração de ambos os lados, de forma igualitária e com grande cuidado em relação ao desperdício, possibilitaria o acesso a quantidades dignas de água para ambos os povos.

Segundo as leis internacionais sobre o uso de águas transfronteiriças, todas essas fontes são consideradas “recursos naturais compartilhados” ou, mais especificamente, “cursos d’água transfronteiriços” e, portanto, sujeitas a essas leis no que diz respeito ao uso, à forma de compartilhar e à poluição, pautadas no princípio do uso racional e igualitário.

A 4ª Convenção de Genebra de 1949¹²⁵ se refere a esse tema em seu Artigo 27, que proíbe o Estado ocupante de discriminar os residentes nos territórios ocupados.

A resolução 1803 de 14/12/1962 acerca da “soberania permanente sobre recursos naturais” declarava que “a violação dos direitos dos povos e nações à sua soberania sobre seus recursos e riquezas naturais é contrário ao espírito e princípios da carta da ONU e

¹²⁴ É importante lembrar que as colônias judaicas em Gaza foram desmanteladas em 2005.

¹²⁵ Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Geneva, 12 August 1949. Disponível em: <<http://www.icrc.org/ihl.nsf/>>. Acesso em: jan. 2010.

retarda o desenvolvimento da cooperação internacional e da manutenção da paz” (Anexo 3) e a resolução 55/209 de 20/12/2000 que também se refere à “Permanente soberania dos povos sob domínio estrangeiro” e mais especificamente à “Permanente soberania do povo palestino incluindo Jerusalém e população árabe nos territórios sírios do Golã acerca dos recursos naturais” (Anexo 4) são importantes documentos redigidos na tentativa, ao menos diplomática, de que os povos sob domínio estrangeiro, e neste caso específico os palestinos, tenham soberania e acesso total sobre seus recursos hídricos.

Segundo o Departamento para Negociações Internacionais da Organização para Libertação da Palestina (NAD-PLO), de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre a Utilização dos Cursos d'Água Internacionais para fins distintos da Navegação de 1997, os palestinos devem ter total soberania sobre a totalidade do aquífero de Leste, o qual localiza-se quase que inteiramente sob o solo da Cisjordânia, além de uma divisão equitativa da água explorada dos outros aquíferos do complexo da Montanha, já que a maior parte de sua recarga se dá na Cisjordânia. Também afirmam que o Estado de Israel deve pagar uma compensação pelo uso ilegal da água até o momento¹²⁶. É justamente o aquífero do qual os israelenses, em seu território, retiram menos água e os palestinos mais (Tabela 6).

Porém, é dessa fonte que os colonos na Cisjordânia retiram a maior parte de sua água, trazendo um elemento perturbador se levarmos em conta a proposição da OLP. As colônias judaicas se constituem como um forte entrave para as negociações de paz, e os colonos são altamente refratários a qualquer acordo com os palestinos se houver menção ao fim das colônias ou de seus privilégios. Os setores religiosos alegam que as colônias são um direito de Israel, pois a Cisjordânia é, inquestionavelmente, pertencente a Eretz Israel; os militares e parte da população consideram as colônias vitais para a manutenção da segurança do Estado.

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.nad-plo.org/howsummer.php>>. Acesso em: jul. 2008.

Tabela 6 – Utilização das águas subterrâneas transfronteiriças entre israelenses e palestinos (mmc/ano)

Aquífero	Água renovável/ano	Consumo israelense	Consumo das colônias judaicas	Consumo palestino	Uso total
Aquífero de Oeste	362	340	10	22	372
Aquífero de Nordeste	145	103	5	42	150
Aquífero de Leste	172	40	50	54	144
Aquífero de Gaza	60	0	0	110	110
Rio Jordão	1300	*	*	0	1120**

Fonte: Informação pessoal: Daibes, Fadia. The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 18 jan. 2009. Tradução do autor.

*Israel consome 640mmc/ano das águas do rio Jordão, entre os colonos e dentro da Linha Verde.

**Esse total se refere ao consumo israelense, sírio e jordaniano juntos.

Ao anexar e ocupar os territórios palestinos e sírios, Israel conquistou não apenas os territórios, mas todas as fontes de água, incluindo-se as nascentes do rio Jordão nas colinas de Golã e a margem ocidental do baixo Jordão, os aquíferos da Montanha e suas áreas de recarga, e o aquífero de Gaza.

Segundo fontes palestinas e independentes, tais como os relatórios publicados pelo Banco Mundial¹²⁷ e pelo grupo de direitos Humanos da Anistia Internacional¹²⁸, respectivamente em abril e outubro de 2009, entre outros, Israel impõe severas restrições às populações dos Territórios Ocupados no que diz respeito ao uso de água. Nesses territórios, os palestinos que tiveram suas bombas confiscadas e seus poços destruídos são proibidos de cavar novos poços, enquanto os colonos podem, sem restrições, perfurar o solo em busca de água. De acordo com a Agência Central Palestina de Estatística (PCBS)¹²⁹, Israel controla 89% dos recursos hídricos no total. Atualmente há 328 poços sendo explorados por palestinos na Cisjordânia, o que é uma significativa redução em relação aos 774 que havia em 1967,

¹²⁷ Relatório do Banco Mundial. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/DDCB9F8>>. Acesso em: nov. 2009.

¹²⁸ Relatório da Anistia Internacional – “*Israel rations Palestinians to trickle of water*” 27 de Outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/news-and-updates/report/israel-rations-palestinians-trickle-water-20091027>>. Acesso em: nov. 2009.

¹²⁹ Disponível em: <www.pcbs.pna.org>. Acesso em: jul. 2008.

antes da Guerra dos Seis Dias. Muitos desses poços secaram devido à superexploração por parte dos colonos ou ficaram em áreas militares.

Israelenses rebatem afirmando que em relação a dados de 1950, a proporção de água dos aquíferos de Leste e de Nordeste utilizada por eles diminuiu enquanto a dos palestinos teria aumentado, devido à permissão de cavar mais poços. De acordo com Soffer (1998), entre 1967 e 1995 os palestinos aumentaram seu consumo de água em 640%, passando de 5,4 mmc para 40mmc. Segundo o porta-voz do governo Benjamin Netanyahu, na edição de 27 de outubro de 2009 do jornal israelense *Haaretz*, Israel cumpre suas obrigações determinadas pelo acordo de Oslo de 1993, enquanto os palestinos não têm sido capazes de organizar uma distribuição eficiente de água e tampouco cuidar da reciclagem.

A extração de águas subterrâneas coloca uma questão a mais: como se dá a definição sobre os direitos de exploração?

Os palestinos são proibidos de utilizar a água do baixo Jordão, enquanto a água do alto Jordão e do mar da Galileia é desviada para a região central e sul de Israel pelo Aqueduto Nacional e outros aquedutos secundários (Mapa 17 e Foto 4). O desvio das águas provenientes do norte do país e as imposições e proibições que os palestinos sofrem para seu abastecimento de água refletem a política israelense em relação aos recursos hídricos.

Mapa 17. Aqueduto Nacional

Autor: Gilberto Rodrigues, 2010
Elaboração: Mapa Fácil

Fonte: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/israelcau2000>. Philippe Rekacewicz junho, 2000

Foto 4. Aqueduto Nacional

<http://www.water-technology.net/projects/eshkol-filtration/images/4-eshkol-filtration-plant.jpg>

O Aqueduto Nacional transporta anualmente cerca de 400¹³⁰ a 450¹³¹ mmc de água, algo em torno de um terço do consumo israelense, do mar da Galileia e da bacia do rio Jordão, até o centro do país e ao Deserto do Negev ao sul. O alto investimento nesse projeto¹³², que visou basicamente o sustento da agricultura em áreas mais inóspitas, tinha por objetivo a ocupação e a manutenção da população mais ao sul, guiado pelo lema de forte cunho ideológico de “fazer o deserto florescer”.

Em consequência da perfuração contínua de poços pelos colonos ou pela *Mekorot* para uso das populações de Israel e também dos colonos, os poços palestinos estão secando. O relatório da ONU denominado "Recursos hídricos nos Territórios Ocupados da Palestina"¹³³ indica que o nível das águas subterrâneas vem diminuindo e que, os palestinos, com a impossibilidade de novas perfurações, têm sua capacidade de extração de água diminuída, prejudicando assim não apenas sua economia, por conta da necessidade de água para as lavouras, mas também a qualidade de vida.

O aquífero de Gaza vem sofrendo um processo de salinização, talvez irreversível, devido à superexploração. Um dos motivos possíveis do desmantelamento das colônias judaicas na região em 2005 pode ser devido ao problema com a água no local. Já na Cisjordânia a ocupação continua, e é onde as diferenças acerca do consumo de água *per capita* ganham maiores proporções. Segundo Lonergan e Brooks (1994, p. 89), os colonos israelenses consomem entre 8 e 10 vezes mais água que os palestinos da Cisjordânia e, além disso, possuem um sistema de abastecimento contínuo de água. Por outro lado 25% dos lares palestinos não são conectados com serviços de distribuição de água e 44,7% deles não

¹³⁰ Mekorot – Israel National Water Co. Disponível em: <<http://mekorot.co.il/Eng/Mekorot/Pages/CompanyProfile.aspx>>. Acesso em: jan. 2010.

¹³¹ Hydrological Service, Water Commission, Israel Ministry of Environment. Disponível em: <http://www.sviva.gov.il/bin/en.jsp?enPage=e_homePage>. Acesso em: nov. 2009.

¹³² É notável a importância dada ao projeto, pois para bombear as águas do Mar da Galileia, que está a 209 m abaixo do nível do mar, Israel utiliza os quase 12% de energia elétrica gastos com bombeamento de água em todo o país.

¹³³ United Nations, Water Resources of the Palestinian Occupied Territories, Report A/AC. 183, New York, 27-30

possuem rede de esgoto¹³⁴. O incentivo à imigração e à colonização da Cisjordânia não faria sentido se não fosse possível garantir desenvolvimento, segurança e conforto, incluindo-se a disponibilidade de água como requisito para os três itens. “A ocupação israelense da Cisjordânia e Gaza é uma disputa pelo controle dos recursos da região, principalmente terra e água” (GRESH, 2002). Vale lembrar que todo aumento do consumo depois de 1967 é abastecido pela água da Cisjordânia e a do alto rio Jordão.

Além disso, contribuem para aumentar a crise hídrica na região algumas ações tais como o despejo de efluentes industriais e esgotos domésticos não tratados em corpos de água, o uso de fertilizantes e pesticidas na agricultura e a drenagem de pântanos para fins agrícolas e residenciais (CIVIC, s/d).

Dessa forma, apesar da multiplicidade de alguns dados, da ausência de outros e das diferentes leituras que esse desencontro de informações pode por vezes causar, é possível perceber que não há uma divisão igualitária dos recursos hídricos entre a população israelense – seja ela de Israel ou os colonos dos Territórios Ocupados – e a população palestina. Embora as resoluções e convenções internacionais proponham uma divisão equitativa desses recursos, e exortem a força ocupante a respeitar a soberania hídrica dos povos sob ocupação estrangeira, a população israelense desfruta de um maior acesso aos recursos hídricos da região.

3.2.3. Uso da Água em Israel

O Estado de Israel tem como principais fontes de exploração de recursos hídricos o mar da Galileia, o baixo Jordão, o complexo do aquífero da Montanha, e de maneira menos intensa, o aquífero Costeiro, além de pequenos aquíferos dentro de seu território. Também possui programas de reúso da água e de captação e armazenamento da

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.arij.org>>. Acesso em: jul. 2008.

água da chuva. Além disso, compra da Turquia parte da água que utiliza. Ainda assim, faz-se necessário buscar formas de aumentar a capacidade hídrica na região, pois seguidos períodos de secas têm contribuído para o aumento de problemas relacionados à disponibilidade e ao abastecimento de água.

A grande dependência das fontes da Cisjordânia reforça a tese de que a ocupação, mais que outros fatores, têm como motivação central a garantia de abastecimento dos recursos hídricos. Dessa forma, uma possível devolução dos Territórios Ocupados aos palestinos passa, antes de tudo, por uma questão estratégica no que diz respeito aos recursos hídricos. Lonergan e Kavanagh chegam a firmar que, para Israel, perder o controle sobre a Cisjordânia seria um “suicídio econômico” (1991, p. 283).

Toda água em Israel pertence ao Estado. E todo o sistema de gerenciamento, tais como extração, distribuição e controle de preços é coordenado pela *Water Commission*¹³⁵ que está subordinada ao Ministério da Infraestrutura Nacional desde 1996¹³⁶ e tem na *Mekorot* seu braço operacional. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural ainda tem responsabilidades sobre o uso de água utilizada no setor, sobretudo na irrigação, cuidando do reúso da água e no desenvolvimento de tecnologias para redução de consumo. Apenas algumas poucas responsabilidades sobre a água estão a cargo de outros ministérios, tais como o Ministério da Saúde que cuida da água potável, ou do Ministério das Finanças. Mesmo tendo recentemente deixado a pasta da agricultura, a questão do gerenciamento da água mantém ainda forte vínculo com o setor devido à ligação histórica desde a fundação do país. Isso mostra com clareza as relações entre as políticas hídricas e as políticas agrícolas.

A quantidade de água consumida em Israel varia entre 1750 e 2000 mmc segundo as diferentes fontes (BRICHS, 2002). Segundo Attili (2004), esse montante era mais

¹³⁵ Comissão das águas.

¹³⁶ Anteriormente a 1996 a *Water Comission* estava subordinada ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

precisamente de 1800 mmc em 2001. Dados da FAO¹³⁷ apontam para 1950 mmc em 2004, aproximadamente o mesmo valor em 2000 e 1760 mmc em 1986, revelando um aumento no consumo total de água no decorrer dos anos.

Embora Israel seja um país altamente urbanizado¹³⁸, a agricultura é o setor da economia israelense que mais consome água. Mais da metade de suas terras agrícolas é irrigada, uma alta taxa para os padrões globais. Essa água é subsidiada para os agricultores, que utilizam aproximadamente 53% da água consumida no país (LEIN, 2007). O lema “fazer o deserto florescer” serviu e serve para justificar a ocupação em uma região na qual se produzia muito menos que hoje e também a manutenção dessa ocupação, já que uma das regiões mais beneficiadas com essa política foi o sul, nas proximidades do deserto de Negev, região de fronteira com o Egito¹³⁹.

Segundo o *Hydrological Service*¹⁴⁰, vinculado à *Water Comission*, o consumo agrícola de água decresceu de 1998 até 2002. No final da década de 1990 os israelenses utilizavam 1364 mmc na agricultura, o que representava 63,2% do total do consumo; em 2002 esse montante era de 1020 mmc, sendo 55,7% do total¹⁴¹. Nota-se que o decréscimo ocorreu tanto em valores absolutos quanto proporcionalmente ao total de água consumida no país. Ao analisarmos dados do Ministério do Meio Ambiente de Israel percebemos que essa queda na porcentagem de água destinada à agricultura ocorre desde a década de 1980, com um ligeiro aumento em 2004, mas no entanto, ainda representa mais da metade do consumo total israelense (Tabela 7).

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries/israel/index.stm>>. Acesso em: dez. 2009.

¹³⁸ 92% de sua população vive em áreas urbanas.

¹³⁹ Vale lembrar que esse país atualmente mantém relações diplomáticas com Israel, porém durante tempos foi um dos principais países árabes a fazer oposição ao recém-constituído Estado.

¹⁴⁰ Serviço de Hidrologia.

¹⁴¹ Fonte: Hydrological Service, Water Comission, Israel Ministry of Environment. Disponível em: <http://www.sviva.gov.il/bin/en.jsp?enPage=e_homePage>. Acesso em: nov. 2009.

Tabela 7 – Percentual de água consumida pela agricultura em Israel	
Ano	(%)
1983	71
1993	64
1998	63,2
2002	55,7
2004	58

Fonte: Hydrological Service, Water Comission, Israel Ministry of Environment.
Elaboração do autor, 2010.

Apesar da grande alocação de água para a agricultura, este não é o setor mais importante da economia israelense. Em 1996 representava 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e empregava 3,3% da População Economicamente Ativa (PEA) do país¹⁴². Brichs (2002), a partir de dados de 2000, afirma que os valores relativos à agricultura eram naquele ano de 2% do PIB e 2,2 da PEA¹⁴³. Dados de 2008 nos revelam que o setor agrícola representa 2,6% do Produto Interno Bruto¹⁴⁴ e 1,7% da População Economicamente Ativa¹⁴⁵ de Israel (Tabela 8). No entanto, segundo Brichs (2002), o setor garante 90% da demanda alimentar do país, o que é, em termos de Oriente Médio bastante significativo no que diz respeito à segurança alimentar. A produção israelense é variada tendo destaque o setor frutífero, sobretudo o de cítricos, verduras e legumes, flores, além das criações de gado e da produção granjeira.

¹⁴² Disponível em: <<http://www.arij.org>>. Acesso em: jun 2006.

¹⁴³ Israel Central Bureau of Statistics – Statistical Abstract of Israel – 2001.

¹⁴⁴ Index Mundi (2008). Disponível em: <http://www.indexmundi.com/israel/gdp_composition_by_sector.html>. Acesso em: dez 2009.

¹⁴⁵ Israel Central Bureau of Statistics – Statistical Abstract of Israel – 2008. Disponível em: <http://www1.cbs.gov.il/reader/cw_usr_view_Folder?ID=141>. Acesso em: dez. 2009.

Tabela 8 – Participação da agricultura no PIB e na PEA em Israel (%)

Ano	PIB	PEA
1996	2,4	3,3
2000	2,0	2,2
2008	2,6	1,7

Fontes: ARIJ; Israel Central Bureau of Statistics – Statistical Abstract of Israel – 2001; Index Mundi (2008).
Elaboração do autor, 2010.

O grande consumo de água pela agricultura israelense está intimamente ligado à política de subsídios e baixos preços para os agricultores israelenses e cumpre um papel ideológico e de segurança, pois é responsável pela ocupação de importantes regiões do país e também dos Territórios Ocupados de Gaza, Cisjordânia e de Golã.

Embora os números nos mostrem que houve um aumento na participação da agricultura no PIB israelense de 1996 a 2008, indicam-nos, também, que sua participação na economia e na ocupação dos trabalhadores é consideravelmente baixa em relação ao montante de água gasto neste setor, o que nos revela a importância dada ao setor agrícola pelo governo de Israel, não devido a fatores econômicos e sim a fatores político-estratégicos.

Essa pouca importância econômica é o que levou Kartin (2000) a propor uma mudança no paradigma da agricultura como um meio que justificasse a ocupação e o estabelecimento do controle do território, portanto sendo um dos pilares ideológicos do sionismo. Segundo o autor, muitos israelenses percebem a agricultura como uma forma (não militar) de manutenção da segurança. Em suas palavras:

Taking into account the absolute dependence of agriculture on water, the notion that the purpose of agricultural settlement is to provide a defensive bastion for national territory in the conduct of the national conflict implies that water resources are a main element of the national security package. This status imparts legitimacy to a demand for the mobilization of the entire national economy to ensure an adequate supply of water for agriculture. The assumption that the end of the conflict is not in sight and that water is the principal requirement of agriculture, itself an important agent in the conduct

of the struggle, justifies decisively the resolve not to permit considerations of cost to place limits on agriculture¹⁴⁶. (KARTIN, 2000, p. 108).

Dessa forma, acredita o geógrafo israelense, se não fosse pela manutenção ideológica de água e agricultura como fatores de segurança nacional, não haveria problemas de abastecimento e disponibilidade hídrica em Israel. Segundo ele, a pressão do *lobby* da agricultura no parlamento mantém essa situação e garante a segurança econômica desse grupo específico, uma vez que a agricultura não tem uma grande participação na economia israelense. Sua sugestão é que Israel não precisa produzir quase todo o alimento que consome e ainda exportar, pois dessa forma está exportando e deixando de importar o que Allan (1999) chama de “água virtual”. E ainda, que a água não utilizada na agricultura seja desviada para o que ele chama de “pulmões verdes ativos” (p. 113), áreas tais como florestas, parques nacionais, reservas naturais, entre outros. Feitelson é outro geógrafo israelense que acredita que a água era um elemento importante no início da colonização, mas atualmente carece dessa mesma importância.

Outra forma de pressão sobre a distribuição dos recursos hídricos é feita pelos colonos na Cisjordânia. Apenas uma parcela destes são fazendeiros, mas todos reivindicam uma quantidade de água como se a utilizassem na agricultura. No entanto somente 25% da água consumida pelos colonos é usada para a irrigação (BROOKS, 1994). O que ocorre de fato é que essas populações vivem em um conforto hídrico que não condiz com a região, sobretudo se compararmos com a quantidade de água disponível para os palestinos.

O setor agrícola israelense é mundialmente reconhecido pelo emprego de avançadas tecnologias. Pesquisadores desenvolveram a técnica do gotejamento¹⁴⁷, o que

¹⁴⁶ “Levando-se em consideração a absoluta dependência que a agricultura tem da água, a noção de que o propósito dos estabelecimentos agrícolas é garantir um bastião de defesa para o território nacional na condução do conflito nacional implica que os recursos hídricos são um elemento fundamental da segurança nacional. Este *status* legitima a demanda de mobilização de toda a economia nacional para garantir um adequado abastecimento de água para a agricultura. A hipótese de que o final do conflito não está tão próximo e que a água é a principal necessidade da agricultura, ela mesma um importante agente na condução do conflito, justifica decisivamente não permitir considerações de custos relacionados à agricultura”. Tradução livre do autor.

ajudou a reduzir significativamente o consumo de água por hectare na irrigação, nas primeiras duas décadas de existência do Estado de Israel. Essa técnica é de grande eficácia por ter um excelente controle da quantidade de água, fornecendo assim a quantidade exata para a planta. Essa eficácia pode ser comprovada pela produtividade média alcançada por Israel, que em 1955 era de um trabalhador agrícola produzir alimentos para 15 pessoas (1/15) e chegou a 2007 com a produtividade de 1/100. Esses números estão dentro da média mundial dos países desenvolvidos (1/90-120)¹⁴⁸. O gotejamento é em grande parte, responsável pelo aproveitamento de regiões áridas das proximidades do deserto de Negev, com plantações de frutas e flores, fazendo, de certa forma, “o deserto florescer”. É importante lembrar que essas técnicas estão acompanhadas também de tecnologias mais avançadas como o uso de maquinários, pesticidas e fertilizantes, o que provoca sérias consequências ambientais.

A indústria em Israel é responsável por um consumo médio entre 120 e 127 mmc/ano, o que representa 6% da água consumida no país, mantendo essa média desde a década de 1990, segundo a FAO¹⁴⁹. No entanto, é responsável por 32,4% do PIB e 16% da PEA, valores consideravelmente maiores que a agricultura, principalmente quando se estabelece a relação entre esses dados e o consumo de água. É notório que o consumo industrial de água é menor que o agrícola, que na média mundial consome em torno de, respectivamente, 22% e 70% dos recursos hídricos utilizados pelo homem¹⁵⁰. Mas é importante destacar a importância econômica da agricultura tanto em relação aos PIBs como em relação à força de trabalho de boa parte dos países, sobretudo nos subdesenvolvidos, bastante diferente do quadro observado em Israel, o que deixa claro a importância deste setor para além do campo econômico.

¹⁴⁷ Técnica de grande eficiência que consiste em enviar água em pequena quantidade por uma tubulação, mas com frequência, diretamente à base da planta, onde a raiz possa captar essa água.

¹⁴⁸ Israel Ministry of Agriculture and Rural Development. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/2000_2009/2000/8/>. Acesso em: jan 2010.

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.fao.org/nr/water/aquastat/countries/israel/index.stm>>. Acesso em: dez. 2009.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/14/materia.2006-11-14.8033354244/view>>. Acesso em: jan, 2010.

O setor industrial em Israel é responsável também por grande contaminação tanto das águas superficiais quanto das águas subterrâneas. A contribuição das indústrias consideradas leves para o PNB é 30 vezes maior por unidade de água usada do que a da agricultura (LEIN, 2007).

O que aqui se considera uso doméstico e urbano engloba o uso residencial, comercial e uso público como limpeza de rua, jardins e parques públicos, brigada de incêndio etc. A média de consumo de uso doméstico *per capita* em Israel é de aproximadamente 100 m³/ano¹⁵¹, ou 273,9 litros/dia/pessoa. O montante total utilizado domiciliarmente e nos serviços variou de 671 a 688 mmc durante os anos de 1998 a 2002, representando algo entre 31% a 37,6%¹⁵² nesse período, mostrando sensível crescimento tanto em valores absolutos quanto no percentual. Já o setor de serviços em Israel emprega 82% da População Economicamente Ativa e é responsável por 65% do Produto Interno Bruto¹⁵³. Mais uma vez é possível perceber a diferença entre a representatividade do setor econômico, no caso o de serviços, no PIB e na PEA de Israel e o consumo de água por esse setor.

Percebe-se assim que o uso da água em Israel é condizente com o de países que não enfrentam situações de deficiência hídrica, podendo garantir à sua agricultura um volume de água desproporcional à sua importância econômica, garantindo o bom funcionamento de sua indústria, suas instalações públicas e de infraestrutura, além de fornecer aos seus cidadãos uma quantidade de água bastante satisfatória para o uso cotidiano.

¹⁵¹ Palestinian Hydrology Group. Disponível em: <<http://www.phg.org>>. Acesso em: jan. 2008.

¹⁵² Disponível em: <<http://www.sviva.gov.il/bin/en.jsp>>. Acesso em: dez. 2009.

¹⁵³ Index Mundi (2008). Disponível em: <http://www.indexmundi.com/israel/gdp_composition_by_sector.html>. Acesso em: dez. 2009.

3.2.4. Uso da Água na Palestina

Primeiramente é importante salientar que há grande dificuldade em obter dados referentes aos recursos hídricos e populacionais na Palestina. Boa parte da população vive em campos de refugiados que são organizados em forma de pequenas cidades, com todas as dificuldades que isso acarreta, como a ausência da infraestrutura estatal, de oportunidades, de estudo e de trabalho. E por não haver a presença de um Estado efetivamente, e sim o embrião de um, como a ANP, e também haver a presença de organismos internacionais, como a ONU, em seu território, as informações não são centralizadas, contribuindo para essa dificuldade.

Os palestinos da Cisjordânia possuem como única fonte de abastecimento de água os aquíferos situados sob seu território. No entanto a distribuição e a extração de água são controladas por Israel. Nada consomem do rio Jordão, que, na sua margem ocidental, é de uso exclusivo israelense. Na Faixa de Gaza utilizam as águas já bastante comprometidas do aquífero de Gaza.

O total da água disponível nos Territórios Ocupados de Gaza e Cisjordânia, tem sofrido ligeira elevação, o que provavelmente confirme as afirmações de Soffer em relação à possibilidade dos palestinos cavarem mais poços, variando de 277,2 mmc/ano em 2000 até 319 mmc/ano em 2006¹⁵⁴. Já o total de água consumida pelos palestinos, segundo Attili (2004), é de 252,4 mmc/ano. Parte dessa água, para o uso doméstico, algo em torno de 43.9 mmc/ano (2006) do total da água consumida pelos palestinos, é comprada da Companhia israelense *Mekorot*¹⁵⁵. Para uso agrícola, apenas o distrito de Tubas é abastecido pela empresa israelense. Todo o restante provém dos aquíferos da Montanha e de Gaza.

A agricultura palestina utiliza algo em torno de 60% a 70% de toda a água consumida. Ainda assim é altamente dependente do clima, pois apenas 5% do total de terras

¹⁵⁴ Palestinian Water Authority, 2006. Disponível em: <<http://www.pwa.ps>>. Acesso em: set. 2009.

¹⁵⁵ Palestinian Water Authority, 2006. Disponível em: <<http://www.pwa.ps>>. Acesso em: set. 2009. Esses dados podem variar consideravelmente conforme a fonte.

agriculturáveis na Cisjordânia são irrigadas¹⁵⁶. O restante se torna vulnerável ao depender da quantidade de precipitação da região. Ao comparar esse aspecto da agricultura palestina com a de Israel nota-se grande diferença em termos de investimentos e possibilidades.

Além das dificuldades climáticas, os palestinos acusam Israel de impor severas restrições aos seus agricultores. Para preservar os recursos hídricos os palestinos seriam proibidos, por ordem militar, de plantar árvores frutíferas sem uma prévia autorização e também de perfurar novos poços. Há inclusive restrições no plantio para que, desse modo, o consumo de água seja reduzido.

Em algumas regiões, os moradores afirmam que passam dias inteiros sem água, embora estejam ligados à rede de distribuição. Segundo os acordos de paz de Oslo, de 1993, Israel deve fornecer entre 70 e 80 mmc de água por ano à população palestina para necessidades imediatas, embora pleiteassem 450 mmc/ano¹⁵⁷. No entanto, os palestinos alegam que Israel não cumpre integralmente o acordo, já que deveria autorizar a perfuração de mais poços. As restrições do governo israelense não se referem apenas à perfuração de poços, mas também ao consumo de modo geral. A agricultura, por exemplo, é um setor extremamente prejudicado, pois o consumo palestino de água não poderia ser aumentado até 2010; em contrapartida, o consumo dos colonos aumentou em 100% durante a década de 1980. Percebe-se a diferença de informações divulgadas pelos dois lados da contenda.

Há que se levar em consideração, também, um aspecto relevante da economia palestina: sua dependência da agricultura, pois são escassos os recursos encontrados em Cisjordânia e Gaza. Resumem-se às terras aráveis para a agricultura e quantidade não muito significativa de gás natural na Faixa de Gaza. Ao contrário de Israel, é um setor bastante importante e corresponde a 8% do Produto Interno Bruto e a 12% da População

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.passia.org>>. Acesso em: out. 2008.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://www.passia.org/palestine_facts/pdf/pdf2009/Water-Environment.pdf>. Acesso em: jan. 2010.

Economicamente Ativa¹⁵⁸. Participa significativamente das exportações palestinas pois contribui para a entrada de divisas e garante boa parte da matéria-prima utilizada em outros setores. Além disso, é um dos poucos setores em que os palestinos são proprietários de seus meios de produção¹⁵⁹. Dessa forma, ao estrangular a agricultura palestina com as dificuldades impostas no que diz respeito à exploração e ao plantio, os bloqueios militares e a construção do muro¹⁶⁰, Israel estrangula também a economia palestina, altamente dependente da agricultura ou da mão de obra barata que cada vez menos consegue trabalhar em Israel. Isso fez com que a agricultura palestina, embora ainda seja o núcleo da economia nos Territórios Ocupados, tenha sido suplantada pelos setores industrial e de serviços no que diz respeito à participação no PIB.

Assim como os produtores israelenses, os palestinos vêm adotando técnicas modernas de plantio. Há um uso disseminado de pesticidas e fertilizantes que contribuem consideravelmente para a poluição dos aquíferos. Além disso, dependem exclusivamente dos distribuidores israelenses para o acesso a esses insumos, que além de cobrarem preços diferenciados para os palestinos, podem alterá-los em função de qualquer problema político ou distúrbios que possam ocorrer na região.

A agricultura palestina é constituída majoritariamente pelo plantio de frutas, o qual ocupa 63,5% das terras cultivadas¹⁶¹. As frutas cítricas somam a maior parcela desse total, mas é importante destacar o plantio de oliveiras, verduras, legumes, grãos e flores, além da criação de gado de corte e derivados de leite.

É o acesso à água, e não a falta dela, o principal obstáculo à agricultura palestina. E uma séria consequência desse problema foi um significativo êxodo rural,

¹⁵⁸ Disponível em: <http://www.indexmundi.com/west_bank/gdp_composition_by_sector.html>. Acesso em: dez. 2009.

¹⁵⁹ É importante lembrar que a participação da agricultura na economia e na força de trabalho palestinas vem decrescendo, provavelmente devido a algumas dificuldades impostas por questões como o uso da água, a construção do muro, entre outros.

¹⁶⁰ Muro que está sendo construído para isolar a Cisjordânia, já discutido no capítulo 1.

¹⁶¹ Palestinian Central Bureau of Statistics. Disponível em: <<http://www.pcbs.gov.ps/>>. Acesso em: jun. 2008.

responsável por diversos problemas urbanos. É grande o número de palestinos que são obrigados a abandonar suas terras, ou pela impossibilidade de produzir, ou por confiscos, como é o caso daqueles que praticamente perderam suas terras com a construção do muro. Ao deixarem o campo em busca de melhores condições de vida na cidade, geram os problemas típicos de quase todos os países que passaram por esse processo. Porém, nesse caso há um agravante. Em muitos casos, quando ocorre essa busca maciça pela cidade, esta não possui infraestrutura adequada para incorporar a população que chega. No caso palestino isso se torna mais evidente e ainda mais grave por não haver a presença de um Estado plenamente constituído. As municipalidades devem dar conta desse problema, mas não contam com verba suficiente para a solução dos problemas estruturais.

Se por um lado a agricultura palestina é o núcleo de sua economia, por outro o setor industrial é bastante incipiente. É composto basicamente de pequenas indústrias privadas. Segundo dados de 2009 da UNCTAD¹⁶² e da *Palestinian Central Bureau of Statistics* (PCBS), há 117.000 indústrias das quais 90% são empresas de no máximo 4 empregados¹⁶³. Devido a diversos fatores tais como o difícil acesso a capitais e tecnologia, a dependência de energia gerada em Israel e na Jordânia, a instabilidade política da região e inclusive a dificuldade em acesso à água, o setor industrial palestino tem grandes dificuldades em se desenvolver. Representa 13% do seu PIB e 5% da PEA e se baseia em uma produção por vezes dependente da agricultura, tais como a indústria alimentícia, principalmente a produção de azeite de oliva, ou de atividades extrativistas tais como a produção de cimento, por conta das rochas calcárias que formam o extrato rochoso, principalmente na Cisjordânia. Outro setor que merece destaque é a indústria têxtil, pois representa quase um quarto da produção industrial palestina.

¹⁶² “United Nations Conference for Trade and Development”. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento.

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.medibtikar.eu/1-1-General-economic-profile.html>>. Acesso em: dez. 2009.

O consumo doméstico de água nos Territórios ocupados variou no período de 1998 a 2005 entre 84,9 a 153,2 mmc/ano. Esses valores nos mostram que o consumo per capita palestino saltou de 59,1 litros/dia para 106 litros/dia. Percebe-se que apenas nos últimos anos os palestinos alcançaram esse montante. A porcentagem de residências conectadas a uma rede pública de água também cresceu de 84,8% em 1999 para 90,5% em 2005¹⁶⁴. No entanto a *Palestinian Central Bureau of Statistics* afirma que, em 2005, apenas 316 das 521 autoridades locais entre Gaza e Cisjordânia eram conectadas com alguma rede de distribuição de água, o que equivale a 40,5% do total¹⁶⁵. Isso mostra mais uma vez que há divergências na divulgação de dados e informações nos territórios palestinos.

Esses dados nos revelam também a grande diferença entre o consumo palestino e o israelense. Do lado palestino o argumento é o do acesso e distribuição. Israel não permite o acesso à quantidade de água necessária aos Territórios Ocupados. Já do lado israelense o argumento é a baixa renda e o consequente baixo consumo palestino.

É importante lembrar que a somatória do consumo de água de israelenses e palestinos é, na maior parte dos dados apresentados, maior que a disponibilidade hídrica da região. Isso ocorre devido ao fato que há superexploração dos aquíferos, ou seja, se extrai mais água que a capacidade de reposição destes.

Apesar de os recursos hídricos estarem naturalmente distribuídos de forma desigual pelo planeta, acreditamos que sua distribuição política é o fator determinante criador dos problemas de escassez e suas graves consequências econômicas, sociais e políticas. Primeiro porque essa má distribuição natural por si já é política, uma vez que a distribuição

¹⁶⁴ Palestinian Water Authority, 2006. Disponível em: <<http://www.pwa.ps>>. Acesso em: set. 2009.

¹⁶⁵ Palestinian Central Bureau of Statistics – PCBS – Local Community Survey, 2005. Disponível em: <www.pcbs.gov.ps>. Acesso em: jun. 2008.

das pessoas nos lugares e a organização desses lugares em entidades estatais é uma construção política das sociedades humanas. Segundo porque o fato de alguém viver em uma região com escassez hídrica, não necessariamente significa que não terá acesso à água – o Estado de Israel é excelente prova disso. Assim como o inverso também é correto: viver em regiões de abundância hídrica não garante às pessoas fácil acesso à água, como pode ser comprovado em algumas regiões do Brasil.

O uso diferenciado de água por israelenses e palestinos é resultado de décadas de disputa por território, o que abrange a disputa por recursos hídricos, mas também é resultado das diversas ações políticas executadas pelos britânicos no período do mandato e pelo Estado de Israel, desde a sua consolidação. Essas políticas garantiram acesso à água em quantidade e qualidade suficientes para os israelenses em detrimento da sociedade palestina. Torna-se evidente o papel geopolítico da água na região.

4. A ÁGUA NO CONFLITO E NO PROCESSO DE PAZ ISRAELO-PALESTINO

“Criar a paz exige que resolvamos as guerras por água”
Vandana Shiva

O conflito israelo-palestino se coloca, sem dúvida, como uma questão de extrema complexidade. Vários são os elementos que o tornam de difícil resolução. Além da questão da água, outros pontos de discussão são fundamentais para a compreensão do conflito, suas causas e possíveis cenários. Podemos citar o *status* de Jerusalém, os assentamentos nos Territórios Ocupados, a situação dos refugiados, definição dos limites territoriais e o formato do futuro Estado palestino. No entanto, a discussão acerca do tema dos recursos hídricos como fonte de conflitos reaparece nesse momento, trazendo à tona as questões que nortearam toda a pesquisa. Qual a importância da água no surgimento e no acirramento do conflito e nas negociações de paz? Os recursos hídricos podem ser elementos causadores de conflitos, ou apenas potencializadores, ou não tem qualquer papel relevante nos conflitos inter ou intraestatais?

A região em conflito sofre com sérios problemas em relação ao abastecimento de água. Existem poucos rios, apenas alguns perenes, e o volume de água que eles podem garantir às populações não é suficiente¹⁶⁶. Num clima semiárido esse fator é preponderante, o que faz da água uma questão de extrema relevância política.

A disputa pela água na Palestina não é recente, e é até mesmo anterior à disputa territorial entre árabes e judeus. É possível remontarmos a disputas por água desde os tempos bíblicos.¹⁶⁷

Mais recentemente, no século XX, durante as negociações para a ocupação britânica da Palestina ao final do domínio Otomano, o movimento sionista já fazia menção à

¹⁶⁶ Como foi detalhado no capítulo 3.

¹⁶⁷ No livro do Gênesis, capítulo 26, versículos 12 a 35, é descrita uma disputa por poços de água, o que na verdade pode-se interpretar também como disputa por terras entre Isaac e pastores locais do vale de Gerara nas proximidades da atual cidade de Bersheva, no sul de Israel.

importância estratégica da água, tendo a preocupação de planejar as fronteiras do futuro Estado que pleiteava, levando em consideração a distribuição hídrica.

É possível perceber que a disputa por água na região tem sido uma constante. No entanto, uma análise mais apurada do problema dos recursos hídricos no conflito israelo-palestino requer uma visão de todo o processo, ou seja, qual o papel que a água desempenhou durante o desenrolar do conflito, sua importância nas guerras travadas, as tensões geradas em ambos os lados, e a forma como foi lembrada nos acordos em busca da paz¹⁶⁸.

Dessa forma se faz necessário uma periodização, para que se possa compreender os diferentes momentos desse conflito, no que diz respeito aos recursos hídricos. Como afirma Santos (1992, p. 2-3)

(...) a análise, qualquer que seja ela exige uma periodização, sob pena de errarmos frequentemente em nosso esforço interpretativo. Tal periodização é tanto mais simples quanto maior a escala do estudo (os modos de produção existem à escala mundial) e tanto mais complexa e capaz de subdivisões quanto mais reduzida é a escala. Quanto *mais pequeno* o lugar examinado tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*.

O exercício de periodização nos traz a possibilidade de perceber “uma tensão entre o novo, que emerge, e o velho”, os momentos de ruptura ou de continuidade (Ribeiro, 2001) de um processo sem que o fragmentemos. Segundo Ribeiro (2001, p. 47):

(...) periodizar é rearranjar o tempo. É também estabelecer uma escala temporal, de modo a construir fatos históricos relevantes que justifiquem rupturas, reformas e ao mesmo tempo continuidades disfarçadas de novidades. Nesse último caso, a ideologia desempenha um papel fundamental.

Tal periodização se inicia no momento entre as duas Guerras Mundiais, o qual consideramos ser o início do conflito, e se estende até os dias atuais. É importante lembrar

¹⁶⁸ É importante lembrar que não é nossa intenção discutir todos os planos e acordos regionais que envolveram a questão dos recursos hídricos. Apenas os mais significativos para a nossa pesquisa serão analisados.

que não é considerada uma data específica para tal evento por não haver um momento preciso que possa ser considerado o começo do conflito. Porém, os demais períodos são definidos por eventos significativos no decorrer do conflito. Assim, o primeiro período – A disputa por água nos bastidores da diplomacia – tem início entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, e se estende até a Guerra dos Seis Dias em 1967, que consideramos ter os recursos hídricos como uma de suas grandes motivações. O segundo período – A água como fator de disputas militares – segue de 1967 até o acordo de Oslo II em 1995, momento em que, pouco após o reconhecimento mútuo entre o Estado de Israel e a Autoridade Nacional Palestina, e a criação das zonas de autonomia diferenciadas, a água foi, pela primeira vez, objeto de discussão nos acordos, com a criação da *Joint Water Comitee* (JWC) e da *Palestinian Water Authority* (PWA). E o terceiro período – A água nos acordos de paz – de 1995 até a atualidade, analisando a situação corrente dos recursos hídricos em Israel e nos Territórios Ocupados da Palestina. Destarte, esse recurso de análise é composto por três períodos, delimitados por eventos de cunho político-diplomático, momentos de ruptura ou aproximação, um conflito armado e um acordo de paz.

Ao longo desses três períodos ocorreram alguns eventos conflitivos ou de cooperação entre Israel e países árabes na bacia do rio Jordão e entre israelenses e palestinos entre os anos de 1950 a 1999¹⁶⁹ (Gráficos 5 e 6).

¹⁶⁹ O período que aparece em ambos os gráficos não contempla toda a periodização proposta por nós, porém não há dados disponíveis para além desses anos.

**Gráfico 5. Tipos de Conflito Devido à Água
Bacia do Rio Jordão 1950-1999**

Fonte: Transboundary Freshwater Dispute Database (www.transboundarywater.orst.org). Adaptado de Wolf, A.; Yoffe, S.; Giordano, M. "International Water: identifying basins at risk" University of Oregon. Tradução e elaboração do autor, 2010.

**Gráfico 6. Tipos de Conflito Devido à Água
Israel e Palestina - 1950-1999**

Fonte: Transboundary Freshwater Dispute Database (www.transboundarywater.orst.org). Adaptado de Wolf, A.; Yoffe, S.; Giordano, M. "International Water: identifying basins at risk" University of Oregon. Tradução e elaboração do autor, 2010.

A análise dos gráficos nos faz perceber que, embora haja uma situação conflitiva, há um maior número de eventos de cooperação entre Israel e seus vizinhos. De certa forma segue o padrão observado na escala mundial (Gráfico 2). O que não diminui o problema, pois embora em menor número, os conflitos existem.

4.1. Primeiro Período – A Disputa por Água nos Bastidores da Diplomacia

As primeiras discussões acerca da água na Palestina datam do final da Primeira Guerra Mundial, no começo da década de 1920, quando da definição das fronteiras dos Mandatos Britânico e Francês no Oriente Médio, mais especificamente na Palestina. A proporção do uso das águas da bacia do rio Jordão foi objeto de acordos entre franceses e ingleses. Vale lembrar que até então o uso e o controle da água estavam submetidos às antigas práticas culturais e leis sociais e religiosas do islamismo e do judaísmo. Os proprietários dos poços e fontes determinavam a forma de uso das águas, o que fazia com que as leis relacionadas à água variassem de uma localidade para outra. Posteriormente, o Mandato Britânico tentou formular leis para regulamentar o uso da água, o que nunca foi alcançado. Por conta disso, relutavam em fazer investimentos em infraestrutura.

O movimento sionista propôs em 1920 que a fronteira norte do Estado judaico deveria ser o rio Litani, atualmente em território libanês, além de compreender as três maiores fontes do rio Jordão, os rios Dan, Banias e Hasbani, nas colinas de Golã, e o rio Yarmouk, fronteira atual entre a Jordânia e a Síria, baseado na premissa de que Israel deveria se preocupar com seus recursos hídricos, sobretudo por entender que o desenvolvimento da agricultura seria fundamental para o novo Estado (Mapa 18). Ao analisar o mapa é possível perceber a preocupação hídrica do sionismo, pois sua proposta de Estado abrange os atuais limites ao sul, onde há pouca oferta hídrica; a leste, as duas margens do rio Jordão; a nordeste,

as Colinas de Golã com os rios que abastecem o mar da Galileia; e ao norte, uma área pertencente atualmente ao Líbano que incorpora a bacia do rio Litani.

Mapa 18. Proposta Sionista para o Estado de Israel

Remetendo-se a essa época, alguns anos depois, em 1973, o líder sionista David Ben Gurion justifica a preocupação histórica do sionismo em garantir o abastecimento hídrico ao afirmar que

É necessário que as fontes de água, das quais depende o futuro da terra, não estejam fora das fronteiras da futura terra natal judaica. (...) Por essa razão, sempre exigimos que a terra de Israel inclua os bancos do sul do rio Litani, os afluentes do Jordão e a região de Hauran da nascente do El Auja, ao sul de Damasco (SHIVA, 2006, p. 90).

É interessante notar o caráter prático dessa sugestão, não tendo absolutamente nenhuma relação com a proposta religiosa da Eretz Israel.

No entanto, com o acordo de Sykes-Picot, assinado em dezembro de 1920, no qual franceses e britânicos, principalmente, mas também em proporção muito menor, russos e italianos, dividiram o espólio do Império Otomano, (Mapa 19)¹⁷⁰ criando os Mandatos Britânico e Francês no Oriente Médio, ficou decidido que o alto Jordão, os rios Litani, Yarmouk e Hasbani ficariam em território francês, com a possibilidade dos assentamentos judaicos utilizarem as águas do alto Jordão e do rio Yarmouk. O mar da Galileia, o baixo Jordão, os rios Dan e Banias ficaram sob a administração britânica. Porém, em 1923, quando da demarcação das fronteiras entre os dois mandatos, o rio Banias ficou por diferença de um quilômetro em território sírio, sob ocupação francesa. Assim, duas das principais fontes do rio Jordão ficaram fora do Mandato Britânico, o que desagradou os sionistas, uma vez que consideravam o território compreendido pelo Mandato como o futuro Estado judeu e não tinham dúvidas da importância estratégica de controlar as nascentes do rio Jordão. Essa “perda” seria corrigida no futuro após a guerra dos Seis Dias e a consequente conquista das Colinas de Golã.

¹⁷⁰ As regiões que couberam à Rússia e Itália não aparecem no mapa, pois estão mais afastadas da nossa região de interesse.

Mapa 19. Acordo Sykes-Picot - 1916

De 1926 a 1958 alguns planos foram propostos na tentativa de resolver as disputas por água na região¹⁷¹. O primeiro grande atrito por conta da água entre árabes e judeus ocorreu no ano de 1926 quando o alto comissariado britânico outorgou à *Palestine Electricity Corporation*, empresa de distribuição de eletricidade controlada por judeus, a concessão para utilizar as águas dos rios Jordão e Yarmouk para a geração de energia elétrica por 70 anos. Os fazendeiros árabes foram proibidos de utilizar as águas de ambos os rios a montante do local onde se encontravam, a não ser que a companhia de eletricidade assim o permitisse, o que nunca ocorreu.

Durante a década de 1930 os esforços britânicos aconteceram no sentido de criar uma legislação referente à água, e mantê-la sob a tutela do Estado, controlando a quantidade de poços a serem cavados, e possibilitando maiores estudos sobre a disponibilidade hídrica na região. No entanto, nem árabes nem judeus pareciam dispostos a

¹⁷¹ Não detalharemos todos os planos, apenas os que consideramos mais importantes.

aceitar tais regulamentações. Os primeiros mantinham a fórmula de controle de água do período otomano, organizados em vilas, cada qual com sua própria legislação a respeito. Os judeus também se opunham à ideia de monopólio estatal sobre a água. Já iniciando seus projetos de irrigação e bastante dependentes destes, temiam que os britânicos tentassem assim controlar a quantidade de água extraída para esse fim. Porém, passadas algumas décadas, o Estado de Israel mantém o mesmo expediente em relação aos recursos hídricos na Palestina, controlando a escavação de poços do lado palestino, cuidando exclusivamente da sua rede distribuidora de água e parcialmente da rede palestina e, dessa forma, controlando a política hídrica da região.

Os judeus, assim, começavam a desenvolver sua própria política para as águas, em contrariedade a uma semelhante tentativa britânica. Ao mesmo tempo, o alto investimento israelense na agricultura gerava um número cada vez maior de palestinos sem a posse de terras, devido entre outras coisas à compra e possibilidade de trabalhar a terra que os judeus possuíam, contribuindo para o agravamento de tensões entre os palestinos e o Mandato, algo não interessante para os britânicos.

Havia, segundo Feitelson (2002), ao menos quatro fortes argumentos para o alto investimento em infraestrutura hídrica. Era a maneira mais efetiva para a manutenção do controle territorial; havia uma preocupação de caráter demográfico por parte de Israel. O futuro do Estado dependeria de sua capacidade de absorver imigrantes judeus oriundos de todo o mundo; era também fundamental para abastecer de alimentos essa população; e, por fim, a questão ideológica: o ideal de uma sociedade baseada na agricultura era uma forma de criar vínculos entre a população e a terra. Garantir acesso à água para o consumo doméstico e para a agricultura era de importância vital.

O movimento sionista já vislumbrava a relação entre a segurança hídrica e o efetivo controle do território e, dessa forma, a segurança do futuro Estado. O conceito de

segurança ambiental pode ser aplicado, nesse momento, no sentido em que as ações do movimento sionista revelam claramente sua preocupação com elementos ambientais, nesse caso específico a água, como fatores de segurança do Estado. Retomamos aqui a perspectiva analítica de Le Prestre (2000) a qual pensa a segurança em termos ambientais e entende a posse e o controle dos recursos como fatores de manutenção da estabilidade e segurança nacional.

Os acontecimentos de abril de 1947 começam a alterar o quadro político e territorial da região. O Reino Unido, que tentava recuperar sua economia no pós-guerra, percebendo que não mais podia dar conta do controle do território em face das reivindicações do sionismo e dos palestinos, e dos ataques propugnados por ambos a alvos britânicos, aceita a cooperação estadunidense, o que resultaria na criação de uma comissão mista para estudar o problema. Essa comissão, após algumas tentativas, não conseguiu obter nenhum resultado. Em 2 de abril de 1947 a Grã-Bretanha apresenta o pedido oficial de renúncia do Mandato na Palestina ao Secretário Geral da ONU. Em 15 de maio é criado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (U.N.S.C.O.P.), composto por representantes de onze países de outras regiões do mundo. Os palestinos não colaboraram com o comitê por acreditarem que não caberiam mais discussões, uma vez que viam a terra como um direito deles. Os sionistas, com outra estratégia, enviaram à comissão um relatório repleto de argumentos favoráveis a sua causa. Em agosto de 1947, a U.N.S.C.O.P sugerira um plano para a criação de dois Estados na Palestina, um judeu e um árabe. A cidade de Jerusalém ficaria sob controle internacional. Esse plano foi bem recebido pelos sionistas, que sentiam estar no caminho certo rumo a sua mais profunda aspiração: criar a grande Israel almejada por seus antepassados. Nas palavras de Menachem Begin: “Eretz Israel será restituída ao povo de Israel. Inteira. E para sempre” (MENACHEM BEGIN apud REICHERT, 1972, p. 271.).

O resultado foi que em 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o plano de partilha da Palestina, estabelecendo assim a Resolução 181 da Assembleia Geral, a qual pedia a criação dos dois Estados antes de 01 de outubro de 1948. Um Estado árabe com 11,5 mil Km² e outro judeu com 14,1 mil Km² ¹⁷² (Mapa 20).

Mapa 20. Plano de Partilha da ONU - 1947

¹⁷² SILVA, 2000, p. 157.

A situação na Palestina após a partilha era de guerra civil. Até maio de 1948, o mês da retirada definitiva das tropas britânicas, aproximadamente 200.000 palestinos abandonaram suas casas e seguiram em direção a países árabes vizinhos, dando origem ao grande número de refugiados palestinos que, atualmente, vivem nos chamados “campos de refugiados”, gerando um problema de difícil solução nas tentativas de acordo de paz, uma vez que os palestinos reivindicam o direito de retorno de aproximadamente 4,7 milhões de refugiados¹⁷³ as suas terras, muitas das quais estão no atual território israelense.

A partilha da ONU em 1948 mantém parte do que era o Mandato Britânico dentro do Estado de Israel. Como o mapa 20 permite perceber, o extremo norte do Mandato que compreende parte das nascentes do rio Jordão e principalmente o total controle do mar da Galileia, passa para o Estado de Israel formando uma configuração não convencional nos limites entre o Estado judeu e o árabe.

Em 14 de maio de 1948 David Ben Gurion declara a fundação do Estado de Israel. Um dia depois, exércitos de países árabes vizinhos invadem Israel dando início à guerra. Nove meses depois, em fevereiro de 1949, os árabes são derrotados. Israel conquistou com essa guerra cerca de 80% do território destinado aos palestinos e Jerusalém foi dividida entre Israel e Transjordânia, que por sua vez ocupou toda a Cisjordânia, a oeste do rio Jordão. A Faixa de Gaza, ao sul do território originalmente palestino, foi incorporada pelos egípcios. O Estado palestino previsto no plano de partilha e na Resolução 181 não chegou a se constituir de fato. Em contrapartida esses acontecimentos fortaleciam ainda mais o sentimento de identidade palestina.

A vitória do jovem Estado de Israel (e as posteriores também) perante vários vizinhos árabes, inclusive contando com exércitos maiores, pode ser explicada por alguns motivos. Um fator importante foi (e segue sendo até os dias de hoje) a falta de unidade entre

¹⁷³ The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East – UNRWA. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=47>>. Acesso em: fev. 2010.

os árabes. Desde os primórdios os árabes são compostos por uma grande variedade de tribos, o que lhes dificultou uma maior coesão. Outro ponto fundamental foi o apoio dos Estados Unidos, apesar do jogo duplo praticado em relação a árabes e sionistas. A comunidade judaica exerceu (e exerce) forte pressão ao governo estadunidense, conseguindo, com sua influência, o apoio governamental ao Estado de Israel. Por fim, o exército de Israel possuía um armamento mais sofisticado que os exércitos árabes. A força da comunidade judaica estadunidense e internacional reside bastante no fato de ser uma comunidade economicamente poderosa.

Após a guerra foram feitas algumas tentativas de se chegar a um acordo sobre algum plano regional para os recursos hídricos que envolvesse os países da região, a ONU e os Estados Unidos. As tentativas foram frustradas por diversos motivos, mas, sobretudo, porque um plano com enfoque regional significaria para os países árabes a aceitação implícita da existência do Estado de Israel.

Após esse momento, Israel começa a definir sua política para as águas de diferentes formas: inicialmente as discussões acerca dos limites do Estado judaico levam em consideração a possibilidade de controle da água. Israel ocupa os territórios de Al Bakura e Naharaim na atual Jordânia, o que lhe possibilita o controle da margem oriental do Jordão ao sul do mar da Galileia e, sobretudo, do rio Yarmouk, um dos principais tributários do rio Jordão; o acordo de cessar-fogo assinado com a Síria em 1949 coloca os dois lados em negociação em relação ao uso e controle do mar da Galileia e da margem oriental do rio Jordão. Os sírios, em um acordo de paz à parte, oferecem acomodar cerca de 300.000 refugiados palestinos¹⁷⁴ em troca do uso e controle comum do mar da Galileia. Embora Israel não quisesse sacrificar o controle de tão importante fonte de abastecimento de água para seu Estado, ao final, ambos os lados concordam em criar uma zona desmilitarizada na margem

¹⁷⁴ Tortier, Julie. Hydropolitics in the West Bank and Gaza Strip. Disponível em: <http://www.passia.org/publications/research_studies/hydro/partition.html>. Acesso em: out. 2008.

oriental do rio Jordão e do mar da Galileia, de controle provisório sírio, e a soberania da região seria discutida em um futuro acordo de paz entre os dois Estados. Porém, esses acordos não privaram Israel de começar obras que destinassem levar água do mar da Galileia para o sul do país.

Esses acontecimentos reforçam a tese defendida anteriormente da centralidade dos recursos hídricos em alguns conflitos interestatais e principalmente no caso árabe-israelense. As ações dos governos envolvidos no conflito se basearam em grande medida nas preocupações hídricas dos Estados e nos interesses nacionais, confirmando a importância da noção de segurança ambiental, a qual afirma que os elementos ambientais passam a ser analisados como fatores de segurança ou de insegurança dos Estados e, dessa forma, compelindo-os a tomar decisões que salvaguardem sua segurança e soberania hídrica, independentemente das posturas ideológicas assumidas, o que, por outro lado, nos revela a validade do paradigma realista, apesar de alguns críticos o considerarem como não mais capaz de explicar as relações entre os Estados.

Dessa forma, Israel começa a trabalhar em seus projetos para a distribuição de água em larga escala em seu território: inicia, em 1953, a construção da primeira fase do Aqueduto Nacional, gerando protestos por parte da Síria, pois, essa alegava que o projeto estava sendo conduzido na área desmilitarizada, território onde Israel não poderia exercer sua soberania, portanto uma ação ilegal. Por outro lado Israel considerava a área como seu território, apenas desmilitarizada, cumprindo o armistício assinado em 1949. É importante lembrar que o Conselho de Segurança da ONU exortou Israel a parar com as obras de desvio das águas. O projeto, concluído em 1964, desvia água do mar da Galileia e do alto Jordão e a transporta para a região central e para o sul do país, principalmente para abastecer os colonos de Gaza e irrigar as plantações. (Mapa 17 e Foto 4)¹⁷⁵. Também, de acordo com fontes

¹⁷⁵ Mapa 17 – Aqueduto Nacional, Capítulo 3, p.149; Foto 4 – Aqueduto Nacional, Capítulo 3, p. 149.

israelenses, a tubulação transporta água para abastecer artificialmente os aquíferos da parte central de Israel, e também o aquífero Costeiro durante o inverno.

Nesse mesmo ano, na tentativa de amenizar as críticas árabes por conta da construção do Aqueduto Nacional, os Estados Unidos propuseram o Plano Johnston, que serviu como um guia informal para a gestão da água na região. O plano propunha a distribuição da água da bacia do rio Jordão aos países ribeirinhos por cotas, de acordo com sua área na bacia, e cada Estado tinha a autonomia de utilizar sua cota como lhe aprouvesse. Também propunha que Israel utilizasse o mar da Galileia como reservatório das águas da bacia do Jordão e que a Jordânia construísse uma represa para utilizar as águas do rio Yarmuk. Não havia nenhum tipo de restrição quanto à transferência de águas dentro ou mesmo para fora da bacia. Após várias alterações nos anos de 1954 e 1955, os Estados árabes rejeitaram o plano alegando que ao final Israel havia sido beneficiado, pois tivera considerável aumento em sua cota. A dificuldade em firmar um acordo multilateral reforça a necessidade dos lados atuarem de forma independente em relação à água.

Também em 1954, a Liga Árabe aprovou um plano (*The Arab Diversion Plan*) que tinha como objetivo desviar as águas do rio Hasbani até o rio Litani, ambos no Líbano, e do rio Baniyas para o rio Yarmuk, através das colinas de Golã, e daí para o canal *East Ghor* na Jordânia ou mesmo para o baixo Jordão. O canal *East Ghor* nesse momento fazia apenas parte dos projetos envolvendo os recursos hídricos na Jordânia. Sua construção teve início apenas em 1958 e foi concluída em 1964, contando com aporte de verbas dos Estados Unidos. O canal em si estava dentro do acordado pelo Plano Johnston, portanto por um lado pôde contar com a ajuda estadunidense e por outro não possibilitou questionamento de Israel, pois estava baseado na mesma lógica de aproveitamento da água pelo Aqueduto Nacional.

O plano árabe foi claramente motivado pelo anúncio da construção do Aqueduto Nacional, pois era, segundo Libiszewski, “tecnicamente ineficiente e

economicamente inviável” (1995, p. 47), pois os custos de bombeamento da água a uma altitude de 350 metros eram por demais elevados e proibitivos. Israel, alegando que perderia em torno de 35% da capacidade de transporte do aqueduto, além de correr o risco de um aumento de salinidade no mar da Galileia, acusou os países árabes de elaborarem um plano, nas palavras de Rosenthal e Sabel (2009, p. 100) “malévolo”, pois privaria Israel de boa parte dos recursos hídricos originários naquela região, e a água desviada não seria aproveitada de forma importante ou benéfica em nenhum outro país. Em 1965 a Síria e o Líbano iniciaram as obras que seriam interrompidas em julho de 1966 por ataques da força aérea israelense. Entendemos, dessa forma, que esse entrevero possa ter sido determinante para a eclosão da guerra dos Seis Dias um ano depois em 1967.

Em 1959 Israel promulga sua primeira lei da águas (*Water Act*), que considerava os recursos hídricos propriedade pública, unificando todo o território nacional sob a mesma legislação, trazendo todos os recursos hídricos para o controle do Estado. Apesar de considerar a água propriedade pública, a lei reconhece os “direitos adquiridos” permitindo, assim, a propriedade privada da água, desde que esses direitos já fossem reconhecidos antes da promulgação da lei.

Até meados dos anos de 1960 prevaleceu nas políticas públicas para os recursos hídricos em Israel o discurso ideológico da água e da agricultura como pilares da construção de um novo país, da garantia da ocupação da terra e consequentemente de sua segurança inclusive alimentar e hídrica, o que manteve os custos da água subsidiados pelo Estado. No entanto, a partir dessa década a visão técnica ganha espaço e como, segundo Feitelson (2002, p 301), em 1965 a maior parte dos recursos hídricos em Israel estava sendo utilizada, a técnica da dessalinização surge como uma solução possível. No entanto, devido aos altos custos do processo, esta opção foi rejeitada naquele momento, o que trouxe uma

situação nova em Israel: pela primeira vez uma questão econômica se sobrepôs à questão ideológica no que diz respeito aos recursos hídricos.

Enquanto isso a Cisjordânia, como parte da Jordânia, desde 1948 manteve sua forma tradicional de gerenciamento de água, ou seja, cada vila com sua própria legislação ou cada proprietário de poço com sua própria forma de organizar o uso da água.

Os dados desse período nos revelam maior institucionalização, planejamento e organização espacial por parte do movimento sionista, e posteriormente do Estado de Israel, no que se refere aos recursos hídricos, em comparação aos seus vizinhos árabes, já, de certa forma, vislumbrando a importância desses recursos, anteriormente à constituição de seu Estado, mas principalmente após sua criação.

4.2. Segundo Período – A Água como Fator de Disputas Militares

Alguns motivos deram origem à crise de 1967. Primeiro, o desejo por parte dos árabes de retomar o que haviam perdido em 1948, e também por parte dos israelenses de terminar o que haviam começado naquele ano, a conquista de toda a Palestina. A tentativa de solucionar o problema da água por meios econômicos e diplomáticos não surtiu efeito. O Plano Johnston não atingiu seus objetivos, e a questão da água ainda era pendente. Dessa forma os países da bacia do Jordão dão início ou mesmo continuidade a projetos separados, alguns unilaterais como no caso israelense o Aqueduto Nacional, outros bilaterais como a cooperação entre Síria e Jordânia para o projeto Grande Yarmuk, com a construção do Canal *East Ghor*, e outras obras menores.

A guerra dos Seis Dias em 1967, que proporcionou a Israel a anexação dos territórios palestinos e das colinas de Golã, teve como um de seus principais motivos a água. O ex-ministro das relações exteriores israelense Shimon Peres afirma que “Foi esse o caso na

crise entre Israel e a Síria, quando esta tentou desviar o Jordão, distanciando-o do Aqueduto Nacional de Israel (...) acabando por desembocar nos preparativos que culminaram na Guerra dos Seis Dias” (1994, p. 164). Porém, essa não parece ser a versão oficial nem em Israel:

“O hoje primeiro ministro Ariel Sharon (...) quando era general, disse uma vez que a guerra de 1967 na verdade começara dois anos e meio antes, no dia em que o país decidiu agir para controlar o suprimento (de água)” (Jornal do Brasil, 2002, p. 12).

Já em 1962, o então Primeiro Ministro de Israel, Levy Eshkol, declarou que “‘a água é o sangue nas nossas veias’ e que o impedimento do acesso a esse recurso seria motivo de guerra” (SHIVA, 2006, p. 90).

A situação de conflito na fronteira com a Síria e com o Líbano foi crucial para a eclosão da guerra. Os países árabes possuíam projetos que envolviam as águas que serviam também a Israel. A Síria, juntamente com a Jordânia, na tentativa de construir uma represa para desviar as águas do rio Yarmouk, e assim inviabilizar o funcionamento do Aqueduto Nacional, teve seu equipamento bombardeado e destruído por Israel. Essas ações foram condenadas pelo Conselho de Segurança da ONU, mas como nos lembra Reichert “como as anteriores, (...) tornou-se letra morta” (1972, p. 317). A fronteira em questão é exatamente a região das colinas de Golã, área controlada até os dias de hoje por Israel. Vale lembrar que a justificativa israelense para sua presença na região é a segurança militar, porém não se pode esquecer da importância (hidro)estratégica do local, onde se encontram as nascentes do rio Jordão, seus primeiros tributários, e outros pequenos rios que convergem para o mar da Galileia, o que nos remete a outra forma de segurança, a hídrica (Mapa 21).

MAPA 21 - Colinas de Golã Ocupadas

Em 1966 houve um golpe de Estado na Síria, e alcançou o poder um grupo mais alinhado com a URSS, o qual pede a Moscou uma maior colaboração. A *Al Fatah* intensificava seus ataques guerrilheiros a Israel a partir de território Sírio, com o apoio financeiro e militar destes. Em março de 1967 Israel instalou ilegalmente uma colônia na fronteira com a Síria e os colonos israelenses passam a cultivar terras árabes. Tem-se início o conflito armado, com bombardeios sírios à colônia e represálias da aviação israelense. Nesse momento Israel percebe a vulnerabilidade da Síria, pois seus aviões chegam a Damasco sem encontrar resistência.

Porém, o argumento final para dar início à guerra estava por vir. Em 21 de maio de 1967, o Egito decide fechar o estreito de Tirã e as águas territoriais egípcias no Golfo

de Ácaba para navios israelenses ou aqueles que transportassem material bélico para Israel. Mais uma vez Israel convence a opinião pública internacional de que é vítima de uma agressão. Nas proféticas palavras de Reichert:

Lograra, de fato, persuadir a opinião mundial que o agressor não é aquele que ataca, mas sim aquele que obriga a atacar. Essa ideia oferece sombrias perspectivas para o futuro, porque perdoa qualquer guerra que se declare preventiva (1972, p. 331).

Na manhã de cinco de junho, a aviação israelense levanta voo e toma a iniciativa da guerra, atacando o Egito, a Jordânia e a Síria. Israel, com sua flagrante superioridade bélica, liquida a fatura, e em poucos dias Jordânia e Egito se rendem. A Síria reluta por mais alguns dias, o que garante aos israelenses o desejado argumento para invadir e dominar as colinas de Golã, e assim dominar as nascentes do rio Jordão e os importantes fluxos de água que abastecem o mar da Galileia.

Ao final da guerra, todo o mapa político da Palestina havia mudado. Israel agora controlava a península do Sinai e a Faixa de Gaza, que havia conquistado do Egito. Da Jordânia conquistou toda a Cisjordânia, além de anexar Jerusalém, controlando-a em sua totalidade. E da Síria, as colinas de Golã. Estava se concretizando o sonho da grande Israel, de caráter religioso, que implica no âmbito geopolítico o controle direto das mais importantes fontes de água da região (Mapa 22).

O argumento da ameaça ao abastecimento de água aos poucos vai desaparecendo. Feitelson (2002, p. 302) afirma que a partir de então “a água virtualmente desapareceu da agenda pública”¹⁷⁶. Copaken¹⁷⁷ (1996, apud FEITELSON, 2002, p. 302) ao analisar as referências sobre os recursos hídricos na imprensa israelense dos anos de 1960 a

¹⁷⁶ No original: “*water virtually disappeared from the public agenda*”. Tradução livre do autor.

¹⁷⁷ Copaken N. S. The perception of water as part of territory in Israeli and Arab ideologies between 1964 and 1993: toward a further understanding of Arab–Jewish conflict. Haifa, The Jewish–Arab Center, University of Haifa, working paper no. 8, 1996.

meados dos anos de 1990 percebe que o tema também desaparece do noticiário, sendo raro alguma nota a respeito.

Mapa 22. Territórios Ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias - 1967

Essas afirmações são sintomáticas no sentido em que revelam a estratégia propagandística dos governos, neste caso o israelense, em abordar o tema dos recursos hídricos como uma das prioridades nacionais, utilizando-o ideologicamente, até o momento em que se faça necessário. A partir do momento em que o Estado de Israel assume o controle dos recursos hídricos não há mais a necessidade de tratá-lo de forma pública, inclusive porque, do outro lado da contenda, os palestinos, a partir daí passam a explorar o tema, de forma a tentar convencer a opinião pública que são subtraídos de um recurso vital. Dessa

forma, percebe-se na atualidade uma maior disposição em discutir o assunto dos recursos hídricos por parte das autoridades palestinas, o que se reflete, na grande disponibilidade de dados e informações fornecidas por estes, em comparação ao que é fornecido pelas autoridades israelenses.

Diante da situação após a guerra dos Seis Dias, em 22 de novembro de 1967 o Conselho de Segurança da ONU consegue aprovar o documento mais importante para nortear a resolução do conflito: a Resolução 242 (Anexo 2), que prevê a volta às fronteiras anteriores a junho de 1967. Além disso, a resolução prevê uma solução para o problema dos refugiados, o fim do estado de beligerância e o estabelecimento de fronteiras seguras e reconhecidas pelos Estados da região. Segundo Reichert (1972), essa resolução procura combinar as exigências de todos os envolvidos, tornando-se assim impraticável.

Como consequência da guerra, mais uma fuga em massa de palestinos de suas terras faz aumentar o contingente nos campos de refugiados nos países árabes vizinhos, ou mesmo dentro do território ocupado por Israel. E cerca de um milhão de palestinos passa a viver sob o controle israelense, o que obriga Israel a definir políticas hídricas para as regiões ocupadas. Assim, todos os recursos hídricos nos Territórios Ocupados passam a ser controlados pelas forças armadas israelenses, o que altera significativamente a estrutura do setor, impondo limites aos palestinos, que são proibidos de utilizar a água do baixo Jordão, enquanto a água do alto Jordão e do mar da Galileia (Mapa 17)¹⁷⁸ é desviada para Israel pelo Aqueduto Nacional e outros aquedutos secundários.

O controle do território se concretiza por força das “Ordens Militares”. Poucas semanas após o fim da guerra dos Seis Dias e da ocupação dos territórios palestinos e sírios, Israel expede a Ordem Militar nº 92 que concede completa autoridade sobre a água nos Territórios Ocupados a um departamento de Estado chamado “*Area Commander*”

¹⁷⁸ Mapa 17 – Aqueduto Nacional, Capítulo 3, p. 149.

(TROTIER, 2007, p. 117). Em novembro, a Ordem nº 158 proíbe a construção de qualquer infraestrutura relacionada à água sem a prévia permissão israelense e o confisco de quaisquer poços que não tenham tido a permissão de serem perfurados. E a Ordem nº 291 de dezembro de 1968 invalida toda a organização prévia a respeito da distribuição e uso da água. Dessa forma Israel passa a ter total controle sobre o acesso e uso dos recursos hídricos nos Territórios Ocupados da Palestina, controlando severamente a perfuração de novos poços e limitando a quantidade de água a ser extraída (TROTIER, 2007).

Essas ordens estão em contrariedade com as leis israelenses para a água, as quais são unificadas para todo o território nacional, mas Israel não considera a Cisjordânia e Gaza territórios anexados, assim como o faz com as colinas de Golã e o leste de Jerusalém. Em Israel, oficialmente, os territórios palestinos são ocupados militarmente e suas leis não se estendem a essas regiões.

Mas por outro lado essas medidas desafiam o Artigo 43 da Convenção de Haia de 1907¹⁷⁹, o qual proíbe qualquer força ocupante mudar a legislação vigente previamente. Na mesma convenção o Artigo 55 limita seus direitos sobre o uso de água nas regiões ocupadas. Porém, esse artigo abre uma brecha para a exploração dos aquíferos por Israel por não fazer menção às águas subterrâneas. Além disso, por não considerar as colinas de Golã sob ocupação militar, Israel não se sente obrigado a obedecer tais resoluções na região.

Nos casos específicos de Gaza e Cisjordânia, Israel não estendeu sua legislação para esses territórios, mas sim instituiu as Ordens Militares válidas apenas para tais localidades, portanto não considera haver alterado sua legislação. De fato, há um controle bastante rígido em relação a poços que podem ser cavados e na quantidade de água a ser explorada e utilizada na agricultura pelos palestinos. No entanto, Israel não interferiu na

¹⁷⁹ International Committee of the Red Cross (ICRC). Disponível em: <<http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/195>>. Acesso em: jan. 2010.

maneira como os palestinos distribuem seus recursos hídricos e permitiu que se mantivessem em funcionamento as antigas formas de uso e distribuição de água.

A década de 1970 foi bastante conturbada na região devido, sobretudo, à Guerra do Yom Kippur, em 1973, entre Israel de um lado, Síria e Egito do outro, e a relação que essa guerra teve com as duas crises internacionais do petróleo causadas pelo aumento exorbitante dos preços. A década também marca a devolução, por parte de Israel, da península do Sinai para o Egito em 1975 e o reconhecimento mútuo desses dois Estados em 1979. No entanto, nenhum desses eventos possui uma ligação mais direta com a questão da água, portanto não serão aprofundados nesse trabalho.

Em 1982, após a invasão ao sul do Líbano, – em represália à OLP que, baseada em território libanês desde 1969, quando foi expulsa da Jordânia, realizava ataques de guerrilha ao norte de seu território – Israel realiza o antigo sonho de estender suas fronteiras até o rio Litani, ocupando militarmente essa região.

Ao longo da década de 1980 houve uma ampliação das colônias nos Territórios Ocupados, e Israel, descumprindo o acordo de Camp David (1978)¹⁸⁰, não coibiu a construção de tais colônias. No verão de 1987 a tensão era crescente entre colonos israelenses e palestinos devido ao calor que fazia aumentar a escassez de água entre estes e a percepção de que os colonos dispunham de grandes quantidades de água. Essa situação, aliada aos motivos tradicionais no que se refere à ocupação, provocou a ocorrência de protestos e manifestações com maior frequência. Era o início da revolta palestina, a Intifada, na qual jovens armados com pedras lutavam contra o exército de Israel. Paralelamente a isso, os trabalhadores palestinos iniciaram greves e boicotes contra os patrões israelenses. Durante o período da Intifada, mais de 1500 palestinos morreram e milhares ficaram feridos. Além disso, universidades, escolas e locais esportivos foram fechados, e casas palestinas destruídas. A

¹⁸⁰ Acordo celebrado em Camp David (Maryland – EUA) entre Egito e Israel patrocinado pelo então presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, que precede o Tratado de Paz entre os dois países oficialmente firmado no ano seguinte, e também traz propostas de encaminhamento para o conflito israelo-palestino.

Intifada só chega ao final com a assinatura dos Acordos de Oslo em 1993. Vale lembrar que o grupo *Hamas* aparece no cenário político palestino nesse momento, mais precisamente no ano de 1988.

Em 1991, em meio à Guerra do Golfo, os Estados Unidos pretendiam conseguir apoio dos países árabes contra Saddam Hussein, e para tanto se utilizaram de seu aliado na região, Israel. Este deveria aceitar sentar-se à mesa de negociação com os palestinos participando da conferência de paz de Madrid. Seria o primeiro passo de uma série de negociações, que por algum tempo pareceu ser uma tentativa verdadeira de se chegar à paz.

Em setembro de 1993, após discussões secretas entre israelenses e palestinos, é assinado na Noruega, sob o patrocínio dos Estados Unidos, o Acordo de Oslo I. A memorável imagem do aperto de mão entre o primeiro ministro israelense Itzhak Rabin do Partido Trabalhista e o líder palestino Yasser Arafat selou o reconhecimento mútuo: por parte dos palestinos, o direito à existência do Estado de Israel, e por parte dos israelenses, o reconhecimento da OLP como legítima representante do povo palestino e da necessidade da criação de seu próprio Estado.

Em 1994, Yasser Arafat volta do exílio e forma um governo autônomo, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) que passa a controlar algumas cidades na Cisjordânia no que diz respeito à fiscalização, serviços sociais e saúde. No mesmo ano a Jordânia passa a ser o segundo país a assinar um tratado de paz com Israel. Esse tratado resolve questões importantes sobre a água, uma vez que garante uma divisão equitativa das águas dos rios Jordão e Yarmouk para os dois países, além de resolver a questão da definição de seus limites.

É interessante perceber entre Israel e Jordânia a aceitação do outro como ator no conflito, o que é o ponto inicial para a solução deste. O mesmo não ocorreu com Síria e Líbano que não participaram do acordo, pois a importância das águas da bacia do rio Jordão para esses países é bastante reduzida e um acordo com Israel apenas beneficiaria a este,

desgastando a imagem dos dois países junto à comunidade árabe. Israel não tinha a necessidade de reconhecer os dois países como atores no conflito por água, pois havia conquistado e anexado as Colinas de Golã, e já controlava boa parte das fontes do rio Jordão. Fica claro nessa situação que Israel e Jordânia (ambos os lados), apesar de supostas divergências, agiram de acordo com seus interesses deixando de lado as tensões entre israelenses e palestinos ou outros Estados árabes, ratificando assim as teorias realistas que tentam explicar as relações entre os Estados.

Esse período ficou marcado por profundas alterações territoriais, e consequentemente grande interferência israelense no que diz respeito aos recursos hídricos palestinos. Israel atinge um de seus objetivos quando da constituição de seu Estado ao controlar regiões estratégicas sob alegação de segurança militar, que, no entanto, nos faz acreditar em uma necessidade de segurança hídrica, uma vez que os territórios em questão, talvez com exceção de Gaza, são importantes fontes de recursos hídricos. É marcado também por mudanças em relação à exploração e uso da água nos Territórios Ocupados, sobretudo a partir das promulgações das Ordens Militares.

4.3. Terceiro Período – A Água nos Acordos de Paz

No ano de 1995, a ANP e Israel assinaram em Washington o chamado Acordo de Oslo II que prevê a extensão da autonomia palestina na Cisjordânia e criou as zonas de autonomia diferenciadas¹⁸¹. Esse acordo, entre outras questões, se refere aos recursos hídricos com um nível de detalhamento inédito. O tema aparece no artigo 40 do Protocolo de assuntos Cíveis, e é visto por israelenses como um grande avanço nas discussões sobre o tema. De fato, nesse acordo, a ANP passaria a ter uma maior influência nos assuntos relativos à água, pois a

¹⁸¹ Discutido no capítulo 2.

proposta era de cooperação no desenvolvimento de projetos e de fiscalização conjunta no tocante aos recursos hídricos. Israel reconhece os direitos dos palestinos à água na Cisjordânia e ambos os lados se comprometem conjuntamente a não degradarem os recursos. Não se discute a questão da soberania sobre os recursos hídricos e sim as responsabilidades de cada lado sobre sua preservação. Ou seja, não altera o *status quo* do acesso, distribuição e uso da água, apenas permite um pequeno aumento na utilização dos recursos hídricos pelos palestinos.

O artigo 40 previa que Israel fornecesse uma quantidade adicional de água durante os cinco anos em que o acordo teve o caráter provisório, no valor entre 70 e 80 mmc/ano. No entanto, uma das condições básicas era que o montante de água destinado ao consumo de Israel não fosse reduzido, ou seja, esse adicional de água deveria ser retirado de fontes ainda não exploradas tais como as do Aquífero de Leste ou de outras fontes na Cisjordânia em que ambos os lados estivessem de acordo¹⁸². Oslo II também previa que Israel repassasse à Autoridade Nacional Palestina o sistema de abastecimento de água, já bastante deteriorado, o que ocorreu sem que Israel fosse responsabilizado por isso e houvesse algum tipo de reparação.¹⁸³

Embora Israel reconheça os direitos de ribeirinhos dos palestinos e, portanto, seus direitos às águas da bacia do Jordão, afirma que esses direitos serão negociados apenas nos acordos finais. Diante disso surge a questão: como entender que os palestinos tenham direitos de países ribeirinhos se nem sequer possuem um Estado?

É criada a *Joint Water Commitee* (JWC)¹⁸⁴, órgão encarregado em lidar com os novos projetos acerca da água e saneamento básico na Cisjordânia, composto por um número

¹⁸² Disponível em:

<http://www.btselem.org/English/Publications/Summaries/200007_Thirsty_for_a_Solution.asp>. Acesso em: fev. 2010.

¹⁸³ Disponível em: <http://www.btselem.org/English/Publications/Summaries/199809_Disputed_Waters.asp>. Acesso em: fev. 2010.

¹⁸⁴ Comitê Conjunto para as Águas. Tradução livre do autor.

igual de representantes de ambos os lados, no qual todas as decisões são tomadas por consenso do grupo. Quando não existe o consenso, não há um mecanismo que resolva a questão, por isso Israel pode vetar qualquer projeto que possa ser de seu desagrado, o que, de certa forma, pode travar a atuação dessa instituição. Além disso, o JWC, desde 2000, pouco tem trabalhado. É um grupo de trabalho que tem suas negociações semi-congeladas, atuando apenas em situações mais graves onde há reais riscos de deterioração dos recursos¹⁸⁵.

Ainda em 1995, como resultado desse processo de reconhecimento mútuo, foi criada a *Palestinian Water Authority* (PWA)¹⁸⁶, com a função de regular e gerenciar todos os recursos hídricos nos territórios palestinos. Porém, esse organismo não tem força regulatória e nem autoridade legal, fazendo com que, na prática, o Estado de Israel continue a controlar os recursos hídricos nos Territórios Ocupados. Percebe-se assim a assimetria entre o poder dos organismos que controlam a água de ambos os lados.

Essas negociações têm caráter, de certa forma, provisório, transferindo todas as discussões mais definitivas sobre o tema para as negociações finais, em um possível futuro acordo de paz que contemple todos os pontos do conflito. Isso significa dizer que Israel reconhece os direitos palestinos no que tange aos recursos hídricos, porém não os identifica. Assim, ao não identificar, não possibilita que esses direitos se concretizem.

Em 1996 é assinado outro acordo, agora entre Israel, Jordânia e a ANP, a Declaração de Princípios para a Cooperação Entre os Principais Signatários Sobre as Questões Referentes à Água, e Águas Novas e Adicionais (Declaração de Princípios para Cooperação), reconhecendo a situação de escassez hídrica na região e se comprometendo a realizar medidas de cooperação para minimizar a situação (CIVIC, s/d).

¹⁸⁵ Informação pessoal: Daibes, Fadia The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 02 fev. 2009.

¹⁸⁶ Autoridade Palestina da Água. Tradução livre do autor.

No entanto, esses acordos, após mais de quarenta anos de ocupação, não discutem as responsabilidades de Israel em relação à situação palestina de escassez, e à falta de infraestrutura para a água.

Dessa forma é possível perceber que institucionalmente a situação é confusa, pois as decisões acerca dos recursos hídricos nos Territórios Ocupados, num primeiro momento, após 1967, eram tomadas pelo exército israelense (Ordens Militares). Porém com a série de acordos firmados entre as partes há um reconhecimento por parte de Israel das necessidades da população palestina, com a criação das instituições mais importantes nesse contexto, a PWA e a JWC. No entanto, sem atuações efetivas, essas instituições não refletem na prática o significado político que teve a criação de ambas.

O fato é que esses acordos não alteraram em praticamente nada a situação de *stress* hídrico em que vive o povo palestino. Não estava em discussão uma divisão mais justa dos recursos hídricos, portanto Israel manteria seu nível de consumo dentro e fora dos Territórios Ocupados. E os palestinos teriam que extrair um montante adicional de água de uma das fontes da Cisjordânia, o aquífero de Leste.

Pela perspectiva da necessidade de água do povo palestino, a única vantagem desse acordo foi considerar a necessidade de um aumento no suprimento de água em 10% do total, o que equivaleria a um aumento de 28,6 mmc/ano. Mas em junho de 2000 apenas 16 mmc/ano¹⁸⁷, pouco mais da metade desejada, havia sido de fato acrescido ao consumo palestino.

Também por esse acordo, Israel reconhece que a Cisjordânia e a Faixa de Gaza compreendem uma unidade territorial. No entanto, em relação aos recursos de água, a Faixa de Gaza teria que consumir apenas a água retirada do aquífero de Gaza, em seus limites, não sendo permitido que recebessem água da Cisjordânia. Dessa forma, nada se alteraria nas

¹⁸⁷ Informação pessoal: Daibes, Fadia The Palestinian Water Crisis: History, Politics and Legal Status. Mensagem recebida por <fdm.palestine@dca.dk> em 18 jan. 2009.

condições hídricas de Gaza, uma vez que teriam que continuar superexplorando seu já salobro aquífero devido à grande população que vive nessa parte do território.

Pode-se concluir então que o Acordo de Oslo II pouco alterou a situação dos Territórios Ocupados em relação à água, pois Israel continuou a controlar, mesmo que indiretamente, mas de forma muito severa, os recursos hídricos da região. O controle passado aos palestinos de um sistema de distribuição de água bastante deteriorado, mantém a ANP dependente da *Mekorot* e não responsabiliza Israel pelos problemas ocasionados aos palestinos.

De certa forma, a partir do paradigma realista, é possível interpretar essas tentativas de acordo de paz como uma busca pelo, nas palavras de Morgenthau, “mal menor, em vez do bem absoluto” (2003, p. 4). O Estado de Israel cedeu em relação aos palestinos, concordando que possuíam direitos aos recursos hídricos. No entanto é um recuo calculado, necessário, baseado na conjuntura daquele momento, onde havia grande pressão internacional para que árabes e israelenses chegassem a um acordo, porém de forma que não causasse maiores riscos à segurança hídrica do Estado de Israel, uma vez que, como ator preponderante na bacia do rio Jordão, devido entre outros fatores à sua localização, seu poderio econômico e militar, além de sua aliança com as potências ocidentais, poderia ceder sem perder o controle dos recursos hídricos, o que de fato ocorreu.

O assassinato do então Primeiro Ministro de Israel Yitzhak Rabin em novembro de 1995 abalou o processo de paz, e na esteira de novos atentados contra alvos judeus, Benyamin Netanyahu do Likud¹⁸⁸ é eleito, interrompendo as conversações para a paz e fazendo um caminho oposto, à medida em que estimulava a criação de novas colônias judaicas em territórios palestinos.

¹⁸⁸ Likud é um dos grandes partidos políticos israelenses, sendo considerado à direita no espectro político. Está tradicionalmente vinculado a propostas tais como a manutenção dos Territórios Ocupados e é refratário à ideia de criação de um Estado palestino em Gaza e Cisjordânia.

Em 1999 o trabalhista¹⁸⁹ Ehud Barak chega ao poder e retoma as negociações. A situação dos palestinos vinha se deteriorando cada vez mais: havia humilhações nos *check points*¹⁹⁰; o confisco de terras e a expansão das colônias continuavam; e todos os grandes temas da negociação estavam em suspenso. O momento mais importante de seu governo foi a reunião de cúpula de Camp David (11 a 25 de julho de 2000) com os então presidentes da ANP, Yasser Arafat, e dos Estados Unidos, Bill Clinton. Os líderes tentaram discutir assuntos bastante delicados como o prazo para a conclusão do processo de paz e a formação do Estado palestino para 13 de setembro do mesmo ano. Esse encontro ficou conhecido mundialmente como o momento em que Arafat “perdeu” a melhor oportunidade de sua vida de fundar um Estado palestino. O que a imprensa mundial veiculou de forma equivocada foi a intransigência palestina, atribuindo a ela o fracasso das negociações. Além disso, a proposta israelense foi considerada por muitos como “generosa”, inclusive pelos mediadores, os Estados Unidos.

Porém, quando se analisa essa proposta, percebe-se que era “uma visão de paz imposta pelo mais forte” (Gresh, 2001, p. 1), pois propunha um Estado palestino menor e com fronteiras diferentes daquelas que a Resolução 242 conclama. Israel anexaria 9,5% da Cisjordânia e alugaria, a “longo prazo”, 10% do território na margem ocidental do rio Jordão, além disso, um “corredor” ligaria Jerusalém às margens desse rio. Dessa forma, Israel controlaria todas as fronteiras do Estado palestino (Mapa 23). Embora outro tema importante, tal como a questão dos refugiados, não tenha sido mencionado nessa proposta, é válido lembrar que pela primeira vez foi discutido, embora superficialmente, o *status* de Jerusalém, o que pode ser considerado um grande avanço nas negociações de paz, pois Israel dessa forma reconhece o direito palestino ao controle da parte leste da cidade.

¹⁸⁹ O Partido Trabalhista israelense também é um dos grandes partidos políticos israelenses sendo considerado de centro esquerda, fundado por várias lideranças socialistas e sionistas que fundaram o Estado de Israel.

¹⁹⁰ Postos de controle israelenses (militares) na Cisjordânia, justificados por Israel como questão de segurança, nos quais os palestinos são obrigados a se identificar e são revistados, sem a garantia, mesmo que sem motivos justificáveis, de seguirem sua viagem.

Mapa 23. Propostas Israelenses em Camp David - 2000

Fonte: <http://mondediplo.com/maps/mappingtheconflict200109>. Acesso em novembro de 2004.

O que chama a atenção é a proposta de controle da margem do rio Jordão e consequentemente o controle de toda a bacia no seu lado ocidental, além do corredor que permitiria o acesso do Estado israelense às margens do rio. Também chama a atenção o fato de que muitos analistas tenham discordado de Arafat por não ter aceitado a proposta de devolução de 95% e até 97% da Cisjordânia. Gresh (2001, p. 1) afirma que em nenhum outro momento foi proposto mais que 91% de volta para os palestinos. Embora possa ser uma diferença considerável, esses valores refletem a intenção de Israel de não devolver integralmente a Cisjordânia criando, assim, um Estado palestino fragmentado, sem autonomia, sem controle de suas fronteiras e de parte dos recursos hídricos que teriam direito¹⁹¹.

Entra na discussão nesse momento a viabilidade de todas essas propostas. Como poderia o Estado palestino sobreviver sem o controle efetivo da distribuição da água, sem o acesso à água do baixo Jordão, sem o controle de suas fronteiras e sem uma contiguidade territorial, uma vez que seria cortado por um corredor israelense? Haveria a possibilidade de se chegar a um acordo de paz sem que um dos dois lados tivesse o controle, ao menos parcial, dos recursos hídricos? Haveria a possibilidade de um controle conjunto desses recursos mesmo sem um acordo de paz formalizado?

Ao que parece a proposta israelense tinha entre seus interesses, atribuir o fracasso da paz à ANP e a Yasser Arafat, colocando-o contra a opinião pública mundial e eximindo Israel desses fracassos.

A partir desse momento, ambos os lados, alegando a indisposição do outro, buscaram formas menos diplomáticas de defender seu ponto de vista. O Likud volta ao poder em 2001 com Ariel Sharon após a visita à Esplanada das Mesquitas, em 2000, na Cidade Velha em Jerusalém Oriental, o que resultou no início da segunda Intifada.

¹⁹¹ Certa vez, de forma muito inteligente, Arafat justificou sua recusa à proposta com a explicação de que em um presídio talvez 95% possa ser espaço dos detentos. Porém os guardas controlam todo o presídio com os 5% restantes.

O novo governo endurece o discurso contra os palestinos e se opõe a qualquer negociação de paz enquanto perdurarem os ataques a alvos israelenses. Começa a construção do muro que tem para os israelenses a justificativa de protegê-los contra ataques palestinos, e para esses é uma nova forma de anexação, uma vez que o traçado do muro não respeita a linha verde, ou seja, os limites do Estado palestino antes de 1967, exigido pela declaração 242 da ONU. O muro adentra o território palestino com a justificativa de proteger alguns assentamentos, mas, no entanto, palestinos afirmam que as melhores terras agriculturáveis e fontes de água estão ficando do lado israelense do muro (Mapa 5)¹⁹².

Os grupos palestinos por sua vez também endurecem suas posições e passam a atacar Israel com frequência, criando uma espiral de violência, em que o observador desavisado não saberá apontar o início e, portanto, fortalecendo a ideia que os dois lados devem ceder para que a paz seja alcançada. Porém, os palestinos não têm muito o que ceder. Torna-se imprescindível retomarem o controle de suas terras e de todos os recursos de seu território, para que possam recuperar sua dignidade, fazendo com que aqueles que lutam por intermédio de ataques suicidas e desesperados – jovens que são facilmente convencidos a praticar tais atos, devido à absoluta falta de perspectivas em seu futuro – possam deixar de agir dessa forma e, a partir desse momento, levarem uma vida em paz e, dentro do possível, conviverem com os israelenses de forma que não se agridam mutuamente.

Em 2002, o então Primeiro Ministro de Israel, Ariel Sharon, ameaçou o Líbano com ações militares caso seguissem desviando água do rio Hasbani. O Líbano alegava a necessidade de aumentar o suprimento de água para o sul do país para dar sequência ao projeto de reconstrução e desenvolvimento após a retirada israelense da região. Vale lembrar a importância do rio Hasbani como uma das três mais importantes fontes que alimentam o rio Jordão. Para o Líbano essas fontes não representam muito em sua disponibilidade hídrica

¹⁹² Mapa 5 – A Construção do Muro e os Recursos Hídricos. Capítulo 1, p. 56.

total, o que já não se pode afirmar em relação a Israel. O Líbano, como é possível observar na tabela 5, possui razoável disponibilidade hídrica se comparado aos demais países da região¹⁹³, o que poderia fazer dele um exportador de água para países vizinhos e até mesmo para Israel. Contudo, a situação política entre ambos e, principalmente entre Israel e Síria, país ainda com relativa influência na política libanesa, não possibilita ações como essa.

Também em 2002 a Autoridade Nacional Palestina, sete anos após a assinatura do Acordo de Oslo II, promulgou sua Lei da água tornando a *Palestinian Water Authority* (PWA) a agência reguladora dos recursos hídricos. Há certa discrepância entre a lei e a realidade de acesso e utilização destes recursos nos Territórios Ocupados. Elaborada com a assessoria de órgãos internacionais e baseada em leis vigentes em outros países, apoiadas em estruturas estatais consolidadas, não levou em consideração a forma como se organiza o controle da água nos Territórios Ocupados. O gerenciamento dos recursos hídricos segue sendo descentralizado, com a israelense *Mekorot* cuidando de parte da distribuição, com as prefeituras também responsáveis pela rede de distribuição e proprietários de poços abastecendo de água parte dos agricultores.

A situação de escassez hídrica em que os palestinos se encontram é resultado de décadas de políticas israelenses que não levaram em consideração as necessidades do povo palestino no que diz respeito ao uso de água doméstico e nos meios de produção, e também de tentativas frustradas de negociações que não lograram resolver essas questões. No entanto, o tema dos recursos hídricos tem aparecido com frequência nas pautas de negociações desde a retomada das conversações acerca do processo de paz.

Em 2005 o governo Ariel Sharon em uma medida unilateral determinou o desmantelamento das colônias judaicas na Faixa de Gaza, passando o território para o controle da ANP. Porém esse controle é parcial uma vez que Israel segue controlando as

¹⁹³ Vale lembrar que o Líbano possui uma disponibilidade hídrica de 1 261 m³/ano/*per capita*.

fronteiras, os espaços aéreos e marítimos da região. Uma das leituras possíveis dessa ação nos remete à questão da água. O aquífero de Gaza vem sofrendo um processo de salinização, o que torna a região desinteressante para Israel, pois não tendo maiores ligações históricas com a região, estando em paz com o Egito, e agora com os recursos hídricos se tornando escassos ou impróprios, a saída de Gaza pode querer demonstrar à opinião pública mundial uma boa vontade de Israel no processo de paz.

Em novembro de 2007, exatamente quarenta anos após a ocupação da Cisjordânia, Golã e Gaza, ocorreu uma importante conferência em Annapolis nos Estados Unidos, na qual os recursos hídricos figuravam entre os cinco pontos de grande importância a serem discutidos.

Outro momento importante foi a retomada das negociações entre israelenses e sírios, anunciada em meados de 2008, mediada pela Turquia, para a devolução das colinas de Golã em troca do comprometimento sírio em não financiar grupos considerados terroristas por Israel, tais como o *Hamas* e o *Hezbollah*, na tentativa de isolar o Irã, atual preocupação de Israel. Caso venha a se concretizar será uma difícil concessão por parte de Israel, que deixará de controlar uma região hidroestratégica, além dos milhares de colonos que atualmente lá vivem. Além disso, setores conservadores da sociedade israelense acusaram naquele momento o então premiê Ehud Olmert de tentar desviar o foco dos problemas internos que seu governo enfrentava, criando uma situação nova, que embora desagradasse tais setores, agradava aqueles que acreditam que há uma solução negociada para as crises na região.

Independentemente de obterem ou não resultados efetivos, o fato dessas tentativas colocarem a água como um elemento chave para que se alcance uma solução para o conflito, pode ser considerado um grande avanço, e corrobora a tese de que os recursos hídricos são elementos centrais nessa questão.

Em outubro de 2009, um relatório publicado pela Anistia Internacional acusou o governo israelense de dificultar o acesso dos palestinos aos recursos hídricos e de agir discriminatoriamente, garantindo água para os colonos e não permitindo que os palestinos desenvolvessem uma infraestrutura efetiva de distribuição desse recurso.¹⁹⁴ O governo israelense desmente afirmando garantir o montante de água estipulado no Acordo de Oslo II, e que a culpa pelas falhas no abastecimento palestino é da própria ANP que não seria capaz de garantir esse abastecimento¹⁹⁵.

No entanto, no tocante à água, as ações de Israel nos Territórios Ocupados parecem caminhar em outra direção. Segundo Brichs (2002), as políticas israelenses para Gaza e Cisjordânia se pautam pela falta de investimentos e pela criação de obstáculos. Entre outras dificuldades criadas por Israel, cita uma situação na qual o campo de refugiado de Dahaysha, perto de Belém, conseguiu ajuda internacional para construir uma rede de esgoto, mas que não foi autorizada pelas autoridades israelenses; ou quando também impediram que as águas de uma fonte usada pela vila de Ayn al Dyuk, na porção leste da Cisjordânia, fossem canalizadas, uma vez que apenas 15% da população tinha acesso à água potável, o que causava problemas de saúde tais como um alto índice de paralisia infantil. (BELLISARI¹⁹⁶, 1994, p. 57-59, apud BRICHES, 2002, p. 342).

Se apenas nos ativermos à questão da água as perguntas que surgem são: a) qual a viabilidade de um Estado palestino onde os habitantes não tenham o acesso desejado nem o controle da exploração, distribuição e preços da água, e que a interferência de Israel nessa questão possa causar uma ruptura territorial? b) qual a possibilidade de existência de Israel, em uma situação pouco provável, em que um Estado palestino controle completamente

¹⁹⁴ Relatório da Anistia Internacional – “*Israel rations Palestinians to trickle of water*”, 27 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/news-and-updates/report/israel-rations-palestinians-trickle-water-20091027>>. Acesso em: nov. 2009.

¹⁹⁵ Haaretz – “*Amnesty International: Israel curbing water to Palestinians*”, 27 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.haaretz.com>>. Acesso em: nov. 2009.

¹⁹⁶ BELLISARI, A. Public health and the water crisis in the Occupied Palestinian Territories. **Journal of Palestine Studies**, n. XXIII, v. 2, 1994.

seus recursos hídricos, privando-o assim de boa parte da água que consome? c) existe alguma possibilidade de um gerenciamento conjunto entre os dois governos, possibilitando a repartição igualitária dos recursos hídricos? Essa pergunta, embora pareça ser a opção da maioria dos habitantes, esbarra em outra questão que é a real disponibilidade de água na região, obrigando, assim, os dois povos a utilizar a água de maneira racional e/ou utilizar a tecnologia da dessalinização, o que demanda recursos financeiros, e talvez tenha que ser financiada pelos países que se disponham a contribuir para o processo de paz. O que para os palestinos seria um avanço, levando-se em conta sua condição atual, para os israelenses seria um retrocesso, pois acarretaria na perda de qualidade de vida, digna dos países desenvolvidos sem problemas relacionados à água, porém numa das regiões mais secas do planeta. d) seria viável a existência de um Estado binacional e haveria uma distribuição igualitária dos recursos hídricos entre todos os cidadãos independentemente de questões étnicas ou socioeconômicas? Em relação a essa última pergunta, os defensores da proposta acreditam que, os aproximadamente seis bilhões de dólares enviados anualmente pelos Estados Unidos a Israel, cuja metade, aproximadamente, é em armamentos com a alegação de garantir a paz ao Estado judeu¹⁹⁷, poderiam servir como investimento em tecnologia e na ampliação das usinas de dessalinização já existentes na região (Mapa 24).

¹⁹⁷ Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/07/358063.shtml>> e <http://www.wrmea.com/html/us_aid_to_israel.htm>. Acesso em: fev. 2009.

MAPA 24. Usinas de Dessalinização

Fonte: Palestinian National Authority – Ministry of Planning. Disponível em: <<http://www.mop.gov.ps/>>. Acesso em: nov. 2009.

A ideia é que se o Ocidente deseja contribuir para a paz na região, poderia ser em fomento à cooperação e não ao militarismo. Assim, não mais dependente apenas das águas doces, superficial e subterrânea, o novo Estado, a partir da tecnologia da dessalinização, teria uma possibilidade mais ampla de garantir aos seus cidadãos acesso à água.

O terceiro período é marcado por importantes transformações institucionais nas relações entre palestinos e israelenses em vários aspectos, e também em relação ao controle, uso e exploração dos recursos hídricos. Essas transformações trouxeram uma nova organização jurídico-institucional que permeia as relações entre o Estado de Israel e a ANP. É o momento que, ao menos em tese, a partir do reconhecimento mútuo e, consequentemente do reconhecimento ao direito de existência, do direito aos recursos hídricos, os dois lados mais se aproximam de uma negociação final envolvendo a água e os outros pontos de extrema importância para a resolução do conflito. No entanto, esses entendimentos têm esbarrado em discussões que, de acordo com nosso ponto de vista, são de difícil solução. A região em questão possui uma disponibilidade hídrica que não permite que sua população – e aí entendemos as populações palestina e israelense, supondo como forma de convivência pacífica a existência de dois Estados – utilize os recursos de maneira não controlada e viva em uma situação de conforto hídrico, o que não reflete a realidade da região.

Reafirmamos a importância da discussão acerca do papel da água nos conflitos e nas tentativas de se chegar a um acordo de paz com o intuito de demonstrar que a água foi elemento central nas discussões e nas tensões que, desde o período entre guerras, existem entre palestinos e israelenses, e que vem sendo e seguirá sendo um ponto nevrálgico em toda essa complexa situação na região.

Os primeiros acordos de paz a partir da década de noventa indicam não só uma vontade, mas também uma necessidade de se colocar um ponto final em tantos anos de violência. A situação econômica do povo e da autoridade palestina é lastimável, mas Israel também vem encontrando dificuldades econômicas em tempos recentes. Porém, os acordos esbarram em pontos cruciais de toda ordem: econômicos, políticos, geoestratégicos, e até mesmo religiosos. Embora grande parte das populações israelense e palestina seja favorável a um acordo de paz, há um contingente considerável em ambos os lados que é radicalmente contra. Em Israel são os colonos, os judeus ortodoxos e a direita na esfera política. Entre os palestinos são os grupos mais radicais, como o *Hamas*, que recusam reconhecer o Estado de Israel. Esses grupos possuem uma força muito grande dentro de suas respectivas sociedades.

A água pode ser um elemento de tensão entre os dois povos, mas também pode ser o ponto de partida para uma paz duradoura. É uma necessidade humana básica e como tal deve ser encarada como uma questão de direitos humanos. O consumo doméstico, ou seja, as necessidades básicas de um povo, devem ter prioridade sobre o setor produtivo do outro. Segundo Feitelson (2002), essa postura vem se difundindo a partir dos técnicos, inclusive de dentro do governo israelense e ganhando a opinião pública.

Vale destacar que a comunidade internacional deve desempenhar importante papel nas negociações de paz. Além de contribuir com recursos financeiros para projetos como a dessalinização, é fundamental que existam mediadores politicamente fortes que contribuam para o estabelecimento de instituições, sobretudo do lado palestino, com capacidade real de gerenciamento dos recursos e que facilitem o caminho para a cooperação.

Considerações Finais

O conflito israelo-palestino perdura por mais de oitenta anos se levarmos em conta que o Mandato Britânico na Palestina tem início em 1922, e é efetivamente uma disputa por territórios e seus recursos. Na região, desprovida de riquezas como o petróleo, tão abundante em outras partes do Oriente Médio, o recurso mais valioso é a água. Dessa forma concluímos que os recursos hídricos são um dos principais motivos dessa disputa territorial e um dos temas centrais nessa questão, inclusive no que diz respeito às discussões de paz. Essa conclusão nos coloca a necessidade de discutir o meio ambiente a partir da perspectiva da segurança dos Estados ou do sistema internacional.

Diante do que foi possível observar ao longo da pesquisa podemos reafirmar nossa hipótese de que a constituição do Estado de Israel e de um possível Estado palestino é fortemente pautada pela questão da segurança nacional e tal segurança tem entre seus elementos preponderantes a questão dos recursos hídricos. A análise de documentos e da bibliografia nos confirma a preocupação com os recursos hídricos na maioria das decisões relativas aos limites territoriais desde as reivindicações do movimento sionista e a resistência palestina até os acordos de Oslo II e seus desdobramentos atuais, passando pelas guerras – sobretudo a de 1967, a qual consideramos ter um de seus motivos centrais a disputa estratégica pelos recursos hídricos – e acordos, reforçando assim a importância das noções de segurança ambiental e de soberania hídrica discutidas nesse trabalho, colocando a água como um dos pontos centrais para uma possível resolução do conflito.

A busca por segurança deve levar em conta os impactos ambientais causados pelo homem. Nesse contexto surge a preocupação com a segurança ambiental, que nos faz pensar na necessidade de uma segurança hídrica, ou seja, políticas estatais e interestatais que garantam direitos ou mesmo privilégios a certas populações em relação aos recursos hídricos.

A busca pela garantia de abastecimento, necessária para a manutenção do bom funcionamento de uma sociedade, busca também, entre outras coisas, evitar que uma situação de escassez possa gerar distúrbios. Para tanto, um Estado deve apresentar seus anseios, baseado em acordos internacionais, ou impô-los pelo poderio político-militar. A partir de um debate analisando a possibilidade da existência de conflitos por conta dos recursos hídricos, concluímos que a água é definitivamente um elemento com grande potencial no acirramento de conflitos, ou até mesmo um elemento central. No entanto, não é possível afirmar que seja causadora isoladamente de algum conflito, os quais em geral, podem possuir vários motivos, alguns centrais, outros periféricos.

O conflito israelo-palestino é, inegavelmente, um conflito com certas particularidades e bastante complexo. Isso fica claro ao notarmos que a disputa territorial acontece entre dois povos, um deles, atualmente contando com uma organização estatal plena e o outro de forma embrionária, ou seja, entre um Estado constituído e um povo tentando constituir o seu. Não se caracterizaria como uma guerra convencional, pois não há uma disputa entre dois exércitos regulares. No entanto, não se pode considerar uma guerra civil ou mesmo separatista, pois há uma ocupação, não aceita oficialmente e condenada pela comunidade internacional, e não há reivindicações de qualquer ordem por parte da população palestina, a não ser, constituir-se como Estado ou ser parte de um de maneira plena. Dessa forma, em nenhum momento os palestinos se sentiram, ou foram considerados pelos israelenses, parte da população do Estado de Israel.

A possível paz e a criação de um Estado palestino esbarram em alguns pontos de difícil solução, como os assentamentos judaicos, os refugiados, o *status* de Jerusalém, a definição dos limites do território palestino, a autonomia e soberania de seu governo e também a questão da água, que embora não seja muito divulgada para a comunidade internacional, como são os outros pontos, é um fator de extrema importância para a

formulação de um acordo, uma vez que é absolutamente inviável a existência de um Estado sem o controle de seus recursos hídricos. Por outro lado, uma gestão conjunta e um consumo igualitário, seja com a solução dos dois Estados, seja com a proposta de um Estado binacional, também significarão um *stress* hídrico para os dois povos e, conseqüentemente, privações para os cidadãos israelenses acostumados com certo conforto hídrico, em uma terra onde a água não é abundante. A menos que a proposta de um investimento ocidental na dessalinização para garantir a segurança hídrica de ambos os povos se torne realidade, o que dependeria de inúmeros esforços políticos e diplomáticos.

No entanto, o que de fato ocorre no momento é um controle e um uso desproporcional das águas na região entre os dois povos, inclusive nas águas que estão dentro dos Territórios Ocupados da Palestina, que teoricamente, ou até mesmo de acordo com as resoluções da ONU ou convenções internacionais, são de direito exclusivo dos palestinos. Foi possível verificar a precariedade em termos de quantidade e qualidade da água consumida pelos palestinos, sobretudo quando comparada com a disponibilidade de água que os cidadãos israelenses residentes em Israel e nos Territórios Ocupados têm. Essa precariedade abala de forma inquestionável a economia palestina, assim como traz problemas ao cotidiano desse povo.

Essa situação é decorrente, a nosso ver, do jogo geopolítico disputado pelas potências estrangeiras na região desde a década de 1920 até a atualidade, em busca de seus interesses, e também entre os povos locais, visando cada lado, palestinos e israelitas, à constituição de um Estado, com forte preocupação em relação aos recursos hídricos no que diz respeito às reivindicações sionistas e árabes, os planos e acordos para a água no período, e também das políticas públicas para os recursos hídricos adotadas pelo Estado de Israel desde sua fundação.

Esses problemas vêm sendo discutidos nos últimos acordos e nenhum dos dois lados nega a importância desse debate. No entanto observa-se que é dada uma maior atenção a temas tais como o que se convencionou chamar de “terror” em detrimento de pontos que definitivamente vão ao centro da questão da coexistência de dois Estados na região, ou de ambos os povos em um único Estado. Nas negociações de paz se discute o tema da segurança, no entanto esse termo possui até hoje, no senso comum, um caráter militar. O que deve ficar claro é que o meio ambiente pode ser um elemento a mais nas discussões acerca da segurança internacional e dos Estados. E a água, particularmente no Oriente Médio, em Israel e nos Territórios Ocupados da Palestina, desempenha esse papel. Entretanto, apesar do reconhecimento da importância desse tema, do reconhecimento do direito palestino aos recursos hídricos por parte de Israel, esses acordos, na prática, não trouxeram grandes melhorias para a dramática situação do povo palestino no que diz respeito ao acesso à água.

As discussões territoriais e a viabilidade de um Estado palestino passam necessariamente por acordos acerca dos recursos hídricos. E acordos que definitivamente tragam alguma equidade e justiça na gestão e consumo de água, e que não sejam postergados para discussões em negociações futuras. Sem a condição básica da soberania sobre recursos naturais e sociais, se torna inviável a criação do Estado palestino.

Porém, neste momento, acreditamos ser imprescindível a presença da comunidade internacional nas mesas de discussões, devido às tensões afloradas em ambos os lados. Apenas a presença de mediadores internacionais com suficiente peso político poderia trazer certo equilíbrio à região, fomentando, em ambos os lados, o surgimento de instituições que trabalhem conjuntamente e de maneira efetiva na proposição de políticas de conservação dos ecossistemas e consequentemente dos recursos hídricos, além do gerenciamento de bacias hidrográficas e do compartilhamento de informações e tecnologia, garantindo assim o abastecimento de água para os dois povos na região.

Dessa forma, o mundo terá a possibilidade de assistir a um feito histórico, uma grande obra política, a pacificação de uma das mais belas e importantes regiões do mundo, sob os mais variados pontos de vista.

REFERÊNCIAS

- ALLAN, T. **Israel and water in the framework of the Arab-Israeli conflict**. Occasional Paper 15, SOAS Water IssuesGroup: 11. [Paper given at the Conference on *Water and the Arab-Israeli conflict* at the Center of Law at Bir Zeit University – 29 April – 1 May 1999] Disponível em: <www.soas.ac.uk/waterissues/papers/file38358.pdf>. Acesso em: jul. 2009.
- AHARONI, Y. **The Land of the Bible**, 2ª ed. Philadelphia: Westminster Press, 1979.
- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996 . p.213-220.
- ARON, R. **Os últimos anos do século**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 262 p.
- ARON, R. **Estudos Políticos**. 2ª ed. Brasília: Unb, 1985. 562 p.
- ATTILI, Shaddad. **Israel and Palestine: Legal and Policy Aspects of the Current and Future Joint Management of the Shared Water Resources**. Disponível em: <http://www.nad-plo.org/nego/permanet/water/related/Shared%20water.pdf>>. Acesso em: mar. 2010.
- BECKER, B. Inserção da Amazônia na Geopolítica da água. In: ARAGÓN, L E.; CLÜSENER-GODT, M. (Org.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003. p. 273-297
- BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.
- BOBBIO, N. **Três ensaios sobre a democracia**. São Paulo: Cardim&Alario, 1991.
- BOFF, L. Água: vida ou mercadoria? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 de fev. 2004, Colunas, Brasil.

BRICHS, Ferrán Izquierdo. **Guerra y Agua: objetivos y actitudes de los actores en El conflicto por Palestina** 2002. 563 f. Tesis Doctoral – Departamento de Derecho Público y Ciencias Histórico-Jurídicas, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2002.

BROOKS, D. B. Economics, Ecology and Equity: Lessons from the Energy Crisis in Managing Water Shared by Israel and Palestinianans. In: ISAAC, J; SHUVAL, H. (Eds.): Water and Peace in the Middle East. **Studies in Environmental Science**, n. 58. Elsevier: Amsterdam et al.; p. 441-450, 1994.

CANO, J. S. De la seguridad compartida a la seguridad ecológica. **Ecología Política**. Barcelona, v. 15, p. 11-46, 1998.

CARDIM, C. H. O conceito de paz democrática, entre o idealismo e o realismo. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 5 fev. 1999. Caderno de Sábado, p. 2.

CHEVALLIER, J. J. **As grandes obras políticas**: de Maquiavel a nossos dias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir. 1966. 366 p.

CIVIC, Melanne Andromecca. A escassez de água na bacia do rio Jordão. Disponível em : <http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0399/ijgp/ij039905.tml>. Acesso em: mar. 2010.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

CONNOR, S. L'eau, source des conflits de demain. **Le Monde Diplomatic**. Courrier International – The economist Publication. Paris, p. 54-55, 1996.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. 374 p.

COSTA, W. M. Valorizar a água da Amazônia: uma estratégia de inserção nacional e internacional. In: ARAGÓN, L E.; CLÜSENER-GODT, M. (Orgs.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003. p. 299-320.

CUNHA, Luis Veiga da. **A gestão de bacias hidrográficas partilhadas numa perspectiva de segurança ambiental**: o caso das bacias hidrográficas luso-espanholas. In: CONGRESSO IBÉRICO SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ÁGUA, 2, 2000, Oporto. Disponível em : <http://alojamientos.us.es/ciberico/archivos_html/oportotema2.1.htm>. Acesso em: mar. 2010.

CUNNINGHAM JR., W. G. **Conflict theory and the conflict in Northern Ireland**. 1998. Thesis (Master of Literature in Political Studies)- The University of Auckland, 1998. Disponível em: <http://cain.ulst.ac.uk/conflict/cunningham.htm>. Acesso em: jul. 2007.

DABELKO, G. D; DABELKO, D. D. Seguridad medioambiental: cuestiones polémicas y redefiniciones. **Ecología Política**, Barcelona, v. 15, p 31-46, 1998.

DAIBES, FADIA (et al). **Water in Palestine**: Problems-Politics-Prospect. Jerusalem, PASSIA publications, 2003. 308p.

ELLIOT, Lorraine. **The global politics of the environment**. Londres: Macmillan, 1998. 331p

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 215 p.

FEITELSON, E. Implications of shifts in the Israeli water discourse for Israeli-Palestinian water negotiations. **Political Geography**, n. 21, p. 293-318, 2002.

FIGHERA, D. T. Estado e Território: suas relações e a globalização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 108-115.

FOULCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GENRO, T. A Dinâmica dos Conflitos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2001. Caderno Mais! http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs_2502200109.htm. Acesso em fev. 2004.

GLEICK, Peter H. **Water in crisis: a guide to the world's fresh water resources**. New York: Oxford University Press, 1993. 504p.

GLEICK, Peter H. Amarga agua dulce: los conflictos por recursos hídricos. **Ecología Política**, Barcelona, v. 8, p 85-106, 1994.

GLEICK, Peter H. Basic Water Requirements for Human Activities: Meeting Basic Needs. **Water International**, n. 21, p. 83-92, 1996.

GRASA, Rafael. Los conflictos “verdes”: su dimensión interna e internacional. **Ecología Política**, Barcelona, v. 8, p 25-40, 1994.

GRASA, Rafael. Las nuevas concepciones de la seguridad: el debate sobre la seguridad ecológica o la seguridad ambiental . **Ecología Política**, Barcelona, v. 15, p 7-10, 1998.

GRESH, A. *Uma paz despedaçada?* – **Le Monde Diplomatique**. edição 30 – julho de 2002.

GVIRTZMAN, H. **Maps of israeli interests in Judea and Samaria determining the extent of the additional withdrawals**. Disponível em: <<http://www.biu.ac.il/Besa/books/maps.htm>>. Acesso: nov. 2004.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à História contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005. 679p.

HINSLEY, F. H. **El concepto de soberania**. Barcelona: Labor, 1972. 146p.

HIRATA, R. Recursos Hídricos. In: Teixeira, W. *et al.* (orgs). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 423 p.

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 546p.

HOMER-DIXON, Thomas F. Environmental Change and Violent Conflict. **Emerging Issues – Occasional Paper Series of the American Academy of Arts and Sciences** – International Security Studies Program, American Academy of Arts and Sciences, Cambridge, Occasional Paper nº 4, Jun. 1990

HUNTINGTON, S. Choque de civilizações? **Política Externa**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 120-141, mar. 1994.

ISSAR, A. S. **Water shall flow from the rock: hydrogeology and climate in the land of the Bible**. New York: Springer-Verlag, 1990. 213p.

KARMANN, I. Ciclo da água. In: Teixeira, W. *et al.* (orgs). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

KARTIN, Amnon. Factors inhibiting structural changes in Israel's water policy. **Political Geography**, n. 19, p. 79-115, 2000.

KRITSCH, R. **Soberania**: a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 571 p.

LEIN, Y. Not even a drop: the water crisis in Palestinian villages without a water network. Jerusalem: B'Tselem, 2007.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. 518 p.

LIBISZEWSKI, Stephan. **Water disputes in the Jordan Basin Region and their role in the resolution of the Arab Israeli conflict**. Zurich: Center for Security Studies and Conflict Research, 1995. Disponível em: <http://www.mideastweb.org>. Acesso em: set. 2007.

LIPSON, L. **A civilização democrática**. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

LONERGAN, Stephen; KAVANAGH Barb. Climate change, water resources and security in the Middle East. **Global environmental change**. p.272-290, Set. 1991.

LONERGAN, Stephen; BROOKS, David B. **Watershed**: the role of fresh water in the Israeli–Palestinian conflict. Ottawa, ON, IDRC, 1994. 310 p.

LOWI, Miriam R. **Water and Power**: The politics of a scarce resource in the Jordan River basin. Cambridge, Cambridge Middle East, 1995. 297p.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER T. M. et al. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MAOZ, Z. **Entrevista**: a razão dos outros. Revista Pesquisa FAPESP, Rio de Janeiro, n. 156, p. 10-15, fev. 2009.

MAQUIAVEL, N. B. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998. 174 p.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992. 89 p.

MELLO, L. I. A. **Halford Mackinder revisitado: quem tem medo da Geopolítica?** 1996. 242 f. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MIMI, Ziad, SAWALHI, Bassam I. A Decision Tool for Allocating the Waters of the Jordan River Basin between all Riparian Parties. **Water Resources Management 17**: 447–461, 2003. Kluwer Academic Publishers, Netherlands

MIMI, Z. e ALIEWI A. Management of shared aquifer systems: a case study. **The Arabian Journal for Science and Engineering**. Volume 30, n. 2c, p. 85-98, Dezembro 2005

MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. 199 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 59).

MORE, R. F. Conflitos modernos, direito e relações internacionais. In: MATHIAS, M.; RODRIGUES, T. (Orgs.). **Política e conflitos internacionais**: interrogações sobre o presente. Rio de Janeiro: Revan, 2004. 192 p.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. 1093 p.

NOVEMBER, V. **Les Territoires du risque**. Berna: Peter Lang, 2002.

PALESTINIAN WATER AUTHORITY. Water Statistics in the Palestinian Territory, 1998 – 2004. Palestinian Central Bureau of Statistics. Disponível em: <<http://www.pcbs.gov.ps>>. Acesso em: dez 2009.

PEREIRA, J. B. **Idealismo e realismo na obra de Maquiavel**. 2º ed. Brasília: Horizonte INL, 1981.

PERES, S. **O novo Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 264p.

PETRELLA, R. A água. O desafio do bem comum. In: NEUTZILING, I. (Org.). **Água**: bem publico universal. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

PETRELLA, R. A nova “conquista da água”. **Le monde diplomatique**. Mar. 2000. www.diplo.com.br/aberto/0003/. Acesso em fevereiro 2002.

POGGI, G. **A evolução do Estado moderno**: uma introdução sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 154 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: IEA-USP/Escrituras, 1999. 717 p.

REICHERT, R. **História da Palestina, dos primórdios aos nossos dias**. São Paulo: Herder, 1972. 411 p.

REZEK, J. F. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1995. 411 p.

RIBEIRO, W. C. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo) política. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 7, p. 93-107, 1990.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. 176 p.

RIBEIRO, W. C. **Geografia Política da Água**. 230 f. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RIBEIRO, W. C. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008. 162p.

RODRIGUES JR., G. S. **O conflito israelo-palestino**: a viabilidade do Estado palestino sob a perspectiva dos recursos hídricos. 2004. 144 f. Trabalho de Graduação Individual em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROSENTHAL, Eliahu e SABEL, Robbie. Water and Diplomacy in the Jordan River Basin. **Israel Journal of Foreign Affairs** III : 2, p. 95-115, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 432p. (os Pensadores)

SAFIAN, A. Does Israel use “Palestinian” waters? CAMERA – Committee for accuracy in Middle East Reporting in America. Media Analyses. Jul. 2001. Disponível em: <http://www.camera.org/index.asp?x_context=2&x_outlet=35&x_article=173>. Acesso em: out. 2007.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 174 p.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**, 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-20

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3ª Ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236 p.

SANTOS, S. N. **Águas transfronteiriças superficiais**: o caso da bacia do rio Danúbio. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SAURIN, J. International relations, social ecology and the globalization of environmental change. In: VOGLER, J.; IMBER, M. F. (Org.) **The environment & International Relations**. London: Routledge, 1996.

SHIVA, V. **Guerras por água**: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006. 178p.

SHLAIM, A. **A muralha de ferro**: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004. 792 p.

SILVA, E. A. C. **Formação territorial do Oriente Médio**: a gênese das fronteiras (1878-1945). 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOARES, G. F. S. **Direito internacional do meio ambiente**: emergência, obrigações e responsabilidades. São Paulo: Atlas, 2001. 896 p.

SOARES, Mário. Prefácio. In: Petrella, Ricardo. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis: Vozes, 2002. 159p.

SOFFER, Arnon, The Israeli-Palestinian Conflict over Water Resources. **Palestine-Israel Journal**, Volume 5, No. 1, 1998.

TILIO NETO, P. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TOSSET, H. P. GLEDITSCH, Nils Petter; HEGRE, Havard; Shared rivers and interstate conflict. **Political Geography**, n. 9, p. 971-996, 2000.

TROTTIER, J. A wall, water and power: the Israeli ‘separation fence’. In: **Review of International Studies**, British International Studies Association, nº 33, p.105-127, 2007.

TROTTIER, J. Hydropolitics in the West Bank and Gaza Strip. Disponível em: http://www.passia.org/publications/research_studies/hydro/partition.html. Acesso em: 03 mar. 2010.

UNESCO. Water for people, water for life: the United Nations world water development report. Paris: Unesco, 2003.

UNITED NATIONS. **Water resources of the occupied Palestinian territory** – DPR Study. New York, 1992.

VILLAR, C. P.; RODRIGUES JR., G. S. O direito humano à água. In: 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA, 2006, Campinas. (www.cori.unicamp.br/CT2006/index.htm).

VOGLER, J. The environment in International Relations: legacies and contentions (Introduction). In: VOGLER, J.; IMBER, M. F. (Org.). **The environment & International Relations**. London: Routledge, 1996. 236p.

VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

WALTZ, K. N. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 331 p.

WARNER, J.; MOREYRA, A. Participación para solucionar conflictos por el agua: sueño, pesadilla o espejismo? In: WARNER, J.; MOREYRA, A (Org.). **Conflictos y participación: uso múltiple del agua**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2004. p. 13-25.

WARNER, Jeroen; ZEITOUN, Mark. International relations theory and water do mix: A response to Furlong's troubled waters, hydrohegemony and international water relations. **Political Geography**, n. 27, p.802-810, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Évaluation mondiale 2000 del'approvisionnement en eau et de l'assainissement. Genève : WHO, 2000.

ZANIRATO, Silvia Helena, *et al.* Sentidos do risco : interpretações teóricas. **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona : Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785, 2008. Acesso em : jan. 2010.

Lista de websites consultados

<http://www1.folha.uol.com.br>

<http://www.biu.ac.il>

<http://www.nad-plo.org>

<http://www.who.int/en>

<http://www.daescs.sp.gov.br>

<http://www.unesco.org>

<http://www.un.org>

<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/prospec>

<http://www.camera.org>

<http://www.fao.org>

<http://www.sviva.gov.il>

<http://www.arij.org>

<http://www.indexmundi.com>

<http://www1.cbs.gov.il>

<http://www.mfa.gov.il>

<http://www.agenciabrasil.gov.br>

<http://www.phg.org>

<http://www.pwa.ps>

<http://www.passia.org>

<http://www.pcbs.gov.ps>

<http://www.medibtikar.eu>

<http://www.unrwa.org>

<http://www.icrc.org>

<http://www.btselem.org>

www.diplo.com.br

<http://www.amnesty.org/en>

<http://www.haaretz.com>

<http://www.midiaindependente.org/pt>

<http://www.wrmea.com>

ANEXOS

ANEXO 1

UNITED
NATIONS

S

Security Council

S/RES/242 (1967)
22 November 1967

Resolution 242 (1967) of 22 November 1967

The Security Council,

Expressing its continuing concern with the grave situation in the Middle East,

Emphasizing the inadmissibility of the acquisition of territory by war and the need to work for a just and lasting peace in which every State in the area can live in security,

Emphasizing further that all Member States in their acceptance of the Charter of the United Nations have undertaken a commitment to act in accordance with Article 2 of the Charter,

1. *Affirms* that the fulfilment of Charter principles requires the establishment of a just and lasting peace in the Middle East which should include the application of both the following principles:

- (i) Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict;
- (ii) Termination of all claims or states of belligerency and respect for and acknowledgment of the sovereignty, territorial integrity and political independence of every State in the area and their right to live in peace within secure and recognized boundaries free from threats or acts of force;

2. *Affirms further* the necessity

(a) For guaranteeing freedom of navigation through international waterways in the area;

(b) For achieving a just settlement of the refugee problem;

(c) For guaranteeing the territorial inviolability and political independence of every State in the area,

through measures including the establishment of demilitarized zones;

3. *Requests* the Secretary-General to designate a Special Representative to proceed to the Middle East to establish and maintain contacts with the States concerned in order to promote agreement and assist efforts to achieve a peaceful and accepted settlement in accordance with the provisions and principles in this resolution;

4. *Requests* the Secretary-General to report to the Security Council on the progress of the efforts of the Special Representative as soon as possible.

Adopted unanimously at the 1382nd meeting.

ANEXO 2

UNITED
NATIONS

S

Security Council

S/RES/242 (1967)
22 November 1967

Resolution 242 (1967) of 22 November 1967

The Security Council,

Expressing its continuing concern with the grave situation in the Middle East,

Emphasizing the inadmissibility of the acquisition of territory by war and the need to work for a just and lasting peace in which every State in the area can live in security,

Emphasizing further that all Member States in their acceptance of the Charter of the United Nations have undertaken a commitment to act in accordance with Article 2 of the Charter,

1. *Affirms* that the fulfilment of Charter principles requires the establishment of a just and lasting peace in the Middle East which should include the application of both the following principles:

- (i) Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict;
- (ii) Termination of all claims or states of belligerency and respect for and acknowledgment of the sovereignty, territorial integrity and political independence of every State in the area and their right to live in peace within secure and recognized boundaries free from threats or acts of force;

2. *Affirms further* the necessity

(a) For guaranteeing freedom of navigation through international waterways in the area;

(b) For achieving a just settlement of the refugee problem;

(c) For guaranteeing the territorial inviolability and political independence of every State in the area, through measures including the establishment of demilitarized zones;

3. *Requests* the Secretary-General to designate a Special Representative to proceed to the Middle East to establish and maintain contacts with the States concerned in order to promote agreement and assist efforts to achieve a peaceful and accepted settlement in accordance with the provisions and principles in this resolution;

4. *Requests* the Secretary-General to report to the Security Council on the progress of the efforts of the Special Representative as soon as possible.

Adopted unanimously at the 1382nd meeting.

ANEXO 3

ANEXO 4

UNITED
NATIONS

A

General Assembly

Distr.
GENERAL

A/RES/55/209
20 December 2000

Fifty-fifth session
Agenda item 98

Resolution adopted by the General Assembly

[on the report of the Second Committee (A/55/585)]

55/209. Permanent sovereignty of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and of the Arab population in the occupied Syrian Golan over their natural resources

The General Assembly,

Recalling its resolution 54/230 of 22 December 1999, and taking note of Economic and Social Council resolution 2000/31 of 28 July 2000,

Reaffirming the principle of the permanent sovereignty of peoples under foreign occupation over their natural resources,

Guided by the principles of the Charter of the United Nations, affirming the inadmissibility of the acquisition of territory by force, and recalling the relevant Security Council resolutions, including resolutions 242 (1967) of 22 November 1967, 465 (1980) of 1 March 1980 and 497 (1981) of 17 December 1981,

Reaffirming the applicability of the Geneva Convention relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, of 12 August 1949, 1/ to the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and other Arab territories occupied by Israel since 1967,

Expressing its concern at the exploitation by Israel, the occupying Power, of the natural resources of the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and other Arab territories occupied by Israel since 1967,

Aware of the additional detrimental economic and social impact of the Israeli settlements on Palestinian and other Arab natural resources, especially the confiscation of land and the forced diversion of water resources,

Reaffirming the need for an immediate resumption of negotiations within the Middle East peace process, on the basis of Security Council resolutions 242 (1967) of 22 November 1967 and 338 (1973) of 22 October 1973, and the principle of land for peace, and for the achievement of a final settlement on all tracks,

1. *Takes note* of the report transmitted by the Secretary-General; 2/
2. *Reaffirms* the inalienable rights of the Palestinian people and the population of the occupied Syrian Golan over their natural resources, including land and water;
3. *Calls upon* Israel, the occupying Power, not to exploit, to cause loss or depletion of or to endanger the natural resources in the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan;
4. *Recognizes* the right of the Palestinian people to claim restitution as a result of any exploitation, loss or depletion of, or danger to, their natural resources, and expresses the hope that this issue will be dealt with in the framework of the final status negotiations between the Palestinian and Israeli sides;
5. *Requests* the Secretary-General to report to it at its fifty-sixth session on the implementation of the present resolution, and decides to include in the agenda of its fifty-sixth session the item entitled "Permanent sovereignty of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and of the Arab population in the occupied Syrian Golan over their natural resources".

*87th plenary meeting
20 December 2000*

Notes

1/ United Nations, *Treaty Series*, vol. 75, No. 973.

2/ A/55/84-E/2000/16, annex.